

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXX — Nº 57

QUARTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1975

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 60ª SESSÃO, EM 3 DE JUNHO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

— Encaminhando à revisão do Senado autógrafos do seguinte projeto:

Projeto de Lei da Câmara nº 37/75 (nº 168-B/75, na origem), que reduz os prazos de prescrição para os criminosos primários e de bons antecedentes.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADORES NELSON CARNEIRO e HEITOR DIAS, respectivamente, em nome do MDB e da ARENA — Centenário de nascimento do Dr. Antônio Ferrão Muniz de Aragão.

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa, em nome da Mesa.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Resultados alcançados no I Seminário sobre Investimentos no Brasil, realizado em Salzburgo, Austria.

SENADOR ROBERTO SATURNINO — Encaminhando à Mesa o Projeto de Lei do Senado que estabelece condições para revisão dos valores monetários constantes da legislação federal e desvinculados do salário mínimo pela Lei nº 6.205, de 1975, e dá outras providências.

1.2.3 — Comunicação da Liderança da ARENA na Câmara dos Deputados

Substituição de membro na Comissão Mista incumbida de apreciar o Projeto de Lei nº 4/75—CN (Complementar).

1.2.4 — Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 89/75, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13-9-66, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Projeto de Lei do Senado nº 90/75, de autoria do Sr. Senador Roberto Saturnino e por S. Exª anteriormente justificado da tribuna.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 220/75, do Sr. Senador Milton Cabral, solicitando autorização do Senado Federal, para participar, como Observador Parlamentar, da LX Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra, Suíça, de 4 a 26 de junho de 1975. **Aprovado.**

— Requerimento nº 132/75, do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1973, de sua autoria, que dispõe sobre o exercício da profissão de Ortopista, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 133/75, do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1974, de sua autoria, que assegura às entidades sindicais a participação na fiscalização da Legislação Previdenciária. **Aprovado.**

— Requerimento nº 136/75, do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1974, de sua autoria, que dispõe sobre a remuneração dos diplomados em Farmácia, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Requerimento nº 187/75, do Sr. Senador Otair Becker e outros, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Governador Antonio Carlos Konder Reis, no dia 1º de maio, em Joinville, Santa Catarina. **Aprovado.**

— Requerimento nº 188/75, dos Srs. Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso, no dia 9 de maio de 1975, na Câmara de Comércio Brasileiro-Norte-Americano, em New York, quando foi agraciado com o título "Homem do Ano". **Aprovado.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1974 (nº 1.463-B/73, na Casa de origem), que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências. **Discussão adiada** para a sessão de 1º de agosto de 1975, nos termos do Requerimento nº 221/75.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JOSE SARNEY — Preservação do patrimônio histórico das cidades de Alcântara e de São Luís, no Estado do Maranhão.

SENADOR JOSE ESTEVES — Apelo às entidades financeiras da Amazônia no sentido da prorrogação dos contratos de penhor mercantil do pau-rosa. Realização, em Manaus—AM, de seminário objetivando o equacionamento da produção e da produtividade das fibras vegetais da Amazônia. Inclusão do guaraná e do óleo essencial do pau-rosa na política de preços mínimos. Expediente recebido do Sindicato da Indústria de Extração da Borracha do Estado do Amazonas, solicitando apoio mais eficaz por parte do Banco da Amazônia a essa atividade extrativa.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Novas perspectivas para o Estado do Piauí com a descoberta de jazidas de níquel e de amianto crisotila em seu território. Conjugação de esforços fe-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

deral e estadual visando a adoção de providências e medidas indispensáveis à implantação e funcionamento do complexo industrial para exploração daqueles minérios.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Concessão ao servidor de empresas públicas de novo prazo para opção pelo regime estatutário ou pela CLT. Situação da cidade de Niterói após a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

SENADOR AGENOR MARIA — Trabalho elaborado pela jornalista Célia Maria Ladeira, publicado no *Jornal do Brasil* de 2 de junho, referente à atividade dos taquígrafos legislativos.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Antártida brasileira e concessão de royalties aos Estados produtores de petróleo: assuntos tratados por S. Ex^a, em audiência, com o Presidente da República.

SENADOR FRANCO MONTORO — Atividades desenvolvidas pela Editora Abril em favor da cultura brasileira, na oportunidade do 25º aniversário de sua fundação.

SENADOR ORESTES QUERCIA — Necessidade de providências mais eficazes da Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo no combate ao surto de encefalite que grassa no litoral sul do Estado. Artigo publicado no jornal *Diário Popu-*

lar, de 28 de maio, sobre os contratos de risco que seriam feitos entre a PETROBRAS e companhias estrangeiras.

SENADOR OSIRES TEIXEIRA — Implantação do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília e sua abordagem no I Encontro de Estudos e Debates sobre o POLOCENTRO, promovido pela Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal. Criação dos distritos industriais de Luziânia e de Anápolis.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — TRANSCRIÇÕES

Matéria constante dos 5º e 6º itens da Ordem do Dia.

3 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 58ª Sessão, realizada em 28-5-75.

4 — ATAS DAS COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 60ª SESSÃO, EM 3 DE JUNHO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E BENJAMIM FARAH

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Jarbas Passarinho — Renato Franco — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Eurico Rezende —

Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quercia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Qtair Becker — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 1975 (Nº 168-B/75, na Câmara dos Deputados)

Reduz os prazos de prescrição para os criminosos primários e de bons antecedentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Se o criminoso é primário e de bons antecedentes, os prazos de prescrição da ação penal e da execução da pena são reduzidos de um terço, não podendo ser inferiores a um ano.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos crimes contra a segurança nacional.

§ 2º A redução de que trata este artigo não se aplica se o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um ou maior de setenta anos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

O tempo destinado aos oradores do Expediente da presente sessão, face à aprovação pelo Plenário de requerimento do Sr. Senador Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, será dedicado a reverenciar a memória do Dr. Antônio Ferrão Muniz de Aragão, cujo centenário de nascimento transcorreu no dia 30 de maio, próximo passado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, que falará pelo Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) (Em nome do MDB, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

João Mangabeira viu-o “no apogeu de seus melhores dias, em meio aos ventos da procela, grande, belo, soberbo, esplêndido exemplar da espécie humana, com a força e o ressumbrar da compleição robusta, a inteligência a luzir da fronte ampla e erguida, a energia a vibrar na voz trontiroante, a generosidade a respirar do peito largo e aberto, a coragem a fuzilar na chama de seus olhos”. Assim era José Joaquim Seabra, uma longa vida pública atribulada que se encerrou aos oitenta e seis anos, no dezembro de 1942. Foi um líder. Tinha todas as qualidades que o tornaram, durante decênios, chefe de poderosa corrente política, que orientou os destinos da Bahia. Deixou a cátedra, que conquistara muito moço, na Faculdade de Direito do Recife, para integrar a Constituinte de 1890. A política envolveu-o daí por diante. Se esteve, por vezes, no poder, outras, e muitas, se encontrou nas barricadas da oposição. E o povo não o desamparou, jamais lhe recusando o mandato que pleiteava. Quase todas as figuras autênticas que se projetaram na primeira metade do século, nos quadros políticos da Bahia, surgiram, ou se emplumaram, à sua sombra.

Conheci-o numa noite de novembro de 1926, quando voltava de seu segundo exílio na Europa, depois de haver cumprido as agruras de dois desterramentos. E só a hora de sua morte dele me despedi, para prosseguir fiel a sua memória. Durante anos nossa convivência foi diária, e pude compreender o fascínio dos que comandam de mãos limpas, de coração alto, preocupados com o bem de todos, fortes se necessário, amenos quando preciso, generosos na vitória, impávidos no revés. Estive a seu lado, dia a dia, nas sessões da Constituinte de 1934 e na Câmara dos Deputados, dissolvida a 10 de novembro.

Conheci-o depois de ocupar tão altos postos, duas vezes Ministro de Estado, duas vezes Governador, Deputado, Líder do Governo, Senador da República, Presidente da Câmara Municipal do antigo Distrito Federal, a juntar tostão a tostão para saldar o débito que contraíra com Guilherme Guinle, durante os anos em que, para escapar às consequências de haver integrado com Nilo Peçanha a chapa da Reação Republicana, fora forçado a residir em Paris. Presidente de honra da Aliança Liberal, logo rompeu com o Chefe do Governo, um ano depois da vitória outubrista, para ficar fiel ao que Moniz Sodré chamou de “breios baianos”. Demorava de ir à Bahia, porque, vivendo dos proventos de jubulado da Faculdade de Recife, não podia arcar com as despesas inevitáveis, que sua presença acarretaria. Foi nesse período que recusou ser membro do Tribunal de Contas, alegando que, se era inválido para exercer o magistério, inválido continuava para desempenhar qualquer função pública, que não resultasse do voto popular.

A história política do País está cheia de muitos nomes, alguns de incontestável valor, de irrecusável destaque. Poucos, entretanto, são os que, como José Joaquim Seabra, foram líderes reais. Se os mais jovens não o recordam, porque não o conheceram, os mais velhos, mesmo os que dele divergiram, ainda o relembram como um de seus grandes valores, de todos os tempos.

A um líder assim é possível seguir-se, sem desdouro, a vida inteira. Porque não era só o parlamentar, era o administrador, não era só ao homem que se acompanhava, era às idéias e aos propósitos que ele encarnava, e pelos quais padecia horas de sobressaltos, de sofrimentos, de decepções, sem transigir, sem esmorecer, sem acovardar-se, sem desertar, um só instante, da carreira que abraçara na mocidade.

Ninguém poderá disputar a Antônio Moniz Ferrão de Aragão, entretanto, a palma da lealdade. Começou praticamente sua carreira política, e a encerrou, sob a liderança de José Joaquim Seabra. Tinha todos os títulos, não lhe faltou oportunidade para criar sua própria liderança. Sugestões nesse sentido não foram poucas. Governador do Estado, não assumiu o comando do Partido Democrata, que continuou sob a presidência de Seabra. Descendia de velhos troncos, que cedo deitaram raízes no solo baiano, Pedro Calmon recordou outro dia, na Associação Brasileira de Imprensa, os antepassados do ilustre homem público, que o Senado agora homenageia, ao ensejo, na última sexta-feira, do centenário de seu nascimento. Os Monizes são a mais antiga família brasileira, descendente de Caramuru. Pedro Gomes de Argolo Ferrão, avô de Antônio Moniz, foi, sob o Governo de Conde dos Arcos, o fundador, em 1811, da Biblioteca Pública da Bahia, um dos iluministas do fim do século XVIII, figura indispensável entre os mais ilustrados de seus contemporâneos. Um dos raros filósofos de seu tempo, Antônio Ferrão Moniz, de quem também Antônio Moniz era neto, foi o primeiro discípulo brasileiro de Augusto Comte, na capital francesa. Dirigiu a Biblioteca Pública do Estado, e, além de “elementos de Matemática”, publicou livro sobre “Classificação das Ciências”, considerado; então, como dos mais arrojados estudos sobre a especialidade. E no Terreiro de Jesus, quatricentenária e querida Salvador, na casa onde teria vivido Gregório de Matos, ainda se vêem as armas de Antônio Pereira de Aragão.

Ninguém, no primeiro governo de Seabra, tinha, junto ao chefe, influência igual ao Almirante Médico Francisco Ferrão Moniz de Aragão, Presidente do Senado Estadual, e pai de Antônio Moniz. A morte inopinada do Almirante, que todos sabiam candidato natural à sucessão governamental, determinou que esta se processasse numa série de marchas e contramarchas, de que participaram, nem sempre acordes, às vezes até contundentemente divergentes, todas as figuras políticas da época, inclusive Rui Barbosa. E o próprio Antônio Moniz quem, num livro admirável, inclusive pela isenção no julgamento de correligionários e adversários, “A Bahia e seus Governadores”, conta as “démarches” feitas, e que terminaram por sua eleição, sem competidor, para ocupar o cargo, que não herdava do pai, mas recolhia por títulos próprios, conquistados duramente, desde os

bancos acadêmicos. A escolha não era uma dádiva, era um reconhecimento. Iniciara-se na imprensa, e, durante toda sua existência, nunca mais a abandonaria. Deputado Estadual, eleito e reeleito Deputado Federal, exercia a liderança de sua bancada quando o Partido Democrata fê-lo seu candidato.

"A política, como o álcool, o jogo e o fumo, uma vez apoderando-se de um indivíduo — depõe — dificilmente este consegue dela libertar-se por completo, mesmo depois de convencido de que os seus encantos, os prazeres que proporciona, as alegrias que causa não compensam os dissabores e as decepções que produz." Ninguém poderia escrever essas palavras com maior autoridade do que Antônio Moniz. Ninguém sofreu, enquanto governou, maior oposição do que ele, oposição tenaz, às vezes injuriosa. Sua lealdade a Seabra contrariou a muitos, prejudicando-lhe a popularidade. Não figurava em seu dicionário o verbo trair. As críticas, que padeceu, tinham todas as gamas, do azedume à tentativa de ridículo. Corria o tempo que Lauro Müller via a Bahia unanimemente divergente.

Homem ilustre, autor de livros de Direito, professor de Economia Política da Escola Politécnica, Antônio Moniz era, por igual, dotado de irrecusável coragem pessoal, de quem é testemunho episódio que vale recordado. Vivía o País clima de inquietação, com o impacto social da carestia de vida, fruto da primeira Grande Guerra Mundial. À parada de 7 de setembro de 1917, no Rio de Janeiro, deveria comparecer um batalhão dos atiradores baianos. O General Gabriel Botafogo empenhava-se pela presença dos rapazes. Espalhou-se, por toda a Capital, que Antônio Moniz estaria contrário à viagem e que, se comparecesse ao embarque, seria vaiado, não agredido. Antes da partida, o Governador, em companhia apenas de seu ajudante-de-ordens, chegou ao cais, para despedir-se dos jovens contrerrâneos. Dava assim exemplo de destemor, que pusilânime nunca foi, ainda quando constantes as ameaças à sua própria vida. E, em vez de apupos, foi recebido com aclamações.

Expressão das virtudes domésticas e morais da terra onde nascemos, com as raízes plantadas em austeras e ilustres tradições, Antônio Moniz, ao sair do Governo, fora obrigado a vender a casa única que possuía. Também Seabra, ao partir para Cucui, padecera tais convícios, atesta Rui Barbosa, que "a mão que não podia levantar-se contra os baldeadores seguros de superioridade material, mostrava, como a mais irrefragável das respostas ao insulto, uma cédula de vinte mil réis, soma total da riqueza com que ele partia para o desterro indefinido". A probidade era a mesma, intrínseca, sem nuances, nos dois grandes baianos.

A Arlindo Leoní, outro alto valor da Bahia, Antônio Moniz encarregou de fundar a Academia Baiana de Letras. E foi, em seu governo, que se rasgou a primeira estrada de rodagem do Estado, ligando a Capital a Feira de Santana. Coube-lhe ainda restaurar a Biblioteca Pública, que até recentemente funcionava na principal praça de nossa cidade natal. E, como a seus antepassados, a Biblioteca foi a realização mais grata ao coração de Antônio Moniz.

No dia 1º de janeiro de 1931 cheguei ao Rio de Janeiro e hospedei-me no mesmo hotel onde vivia Seabra, sob cuja chefia participara da Aliança Liberal. Trazia-lhe o pedido de um dedicado companheiro de luta. Queria a interferência do chefe junto ao interventor Leopoldo Amaral, a fim de ser nomeado diretor da Imprensa Oficial. Transmíti-lhe o pedido. Seabra reconhecia a colaboração recebida, mas achava o candidato muito moço para tanta responsabilidade. E me referiu que, na semana anterior, conversando com Antônio Moniz, que o visitava diariamente, este lhe confessara que seu desejo era encerrar a vida como diretor da Biblioteca Pública. E Seabra aduzira: — "E eu, da Imprensa Oficial". Uma semana depois, a morte surpreendia a Antônio Moniz. No mesmo navio em que, a 15 de janeiro, retornei à Bahia, regressava pela última vez, em câmara ardente, para dormir, na terra máter, o sono definitivo, o corpo sem vida do insigne homem público.

Guarda o Senado Federal, de 1921 a 1929, em seus Anais, a valiosa colaboração, as intrépidas intervenções de Antônio Moniz,

não só na campanha da Reação Republicana, como na Aliança Liberal. E os arquivos da Comissão de Constituição e Justiça conservam seus lúcidos pareceres. Seu combate à lei de imprensa, então votada pelo Congresso, revela a fidelidade de seu amor à causa da liberdade. Exerceu o mandato senatorial num período extremamente difícil, mas fê-lo com a bravura cívica que o caracterizou, com a dignidade de que nunca se despiu, com a lealdade de que foi exemplo.

Bem disse o Conde de Afonso Celso: — "Nunca em política, como em tudo, por motivos subalternos de conveniência, paixão, considerações partidárias, se deve a gente opor às grandes idéias de direito e de justiça. Essas idéias acabam sempre, mais cedo do que se conjectura, por triunfar. O melhor é abraçá-las desde o começo. O querer o homem público fazer-se de fino, esperto, calculista, produz mal resultado. Cumpra marchar sempre de acordo com a consciência e o coração. O mais hábil estratégia consiste na honestidade, na retidão, na lealdade para com as pessoas e os princípios."

Porque foi assim Antônio Moniz Ferrão de Aragão é que o Senado Federal hoje reverencia sua memória e recorda, para os contemporâneos, a nobre lição de uma vida fecunda e patriótica, agora que a distância do tempo faz com que até os encarniçados inimigos de ontem lhe prestem a homenagem de sua admiração, e lhe não neguem a justiça e o reconhecimento a que tem direito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Heitor Dias, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. HEITOR DIAS (Bahia) (Em nome da ARENA, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os nomes dos grandes servidores da Pátria, qualquer que seja a distância que os separe no tempo, permanecem na consciência do povo que este se renova nas gerações que se sucedem, e ressoam sempre nas Casas dos Parlamentos.

E é essa contínua percussão de lembrança — que o culto da saudade torna evocação, que faz a voz da História, e que, em forma de eco — que é a alma do som — vibra, vezes tantas, nos plenários dos Congressos, porque neles, pela sua origem, pela sua representatividade, pela sua estrutura, se faz sentir a vontade e a alma da Nação. Neles se escreve ou se guarda a vida da Pátria, o que é muito diverso de se lhe assinalar apenas o registro.

Embora o tempo sepulte em anais, o que através dos anos se faz nestas Casas do Povo, que como esta nos acolhe e irmana, unindo-nos nos propósitos e separando-nos nos combates, jamais se confundem eles com as anotações dos arquivos públicos. Estes são peças que o tempo envelheceu. Aqueles, a marca dos anseios da Pátria; das suas angústias; dos seus dias de glória e dos seus instantes de sacrifício; das suas lutas, dos seus reveses; dos seus triunfos, de toda uma gama de vaivéns da vida que o poder da imaginação acalenta ou sublima, e o milagre da palavra eterniza.

Nos arquivos e museus, são as mãos e os olhos que passeiam por sobre cada peça de suas mostras, de suas estantes e de seus armários. Nos anais dos Legislativos, entretanto, o pensamento se põe em ação, e é levado a mergulhar no passado, não para vê-lo como folha caída da árvore do tempo, mas para senti-lo como fase de lutas, de trepidações, de sonhos triunfantes e de anseios frustrados, em que a determinação de construir, guiada pela fé e pela esperança, servidas ambas pelas inspirações e conquistas da inteligência, garantiu e defendeu a marcha da Civilização.

E com esse sentimento e essa convicção que, recuando no tempo — já faz cem anos — vamos buscar e rever, com os olhos da imaginação, a personalidade respeitável do Dr. Antônio Ferrão Muniz de Aragão que a Bahia viu nascer a 30 de maio de 1875. Não é, porém, a data que vamos comemorar. É a vida de um grande homem que vamos evocar nesta solenidade.

E nenhum ambiente mais propício, mais nobre, mais representativo do que esta Casa que, pela grandeza de sua missão e pelas

vinculações de sua História, não é apenas a tribuna mais alta da Nação, para as oportunas palavras de consagração e louvor, mas é, também, o foro respeitável para a prolação dos justos julgamentos. E a evocação é, já, uma maneira de julgar. Não é, pois, para *prantejar* uma morte que aqui nos reunimos, mas para *enaltecer uma vida dedicada* ao trabalho, revertido todo ele a serviço da causa pública.

Vereis como o Dr. Antônio Ferrão Muniz de Aragão foi uma existência de inteiro labor e de permanentes e altruísticas preocupações.

Por deliberação do Partido Democrata, a cujo Chefe — Dr. José Joaquim Seabra, a quem iria suceder — o nome que faz jus a reverência de todos nós se afeiçoara pela estima e pela admiração, foi ele escolhido candidato a Governador da Bahia. O apoio popular, a solidariedade dos correligionários e a confiança dos próprios adversários, que empunharam a mesma bandeira na campanha, consagraram-lhe a vitória. De 1916 a 1920 se fez sentir, de maneira marcante, a sua presença à frente da administração do Estado.

Realizou e inovou, mostrando-se, assim, um governante à altura de suas responsabilidades e da dignidade de sua missão. De plano, sentindo a dinâmica do Estado, procurou, com nova estrutura administrativa, descentralizar-lhe a máquina burocrática. E novas Secretarias se instalaram, todas elas preenchidas — vale assinalar, porque revela faceta de sua formação — por figuras as mais expressivas, pelo conceito e pela cultura, da elite baiana.

E porque soube assim orientar-se, fez um Governo fecundo, pelas obras que levou a cabo, nos diversos setores, e também pela austeridade com que sempre se houve no exercício do seu mandato. Era a lição que ministrava, pelo trabalho e pelo exemplo. Professor que também era da então Escola Politécnica.

A preocupação revelada sempre pelos problemas do povo; pela *garantia da ordem sem excesso e sem violência*; pelo cuidado com a juventude e pela invariável dedicação às amizades, Antônio Muniz reflete uma alma tecida de bondade. *Daquela bondade que, longe de vulgarizar as criaturas, projetaram-na ao respeito e à simpatia de todos.*

Ainda hoje, a Bahia pode contemplar, nos vários pontos de seu território, o testemunho do seu dinamismo. A assinalar, por exemplo, a dignidade do poder, lá estão, no centro da Capital, o Palácio da Aclamação e do Rio Branco, a guardar a marca da sua presença nas grandes reformas de *ampliação e reconstrução* a que procedeu em ambos com requintado bom gosto. O seu amor às causas do espírito levou-o a construir a Biblioteca Pública, que, como todas as outras casas similares, é uma das trincheiras da Civilização. As exigências do progresso fizeram, bem há pouco tempo, desaparecer o velho prédio, mas os frutos sagrados que nele se continham foram transferidos para outro edifício, que se revestiu de igual imponentia para guardar legado tão nobre.

Para tirar a polícia de sua rotina, instalou a Escola de Técnica Policial. Era a preocupação do aperfeiçoamento.

E para dar recito condigno aos papéis que já tinham recebido o beijo do tempo, criou o Museu dos Arquivos Públicos, e fez publicar os seus preciosos Anais. Inspirado, ainda, na primazia das coisas espirituais, tão bem definidas no verso lapidar de famoso poeta baiano, segundo o qual, "só não morre a virtude e a inteligência," continuou a espalhar as sementes do espírito. Assim, mando reeditar as *Memórias Históricas da Bahia, do Coronel Inácio Acioly*, cujo título já está a indicar uma profunda investigação no longo percurso da evolução da velha província, a primeira a contemplar as velas de Cabral. Logo a seguir, outra notável publicação de uma cópia da obra inédita de Vilhena "Notícias soteropolitanas e brasílicas" pertencente à Biblioteca Nacional, trabalho que, além do valor dos estudos do autor, tem a enriquecer-lhe as páginas os comentários eruditos do Dr. Brás do Amaral.

Assegurou subvenções expressivas, para lhes garantir o funcionamento, à Faculdade de Direito, ao Educandário dos Perdões, ao Centro Operário, núcleo aglutinador que antecipava no tempo a justa homenagem ao trabalhador baiano.

Ao Liceu de Artes e Ofícios, que, pela sua destinação, era, a um só tempo, escola e oficina, e que mereceu, em palavras unidas de carinho e de respeito, o elogio especial de Rui Barbosa.

Homem amante da cultura, e possivelmente com a mesma convicção de Roger Cailloux, da Academia Francesa de Letras, que na defesa do espírito acadêmico lembrou que, desde o começo dos tempos, os seres humanos sentiram sempre necessidade de solidão, de silêncio e de refúgio para se abrigarem das paixões e dos ódios para melhor expansão da inteligência, promoveu Antônio Muniz a fundação da Academia de Letras da Bahia, sodalício que pela continuidade e fecundidade do seu nobre trabalho é, como já se disse, "uma glória que fica".

Entendendo que a técnica deveria substituir o empirismo, reabriu e reorganizou a Escola Agrícola de São Bento das Lajes, lugar histórico, cenário de gratas tradições e cujo ambiente de solidão e beleza postal esmaecido de uma época de opulência que o ciclo do açúcar proporcionou, serviu de inspiração ao grande poeta Artur de Sales, que Olegário Mariano, seu admirador entusiasta, chamou de "Castro Alves de bronze". Em seqüência à criação dessa escola, instituiu as Inspetorias Agrícolas, visando com elas a dinamizar e assistir a agricultura baiana. Assinala-se, de logo, que tais as providências, sobretudo a criação da Escola Agrícola de São Bento, vieram naturalmente na esteira de suas convicções.

Atentemos em suas próprias palavras. Ei-las em um trecho de sua plataforma governamental: "Não nos esqueçamos, dizia ele, de que o trabalho mais eficaz e mais proveitoso é o oriado pela ciência, cuja evolução constante e rápida assombra pelos prodígios de sua fecundidade e nos incita a conquistas de novas maravilhas. Por consequência, incessante deve ser nossa preocupação com o ensino superior, fator básico de todo progresso econômico, industrial e moral e, portanto, de toda a evolução social. O ensino primário e secundário não bastam. E, concluindo a sua afirmativa: "Todas as conquistas da civilização são filhas do ensino científico." Bem analisadas e compreendidas, essas declarações deixam elas de ser simples roteiro de um programa de governo, para evidenciarem a visão de um estadista. Toda atividade de governo só se faz dignificante, quando visa ao *aperfeiçoamento espiritual* do homem e ao seu bem-estar, porque ele há de ser sempre a meta de toda a preocupação e toda a atividade criadora.

Por isso mesmo, a saúde pública e as atividades da justiça mereceram dele dedicada assistência que se traduzia não apenas na inauguração de um posto médico ou na construção de um fórum mas também, e paralelamente, no apoio à atividade do profissional, e ao aprego ao exercício da magistratura.

Segundo as suas próprias palavras, era ele fiel a uma orientação "cujas normas fundamentais são o amor e a obediência à lei, o prestígio em todas as lições às decisões do Poder Judiciário e o máximo respeito aos direitos individuais e públicos, bem como às competências comprovadas".

Entendendo que o Estado é o executor do bem comum, ligou ao seu mandato o compromisso de lutar pela paz entre os seus conterrâneos e, por isso mesmo, pela unidade indestrutível da Pátria. Assim é que, por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Geografia, que veio a realizar-se em Belo Horizonte, em 1922, fez a Bahia representar-se por uma comissão composta de vultos da maior altitude, na competência profissional e na consciência cívica, como Arlindo Fragozo, Eduardo Spínola e Braz do Amaral, para firmarem acordos que pusessem fim às pendências de fronteiras, a qual, com pleno êxito, firmou convênios com os Estados de Goiás, Minas Gerais e Piauí.

Homem de Governo, Antônio Muniz foi, também, um político no melhor sentido da palavra, que é exatamente aquele expresso pelo Ministro Gouveia de Bulhões no elogio à memória do sempre lembrado e reverenciado sempre, o ex-Presidente Castello Branco, isto é, o de que ao homem de governo cabe a responsabilidade de agir politicamente; procurar orientar a opinião pública sem jamais a ela se substituir, pois se não a pode ignorar, a ela não se deve escravizar. Antônio Muniz sabia assinalar, na sua área de administração, os

limites das atividades partidárias. É ele quem o diz na sua final prestação de contas do seu Governo, depois de se referir às marcantes realizações levadas a termo durante o seu mandato. Assim se exprimiu nestas sucintas palavras que se retratam uma alma ferida, refletem, por igual, a dignidade de um comportamento: "São estes os fatos, disse ele, que eu anteponho, aos que, despeitados e enraivecidos, contra mim fizeram fortes campanhas, só porque, em política, obedeci à minha consciência, não satisfazendo nas suas aspirações mesquinhas".

A sua acuidade política não o deixava preso às idéias superadas. A vida é constante mudança. Rui já o disse que "tudo muda sobre bases que não mudam nunca". E esse sentido da vida levou-o a sofrer com as estruturas arcaicas do País, que só faziam gerar e agravar os problemas nacionais. E assim se fez ele um solidário consciente da Aliança Liberal, em cujas atividades e programas se inspirou e fortaleceu a Revolução de 1930, que viria abrir perspectivas novas ao futuro do Brasil. Esse importante movimento histórico e político chegou a tempo de lhe receber os aplausos. Não lhe permitiu, infelizmente, contemplar as reformas e os caminhos, que aquela Revolução iria rasgar para a vida nacional. É que a 6 de janeiro de 1931 cruzou para sempre as mãos no abraço da eternidade.

O seu dinamismo e sua inquietude ante os grandes problemas sociais de sua época levaram-no à militância política, e, também, o fizeram jornalista.

A política lhe proporcionou importantes cargos: Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador, mandato este conquistado depois de concluído o seu período governamental.

Essas ascensões lhe vieram como "prêmio das ações honradas", segundo eloquente expressão do Padre Vieira. A atividade jornalística o atraiu desde bem moço. Ainda, estudante, foi Secretário de Redação de *A Bahia*, e logo depois de formado em Ciências Jurídicas e Sociais, Diretor d'O Norte, da *Gazeta do Povo*, d'O Democrata, e d'O Tempo e de O Jornal.

Pela sua formação viu sempre na Imprensa um ministério apostolar. O jornal saído de suas mãos não poderia ser um simples repositório de notícias. Haveria de ser um instrumento a serviço das grandes causas. E na defesa destas, Antônio Muniz não media sacrifícios, nem o entibiavam percalços. Destemido combatente, soube sempre dignificar o combate.

O ex-Governador Severino Vieira foi, em certa época, alvo de suas severas críticas, mas sempre com aquela determinação de estigmatizar o pecado e não ferir o pecador.

A sua preocupação constante, no particular, sempre foi a que deve ser o apanágio da imprensa: a Verdade. E esta, para Antônio Muniz, se constituía um hábito de integridade e não uma simples estratégia de profissional.

São estes os traços biográficos de Antônio Ferrão Muniz de Aragão, de quem — valendo-me de Pedro Dantas no elogio ao saudoso Milton Campos — pode-se dizer que "trazia em si mesmo a síntese das virtudes republicanas".

Pela sua vida, pela sua formação, pelo que realizou em benefício do bem comum, podem V. Ex^{ts} sentir o quanto é justa esta homenagem. E nenhum lugar mais adequado para a sua celebração. O homenageado foi político e foi jornalista. A sua voz se fez ouvir no plenário do Congresso, a sua pena se fez sentir nas lides da imprensa.

O Parlamento e a Imprensa muito se parecem e se identificam nos propósitos e nas incompreensões. Cantam juntos os triunfos e juntos, sofrem pelos reveses. Um e outra, instrumentos de suporte da democracia. Por isso mesmo, quando as lufadas do arbítrio açoitam os plenários dos parlamentos, atingem, antes, as redações dos jornais.

Bem haja, pois, o ambiente que nos permite presentes a esta Casa para tão nobre cerimônia em homenagem a um homem que foi, entre outros serviços que prestou, um paladino da vida democrática brasileira.

Porque foi grande, venceu o próprio tempo. Lembrando os versos de Shakespeare, eu diria que "ele, hoje, descansa em sua campa. Nada lhe toca. Nada". Exceto, digo eu, a mão da História,

da qual me valia para escrever este registro que, a exemplo de outros, no passado e no futuro, ganharão vida nos Anais desta Casa. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência associa-se às homenagens prestadas à memória do Dr. Antônio Ferrão Muniz de Aragão, grande brasileiro que hoje é reverenciado nesta Casa pelos dois Partidos cujos representantes têm assento no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há dez anos, o Governo brasileiro enviava emissários ao exterior no empenho de obter o adiamento de dívidas que não tínhamos como pagar. E o Governo do Brasil ameaçava seus credores com uma moratória unilateral, talvez a maior humilhação já sofrida pela Nação.

Agora, assistimos ao amplo noticiário de toda a imprensa sobre o 1º Seminário sobre Investimentos no Brasil, realizado em Salzburgo. Lá estiveram mais de 1.500 homens de negócio de trinta países. Não é preciso aludir ao acontecimento, tão noticiado foi, com o merecido destaque.

Apenas dez anos após uma situação de falência e descrédito, o Brasil se torna ponto de atração para o mundo investidor, na mais inequívoca prova das transformações operadas em nosso País pelos governos da Revolução.

Quero apenas, Sr. Presidente, manifestar meu regozijo diante de acontecimento tão importante e que exhibe aos descrentes as novas dimensões do Brasil. E felicito o Ministro João Paulo dos Reis Velloso por essa inédita e vitoriosa iniciativa, organizada por Mário Garnero, grande responsável pelo êxito alcançado pelo Seminário.

Em seu despacho com o Presidente da República, no último dia 28, o Ministro Reis Velloso informou que já obtivemos investimentos de Cr\$ 5 bilhões em decorrência do Seminário de Salzburgo, importância esta que se multiplicará muito em breve, dado o interesse revelado pelos chefes das grandes empresas de 30 países em investir no nosso País. O Ministro do Planejamento relatou ao eminente Presidente Ernesto Geisel os sucessos excepcionais da notável promoção comercial. Esse seminário propiciou, ainda, ocasião para que o Brasil se tornasse ainda melhor conhecido no Exterior, este mais um resultado de relevância. Mostrou, de outro lado, termos alcançado um amadurecimento que nos permite agir de igual para igual mesmo em torno de questões da maior significação para o nosso futuro. É que o Brasil já se tornou um grande país e como tal se conduz em toda a sua ação no exterior.

Os resultados positivos de Salzburgo só poderão ser avaliados no futuro, pois se estenderão eles por algum tempo. Já se anuncia a vinda de grupos de empresários franceses e de outros países ao Brasil, para o prosseguimento de negociações iniciais no decorrer daquele Seminário. Frutificará ele, assim, por algum tempo.

É preciso, também, salientar que somente as condições de estabilidade política poderiam assegurar tamanho interesse e êxito pela nossa promoção em Salzburgo. O Brasil, com sua extensão territorial, seu potencial de riquezas e o mercado interno, oferece condições excepcionais aos investidores estrangeiros. Mas de nada nos valeriam esses fatores, não dispuséssemos de situação interna estável, inclusive no tocante à política econômico-financeira. Essa estabilidade constitui uma das maiores conquistas da Revolução de 64, base para a transformação do Brasil em grande potência!

Sr. Presidente, nestas rápidas palavras felicito o eminente Presidente Ernesto Geisel e os promotores do conclave, por acontecimento de tamanha importância para o Brasil, como foi o 1º Seminário sobre Investimentos realizado em Salzburgo! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Havia-me inscrito, hoje, para abordar um tema momentoso e extremamente oportuno, aquele que se relaciona com a campanha contra a chamada estatização, que vem se desenvolvendo em diversos setores da nossa imprensa e dos nossos meios políticos, e a vinculação desta campanha com as iniciativas que vêm sendo tomadas para atrair capitais estrangeiros, empresas multinacionais para nossa economia. Refiro-me especialmente ao Seminário de Salzburgo e à reunião que ora se processa, em Brasília, com a *Business International Corporation*.

Mas, Sr. Presidente, não obstante a oportunidade do tema, desejando fazer um pronunciamento mais abrangente, mais longo e aguardando ainda algumas informações que me faltam, deixo para os próximos dias esse pronunciamento. E aproveito na oportunidade para encaminhar à Mesa um projeto de lei que introduz correções em algumas impropriedades resultantes da aprovação da Lei nº 6.205, de 29 de abril último, que desvinculou o salário mínimo da correção de dívidas em diversas operações contratuais.

Dentre essas impropriedades, a mais importante, a meu ver, é aquela que manteve a vinculação ao salário mínimo dos contratos de aluguel em vigor da data da aprovação da lei.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que se buscava, com a referência ao salário mínimo, nesses contratos de aluguel, era a restauração do poder aquisitivo daquele aluguel desgastado durante o ano. O que se busca, agora, a partir do último reajustamento do salário mínimo, o que se busca com a revisão do salário mínimo é não apenas a restauração do seu poder aquisitivo de um ano antes, mas também a recuperação de algo que a Nação ficou devendo aos trabalhadores, pela compressão dos salários reais, durante os últimos dez anos.

Assim é que, pela primeira vez, no presente ano, o salário mínimo foi reajustado com um percentual significativamente mais alto do que o desgaste sofrido pela alta do custo de vida; e o reajustamento dos aluguéis, pelo mesmo percentual do reajustamento do salário mínimo, dá aos proprietários um excesso de remuneração que, absolutamente, não lhes é devido, em sacrifício do inquilino, isto é, da parte quase sempre mais fraca nesses contratos.

Portanto, cabe uma revisão desse dispositivo, sumamente injusto, que ficou aprovado na Lei nº 6.205, principal impropriedade que o projeto que encaminho à Mesa pretende sanar.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Exª permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Tem V. Exª o aparte.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Temos a impressão de que o diploma legal referido por V. Exª justamente exclui os aluguéis dessa correção, exceto aqueles que, contratualmente firmados, não poderiam, por uma lei — a nosso ver, somos engenheiros, não juristas — ter a sua validade a posteriori contestada. Os aluguéis não terão mais como referência o salário mínimo, a não ser aqueles que já foram objeto do contrato-documento que, dentro das leis brasileiras, parece, é peça hábil para a exigência do seu cumprimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Nobre Senador, precisamente esses aluguéis, esses contratos em vigor, que previam reajustamento com base no salário mínimo e que a lei mencionada respeitou, que o projeto que ora encaminho pretende revogar. O que se objetivava, nesses contratos e se usava a indexação do salário mínimo para esse fim, era uma simples recomposição do valor do aluguel, recomposição essa que pode ser feita justamente pelo novo sistema de indexação, aquele introduzido pela Lei nº 6.205.

Isso não desrespeita, absolutamente, direito em vigor. Ao se manter a indexação do salário mínimo, se está dando ao proprietário, ao locatário, um excedente do valor do aluguel que não lhe é devido, porque corresponde àquela parte que está sendo dada ao trabalhador, não como recomposição do valor do seu salário desgastado, no último ano, mas como recomposição de algo que lhe foi tirado, sistematicamente, nos últimos dez anos.

Há uma diferença flagrante e substancial, que deve ser reparada, no caso. E é o que se pretende corrigir, com a sugestão que ora apresento.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Eminentíssimo Líder, V. Exª permite um aparte? (Assentimento do orador.) — Nós ficamos na preliminar. Ainda não chegamos ao mérito. No mérito, não estaremos longe de concordar com V. Exª. O Governo não viu como tornar letra morta um contrato assinado, registrado, em que estivesse estipulado, entre as partes contratantes, que haveria o reajuste sob esta forma. Lembra-se V. Exª de que isso foi objeto até de muita discussão, quando o projeto veio ao exame do Congresso. Nós não entramos no mérito do problema. Talvez no mérito até estivéssemos de acordo com V. Exª. Ficamos apenas na preliminar.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Permite-me V. Exª um aparte? (Assentimento do orador.) — Penso que V. Exª vai exatamente corrigir um defeito da legislação. Quero lembrar que, na tramitação do projeto, esse aspecto foi lembrado e foi objeto de emenda de nossa iniciativa. Realmente o que se pretende, quando se fixa o aluguel à base do salário mínimo, é adotar uma cláusula móvel, mas o que o Governo quis desvincular foi precisamente os aspectos de atualização monetária daqueles outros que interferem no salário mínimo. No salário mínimo se acrescenta o índice de produtividade. Que tem que ver o proprietário do prédio com a produtividade? Na fixação do salário mínimo se estabelece o resíduo inflacionário. Ele vai receber metade da inflação prevista. O que tem a ver o título de proprietário com aquela previsão, assim como com outras dívidas? Foi discutido amplamente. Não tivemos maioria. Agora, reaberto o trabalho, através do oportuno projeto de V. Exª, esperamos convencer a Casa de que o que houve, no caso, foi um respeito excessivo à letra do contrato. Uma das tendências do Direito Moderno é precisamente a decadência do contrato. A soberania do contrato foi tese muito válida no século XIX, o princípio *pacta sunt servanda*. No entanto, ao lado do princípio de que "os acordos devem ser observados", há outras normas que correspondem ao interesse social, à justiça, e que determinaram uma figura moderna do Direito: a teoria da imprevisão, que permite, por exemplo, o reajuste dos contratos com a administração pública quando há uma alteração imprevista e profunda de modo a causar o enriquecimento de uma parte e o empobrecimento da outra. É o mesmo princípio que se tem de aplicar. Data venia, a orientação do Governo, no caso, obedeceu a um pressuposto contratualista já superado no campo do Direito. V. Exª, como autêntico economista, vai-nos ajudar a fazer a tese vitoriosa.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — V. Exª permite mais um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Pois não.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Após uma aula de Direito Moderno — V. Exª é economista e nós somos engenheiros — com citações de Latim bem antigo, dizemos que o Governo, quando respeita direitos que julga absolutamente líquidos, é criticado. Por outro lado, quando o Senhor Presidente da República deseja justamente avançar um pouco além, também é criticado. No momento, ficamos no respeito daquilo que julgamos estar certo, quer dizer: um contrato já firmado, assinado, é, para nós, válido e, portanto, deve ser respeitado — foi a preliminar levantada. Não fomos ao mérito. Neste, estamos de acordo com o que o nobre representante de São Paulo diz: naturalmente não se deveria computar no reajustamento contratual de um imóvel aquelas variantes que entram apenas no reajustamento

salarial de um homem que algo produz. Ficamos na preliminar: para os contratos já firmados e assinados, o Governo apenas fez uma coisa, respeitou a lei, sem embargo da brilhante, sapiente e erudita lição de Direito Moderno dada pelo não menos eminente Professor de Direito, Representante de São Paulo, Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — V. Ex^a me permite? (Assentimento do orador.) — Quero tornar claro que respeito as intenções do Governo. A matéria comporta exatamente isto que V. Ex^a vai obter agora: uma discussão em separado. A minha intervenção visou apenas mostrar que há, dentro do próprio campo jurídico, elementos das mais modernas tendências do Direito Privado e do Direito Público, para não ficarmos amarrados àquela fórmula latina citada, que é muito simples: *pacta sunt servanda*, isto é, os pactos devem ser observados. É um velho princípio do Direito Romano. Entretanto, disse o ilustre Líder do Governo: “língua morta. Pois é doutrina morta também! Substituo a doutrina do *pacta sunt servanda* pela moderna teoria da imprevisão ou, se quisermos usar o Latim moderno, adaptado ao caso, o princípio da cláusula *rebus sic stantibus*, “se as coisas assim permanecerem”. Ora, mudaram as situações. Logo, é de justiça que se mude, na medida, entretanto, em que a mudança corresponda a uma exigência de interesse social. O objetivo do meu aparte foi apenas dar uma sustentação, também jurídica, à tese econômica lembrada na justificação do projeto de V. Ex^a, nobre Senador Roberto Saturnino. Congratulo-me com V. Ex^a e com o Senado por esse projeto, que abre a oportunidade de um debate em torno de assunto do maior interesse público. Respeitando perfeitamente as razões do Governo e considerando esta matéria controvertida, acho que um debate mais amplo poderá mostrar os benefícios de ordem econômica e a justificativa de ordem jurídica para a modificação proposta.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Nobre Senador Roberto Saturnino, se V. Ex^a conseguir convencer-nos e aos órgãos governamentais da fundamentação jurídica da sua proposição, não tenha a menor dúvida de que é com o maior prazer que a acataremos. Precisa apenas vencer esta preliminar. Dentro da teoria da imprevisibilidade, apresentada pelo eminente Senador por São Paulo, vamos encerrar com simpatia sua proposição. No entanto, V. Ex^a tem que aduzir argumentos bem fortes em termos jurídicos, não a um engenheiro, mas aos juristas aqui da Bancada, para que possa o Governo ficar ciente da justeza da sua proposição.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Eu me permito acrescentar que o próprio Governo, no tocante à teoria da imprevisão, parece inclinar-se pela sua aprovação. No anteprojeto do Código Civil, divulgado pelo Ministério da Justiça, há três artigos, na parte “Das Obrigações”, consagrando a moderna teoria da imprevisão. No caso, não é uma aplicação exata desta doutrina, mas é uma analogia que nos permite, com iguais argumentos, aprovar o Projeto Roberto Saturnino.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Tenha fé em nossa intenção. A promessa está feita.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Parece-me que estamos todos de acordo quanto ao mérito, e temos indicações de ordem jurídica, inclusive precedentes do próprio Governo, para justificar o projeto.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Rio de Janeiro) — Nobre Senador Virgílio Távora, vê V. Ex^a que a iniciativa tem procedência: reabrir o debate, talvez, seja a possibilidade de encontrarmos, seguindo o caminho indicado pelo meu ilustre Líder, Senador Franco Montoro, a fórmula jurídica capaz de sanar essa injustiça, que pode até se configurar como um caso de enriquecimento ilícito dos proprietários, na medida em que eles estarão obtendo receitas que, realmente, não lhes são devidas pelo espírito do contrato assinado entre as duas partes.

Espero, assim, que o Senado Federal, com o concurso dos seus brilhantes juristas, possa achar a fórmula adequada para corrigir esse mal.

Era o que eu desejava aduzir, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Evandro Carneira — Cattete Pinheiro — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Domício Gondim — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Dirceu Cardoso — João Calmon — Danton Jobim — Orlando Zancaner — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Mattos Leão — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lido o seguinte

Ofício nº 101/75

Brasília, 3 de junho de 1975.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o nome do Senhor Deputado Darcílio Ayres para integrar, em substituição ao Senhor Deputado Gonzaga Vasconcelos, a Comissão Mista incumbida de apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 4/75-CN, que “estabelece critério e limite para fixação da remuneração de vereadores”.

Aproveito para renovar os protestos de elevado apreço e consideração. — João Linhares, Vice-Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 1975

Altera o art. 8º, da Lei nº 5.107, de 13-9-66, que “cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que “cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”, fica acrescido da seguinte letra f e do seguinte item IV:

“Art. 8º
.....
f) em caso de hospitalização do empregado.
.....

IV — na hipótese da letra f, a conta poderá ser utilizada pelo empregado, mediante autorização do INPS, em saques mensais correspondentes à diferença entre o auxílio-doença e o valor do salário percebido pelo empregado quando em atividade, durante o período da hospitalização.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O segurado da Previdência Social, quando adoece, fica numa situação singular. A partir do 16º dia da sua incapacidade laborativa passa a receber um auxílio-doença “correspondente a 70% (setenta por cento) do “salário-de-benefício”, mais 1% (um por cento) desse salário por ano completo de atividade abrangida pela previdência social” ... até o máximo de 20% (vinte por cento). Isto quer dizer que só é atingido o percentual de 90% (noventa por cento) do salário-de-benefício por aqueles que tenham contribuído 20 anos ou mais para a Previdência Social.

O auxílio-doença está disciplinado pelo Capítulo II, do Título III, da Lei nº 3.807, de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

É exatamente na fase de doença que o trabalhador mais fica vulnerável a despesas imprevistas e injustamente é o período em que tem reduzida a sua renda mensal.

Apresentamos este Projeto de lei com o propósito de ~~compensar~~, pelo menos, as dificuldades financeiras enfrentadas pelos empregados licenciados que, desta forma, poderão contar com a suplementação do auxílio-doença, permitindo-lhes manter a sua renda mensal integralizada, enquanto perdurar o período mais grave da sua doença, isto é, durante a hospitalização.

Alguns segurados já têm essa complementação do auxílio-doença, conforme o parágrafo único do art. 26, da LOPS, *in verbis*:

"Art. 26. Considera-se licenciado pela empresa o segurado que estiver percebendo auxílio-doença.

Parágrafo único. Sempre que ao segurado for garantido o direito a licença remunerada pela empresa, ficará esta obrigada a pagar-lhe durante a percepção do auxílio-doença a diferença entre a importância do auxílio e a da licença a que tiver direito o segurado."

Por sua vez, a própria Lei nº 5.107, de 1966, que criou o FGTS, faculta ao empregado a utilização da sua conta em caso de "necessidade grave e premente pessoal ou familiar" (art. 8º, letra c e item III).

O Regulamento do FGTS, dispôs que a utilização da conta em caso de doença seguiria as instruções que seriam baixadas pelo MTPS (art. 25, III e art. 26, do Decreto nº 59.820, de 20-12-66).

Finalmente, as "Instruções concernentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)" baixadas através da Ordem de Serviço do Presidente do Banco Nacional da Habitação — FGTS — POS nº 01/71 — dispõem da seguinte forma sobre essa matéria:

"80 — A autorização para o saque na hipótese do Código 19 é concedida pelo INPS, à vista do processo em que tenha sido admitido reembolso dos gastos médicos e hospitalares, cujo número deve ser anotado na segunda parte da AM." (Autorização para Movimentação de Conta Vinculada.)

O item 92, dessas Instruções, alinha as hipóteses de movimentação da conta vinculada e, dentre elas, a do Código 19, acima referido, cuja redação é a seguinte:

"CÓDIGO 19 — SACADOR: Optante

MOTIVO — Utilização da conta vinculada, inclusive na vigência do contrato de trabalho, para atender a necessidade grave e premente, pessoal ou familiar, por motivo de doença, nos casos de comprovada urgência, em que a Previdência Social tenha admitido reembolso das despesas realizadas.

QUANTUM — Até a importância igual àquela que tenha sido concedida pela Previdência Social, a título de reembolso dos gastos médicos e hospitalares, observados os limites das despesas efetivamente realizadas.

OBSERVAÇÃO — Entendem-se como pessoas da família do empregado os dependentes admitidos pela Previdência Social."

Constata-se, pois, que é possível o saque na conta vinculada, pelo empregado optante, mediante concessão do INPS, em caso de doença sua ou de dependente seu, até o limite das despesas médicas e hospitalares efetivamente realizadas, desde que em caso de comprovada urgência, e reembolsados pelo INPS.

Julgamos ser de inteira justiça introduzir esta hipótese de utilização da conta vinculada entre as previstas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, razão porque submetemos este Projeto de lei à apreciação dos nobres Pares.

Com a apresentação desta proposição atendemos as sugestões que nos foram apresentadas pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CUIABÁ, no Estado de Mato Grosso.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1975. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 8º O empregado poderá utilizar a conta vinculada, nas seguintes condições conforme se dispuser em regulamento:

I — no caso de rescisão sem justa causa, pela empresa, comprovada mediante declaração desta, do Sindicato da categoria do empregado ou da Justiça do Trabalho, ou de cessação de suas atividades ou em caso de término de contrato a prazo determinado, ou, finalmente de aposentadoria concedida pela Previdência Social, a conta poderá ser livremente utilizada;

II — no caso de rescisão, pelo empregado, sem justa causa, a conta poderá ser utilizada, parcial ou totalmente, com a assistência do Sindicato da categoria do empregado ou, na falta deste, com a do representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), nas seguintes situações devidamente comprovadas:

a) aplicação de capital em atividade comercial, industrial ou agropecuária em que se haja estabelecido individualmente ou em sociedade;

b) aquisição de moradia própria nos termos do art. 10 desta Lei;

c) necessidade grave e premente, pessoal ou familiar;

d) aquisição de equipamento destinado a atividade de natureza autônoma;

e) casamento do empregado do sexo feminino.

III — durante a vigência do contrato de trabalho, a conta somente poderá ser utilizada na ocorrência das hipóteses previstas nas letras b e do item II deste artigo.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 1975

Estabelece condições para revisão dos valores monetários constantes da legislação federal e desvinculados do salário mínimo pela Lei nº 6.205/75, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores monetários estabelecidos na legislação federal em função do salário mínimo ficam transformados, a partir de 1º de maio de 1975, nos correspondentes valores de moeda nacional, com aproximação para o valor de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) imediatamente inferior, tomado por base o salário mínimo fixado pelo Decreto nº 73995 de 29 de abril de 1974.

Parágrafo único. O reajustamento dos valores a que se refere o caput deste artigo será efetuado anualmente, mediante portaria conjunta do Ministro da Justiça e do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com base no sistema especial de amortização monetária a que se refere o art. 3º da presente lei.

Art. 2º O § 3º do art. 1º da Lei nº 6.205 de 29 de abril de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Os valores monetários constantes dos contratos com prazo determinado vigentes na data de publicação desta lei serão convertidos aos valores correspondentes em moeda nacional e reajustados com base no sistema especial de atualização monetária a que se refere o artigo seguinte.

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 6.205/75 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento, da Presidência da República e do Ministério da Fazenda, estabelecerá sistema especial de atualização monetária."

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O prazo restrito de elaboração da Lei nº 6.205/75 de 29-4-75, que estabeleceu a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária, e que se justificava ante a urgência requerida pela matéria, não permitiu exame mais acurado do assunto.

Já publicada, verifica-se a existência de lacunas e incorreções em seu texto, que urge corrigir.

A redação bastante clara do **caput** do artigo 1º da referida lei demonstra, taxativamente, que a intenção do Governo é de não permitir a utilização imprópria do salário mínimo como fator de correção, salvo nos casos especificados no § 1º. Desse modo, as disposições fixadoras de valores de multas administrativas e custas processuais, incluídas em diversos diplomas legais, caíram em dubiedade à falta de disposição complementar disciplinadora da matéria.

Para preencher essa lacuna sugere-se redação constante do art. 1º do projeto.

Outra impropriedade contida no mencionado diploma é a que se refere ao sistema de atualização monetária estabelecido pelo seu art. 2º.

Nesse passo, a lei não é feliz porque admite alternativa de procedimento prevendo que o coeficiente de atualização seja baseado no fator de reajustamento salarial, excluído o aumento de produtividade, ou, no índice de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Ora, é sumamente imprópria e, mesmo, paradoxal, a invocação da fórmula de reajustamento salarial, porque tal significa a permanência, que se quer eliminar, da vinculação da política de salários com coeficientes de indexação para usos diversos.

Com efeito, o Governo que se livrou do incômodo relacionamento do salário mínimo a tais índices de correção monetária, à força da alternativa prevista no art. 2º da Lei nº 6.205/75, poderá levar critérios da política salarial (reajustamentos salariais) à mesma prática. Tanto significa dizer que, a persistir a tendência de revisão da política salarial, com a edição de índices buscando a recomposição do poder aquisitivo dos trabalhadores, dessorado, comprovadamente, no último decênio, ela poderá encontrar, outra vez, obstáculo, no temor de que índices de correção mais favoráveis repercutam sobre outros diversos valores monetários.

Para correção da dubiedade do texto em vigor, que acarreta a possibilidade do acima descrito, o projeto sugere nova redação para o mencionado art. 2º da Lei nº 6.205/75.

Mais importante, ainda, que os pontos acima, parece-nos corrigir o disposto no § 3º, do art. 1º, da Lei nº 6.205/75 porque, a persistir em vigor o seu texto, praticamente se elimina o maior objetivo do diploma legal em causa.

Com efeito, o mencionado dispositivo encerra preocupação em preservar direitos adquiridos relativamente aos contratos em vigor na data da lei com cláusulas de vinculação de valores monetários ao salário mínimo.

A preocupação do legislador quanto a matéria é louvável, mas a solução que encontrou é desastrosa porque põe em risco a eficácia da providência objetivada pela própria lei.

Assim, vale considerar: as pessoas que celebraram contratos com cláusula de reajustamento, tendo como base o salário mínimo, realmente procuraram se abrigar do dessoramento inflacionário dos valores inicialmente marcados para as prestações convencionadas e isto porque o salário mínimo vinha sendo reajustado anualmente.

A vinculação, pois, era, apenas, a indexação disponível. Em nenhum tempo, por certo, os contratantes queriam relacionar os valores contratuais com o mínimo em si.

Em consequência, porém, da falta de observação dessa verdade, e para situar apenas o caso dos contratos de locação de imóveis, já no último reajustado salário mínimo os senhorios foram regamente favorecidos, enquanto os inquilinos, parte presumidamente mais fraca, sofreram forte impacto em sua economia doméstica, pois, consoante anunciado pelos órgãos governamentais, o custo de vida elevou-se em percentual de 26% (FGV). Esse deveria ser o reajustamento dos preços dos alugueres. Entretanto, pelo teor do § 3º do art. 1º da Lei nº 6.205/75, esse reajustamento foi superior a 41% (variação do salário mínimo), com sensível prejuízo para a bolsa dos inquilinos.

O exemplo mostra a necessidade da corrigenda que o Projeto procura fazer no sentido de tornar efetiva a desvinculação de índices contratuais de correção monetária com o salário mínimo, permitindo, assim, que o Governo prossiga no rumo da recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores sem que a alteração dos valores básicos de remuneração traga, em sua esteira, toda uma estrutura de preços e valores a ela radicados desarrazadamente.

E, se, em verdade, os salários passam a ser corrigidos além da inflação verificada no período, o **plus** representado pela diferença a mais, social e politicamente exigida no momento presente, como ato de justiça para com os trabalhadores não pode, sob pena de grave iniquidade, verdadeiro enriquecimento ilícito, premiar proprietários de imóveis em locação ou vendedores de imóveis à prestação.

Porque, insista-se, a indexação com o salário mínimo visa, apenas, a correção monetária em razão da perda de valor da moeda pela inflação. Assim a taxa de correção, em relação aos contratos não pode ser maior que a taxa de inflação no mesmo período.

A malsinada redação do § 3º do art. 1º da Lei nº 6.205/75, excepciona da norma geral — desvinculação — **os contratos em vigor**.

Tal exceção ignora a realidade de que grande número dos contratos de locação, por exemplo, prevêem sua prorrogação automática ou sucessiva, quando não se estendem, por períodos de cinco ou mais anos.

O bom efeito que se quis obter com a lei está, assim, por imprecisão redacional, ameaçado.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1975. — **Roberto Saturnino**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.205 — DE 20 DE ABRIL DE 1975

Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei número 6.147, de 29 de novembro de 1974.

.....

§ 3º Para os efeitos do disposto no artigo 5º da Lei nº 5.890, de 1973, os montantes atualmente correspondentes aos limites de 10 e 20 vezes o maior salário mínimo vigente serão reajustados de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 6.147, de 29 de novembro de 1974.

.....

Art. 2º Em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária.

Parágrafo único. O coeficiente de atualização monetária, segundo o disposto neste artigo, será baseado no fator de reajustamento salarial a que se referem, os artigos 1º e 2º da Lei nº 6.147, de 1974, excluído o coeficiente de aumento de produtividade. Poderá estabelecer-se como limite, para a variação do coeficiente, a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

.....

DECRETO Nº 73.995 — DE 29 DE ABRIL DE 1974

Altera a tabela de salário mínimo aprovada pelo Decreto nº 72.148, de 1º de maio de 1973.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia*):

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes, (*Pausa.*)

Terminada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 220, de 1975, do Senhor Senador Milton Cabral, solicitando autorização do Senado para participar, como observador parlamentar, da LX Conferência Internacional do Trabalho a realizar-se em Genebra, Suíça, de 4 a 26 de junho de 1975, tendo parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica o Sr. Senador Milton Cabral autorizado a aceitar a missão do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 132, de 1975, do Senhor Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1973, de sua autoria, que dispõe sobre o exercício da profissão de Ortopedista, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria pertinente ao requerimento continuará sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 133, de 1975, do Senhor Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1974, de sua autoria, que assegura às entidades sindicais a participação na fiscalização da Legislação Previdenciária.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria pertinente ao requerimento continuará sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 136, de 1975, do Senhor Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1974, de sua autoria, que dispõe sobre a remuneração dos diplomados em Farmácia, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria pertinente ao requerimento continuará sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 187, de 1975, do Senhor Senador Otair Becker e outros, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Governador Antonio Carlos Konder Reis, no dia 1º de maio, em Joinville, Santa Catarina.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 188, de 1975, dos Senhores Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso, no dia 9 de maio de 1975, na Câmara de Comércio Brasileiro—Norte-Americano, em New York, quando foi agraciado com o título "Homem do Ano".

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1974 (nº 1.463-B/73, na Casa de origem), que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 116 e 117, de 1975, das Comissões:

— de **Legislação Social**, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CLS; e

— de **Finanças**, favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada pela Comissão de Legislação Social.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 221, DE 1975

Nos termos do art. 310, alínea C, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1974 (nº 1.463-B/73, na Casa de origem), que institui a "anotação de responsabilidade técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências, a fim de ser feita na sessão de 1º de agosto.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1975. — **Petrônio Portella.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão de 1º de agosto próximo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria da pauta.

Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) (*Pronuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Assistimos, estarecidos, à dilapidação do patrimônio artístico e à aniquilação do tesouro histórico do País.

O vandalismo aliou-se à inconsciência dos predadores para provocar, de maneira insólita, aquilo que o escritor Franklin de Oliveira tão bem chamou de "a morte da memória nacional".

Nas cidades mais bafejadas pela eficácia da fiscalização do Poder Central, ou alentadas pela sensibilidade de Governos regionais, tem sido possível preservar o relicário brasileiro, em que pese a ação de depositários infíeis ou a precariedade de instalações obsoletas.

Com frequência, somos assaltados pelo noticiário contundente sobre o roubo de imagens sacras ou a transferência, para particulares, de objetos que, por sua condição histórica, pertencem unicamente ao poder público.

O pretendido controle da exportação de bens culturais, através de legislação específica, que se estende ao empréstimo de obras raras para exposição no exterior, esbarra na insídia da clandestinidade, que torna praticamente impossível o intuito de conter a evasão.

Num país onde somente agora despertamos para os benefícios da informática e da cibernética, não podemos contar ainda com a precisão de dados estatísticos que nos fornecessem a visão global de toda a herança cultural que nos tem sido legada e hoje se espalha, indiscriminadamente, pelos museus públicos e pelas coleções particulares.

Simultaneamente à descaracterização do acervo nacional e ao transplante sistemático de peças raras, a indústria turística, em seu desenvolvimento, favoreceu o surgimento de um mercado paralelo — a indústria da contrafação.

Ninguém ignora os percalços e cautelas de que hoje se revestem os *experts* diante da inflação de "obras raras", recém-saídas da linha de produção e montagem, em escala industrial, para dissabor dos poucos que ainda zelam, entre nós, pela autenticidade das reliquias.

Exímios artesãos contemporâneos, promovidos a verdadeiros artistas, aprimoram-se na arte de envelhecer objetos. Sob esse aspecto, o mobiliário é o ramo que mais se tem mostrado vulnerável à mistificação.

É neste quadro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o meu pensamento se volta para o Maranhão, onde, apesar de todo o empenho de alguns dedicados patriotas e abnegados pesquisadores, vivem, sob permanente ameaça de desaparecimento ou destruição parcial, alguns dos mais eloquentes documentos da nossa História, disseminados nas cidades-monumentos de São Luís e Alcântara.

Ainda recentemente, numa pausa estimulante entre as notícias desoladoras sobre o vilipêndio do acervo cultural do nosso País, pudemos constatar, com júbilo indisfarçado, que parte da mocidade a iniciativa de impedir o aviltamento da paisagem.

Em Ouro Preto, cidade das que têm sido melhor assistidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os jovens se rebelaram para impedir que o calçamento de pedras de uma rua secular fosse maculado.

Esses movimentos isolados, entretanto, não nos garantem a tranqüilidade desejada para confiar nas intenções dos que, direta ou indiretamente, assumem a responsabilidade de guardiães da memória nacional.

Nosso desejo é de que frutifique o exemplo da juventude mineira na guerra contra a poluição visual. E quando me refiro a essa modalidade de poluição, quero abranger também, no significado genérico, não apenas os grandes e intencionais crimes contra o patrimônio, mas também as aparentemente inofensivas infrações de uma delinqüência apática, mas nem por isso menos culposa, que age menos por má-fé do que por ignorância, à falta de advertência ou por excesso de tolerância.

Na realidade, à falta de fiscalização eficiente, os moços de Ouro Preto apenas exigiam o cumprimento do Decreto-lei nº 25, de 1937, que, no Capítulo III do seu art. 18, determina:

"Sem prévia autorização do Serviço (hoje Instituto) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que lhe impeça a visibilidade, nem nela colocar anúncios e cartazes, sob pena de ser

mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de 50% do valor do mesmo objeto."

Alcântara, no Maranhão, hoje uma cidade morta, tem a sua sede protegida por legislação federal, com o sítio urbano inscrito no "Livro do Tombo", "em obediência ao valor do acervo arquitetônico paisagístico da Cidade, erigido em Monumento Nacional, pelo Decreto-lei nº 26.077-A, de 22 de dezembro de 1948".

Em São Luís, "o conjunto de quadras, sobrados e telhados sobrepuja o fator arquitetônico isolado".

É do saudoso Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro Diretor do IPHAN, esta observação preciosa sobre ambas as cidades do meu Estado:

"O retábulo seiscentista da Sé de São Luís e a Igreja do Carmo de Alcântara, conquanto representem exemplares preciosos de nossa arte sacra tradicional, são menos expressivos que os belos sobrados das duas cidades, revestidos de azulejos de variegados padrões nas frontarias, com grades de esmerada serralheria nas sacadas, e também caracterizados pelas gelosias pitorescas de suas fachadas posteriores e de seus pátios internos."

Reconhece-se aí, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que "a arquitetura de São Luís, pela sua extensão e variedade, constitui o maior agrupamento do Brasil". Sem a riqueza, o luxo e o esplendor das igrejas da Bahia, a Ilha se impõe pela unidade do seu casario, a fidelidade à época, a vetusta venerabilidade de seus telhados.

"É importante frisar — fiz recente Relatório elaborado pela Prefeitura de São Luís — a importância global das quadras formadas pelos sobrados de São Luís como testemunhos da arquitetura civil no Brasil, pois constituem o maior conjunto no gênero no País. É formado de 8.800 imóveis, datando do Século XIX e épocas anteriores (aproximadamente 1.000 são do Século XVIII), distribuídos em mais de 200 quadras".

— Para melhor avaliação da importância cultural deste acervo, basta lembrar que o bairro do Pelourinho, em Salvador, tem apenas 1.000 imóveis e é formado por não mais de 20 quadras."

Durante o meu Governo, no Estado do Maranhão, procurei criar condições para rigorosa execução de um plano que assegurasse a conservação das áreas de valor histórico, seguindo as recomendações dos órgãos federais especializados. Tive a ajuda do Dr. Soeiro, do MEC, e do Dr. Vianna de Lima, da UNESCO.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Com muita honra, nobre Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres (Rio de Janeiro) — Como sempre, V. Exª aborda tema importante como este, por exemplo, e que me traz ao debate, para lembrar a situação do Município de Parati, no Estado que tenho a honra de representar nesta Casa. Sabe V. Exª que o conjunto arquitetônico de Parati é também tombado. Entretanto, ultimamente, segundo tenho sido informado, por deficiência de verbas do patrimônio histórico, vai-se perdendo aquela jóia, aquele conjunto barroco, que é não uma atração turística mas, principalmente, uma lição de brasilidade, um mergulho na história que se dá, quando se vai a Parati. Não poderia ficar alheio, porque meu aparte tem um sentido de aplauso ao que V. Exª fala no dia de hoje, apenas pedindo permissão para lembrar que em situação análoga se encontra o Município de Parati, no Estado do Rio, e comungar com V. Exª em tudo que está dizendo, no sentido da preservação desses conjuntos, desses patrimônios que não podem ser arrazados por falta de verbas. Essa desculpa me parece insuficiente; tem-se de arranjar um jeito, uma verba, para que possam ser mantidos. Parabéns a V. Exª pelo magnífico discurso que está pronunciando.

O SR. JOSÉ SARNEY (Maranhão) — Muito obrigado a V. Exª, por colocar ao lado das velhas cidades coloniais do Nordeste, a jóia que é Parati.

Afeito ao estudo de nossa História, compreendi a importância de salvar o patrimônio arquitetônico barroco de nossas velhas cidades. O aproveitamento de prédios cadastrados na área de indiscutível significação cultural, para instalação de repartições públicas — federais, estaduais e municipais — tem sido uma das fórmulas por nós encontradas para atenuar os encargos decorrentes da onerosa responsabilidade de preservar o conjunto arquitetônico de São Luís, enquanto para Alcântara projetou-se a implantação de hotéis e pousadas.

Hoje, conforme dados coletados, 6.435 servidores estão instalados em 34 prédios da área histórica, havendo possibilidade de elevar para 67 o número das locações, com capacidade para abrigar o total de 10.032 funcionários.

Mas, apesar das soluções paliativas que vêm sendo encaminhadas, ambas as cidades — São Luís e Alcântara — encontram-se vulneráveis à ação dos predadores e do tempo.

Em São Luís, o conjunto da Praça João Lisboa (antigo Largo do Carmo), um dos mais harmoniosos do País, tem sofrido contínuas mutilações, já com a derrubada de prédios coloniais para a construção, em seu lugar, de agências bancárias, já pela construção de abrigos anti-estéticos.

O Palácio dos Leões, sede do Executivo estadual, inteiramente recuperado em meu Governo, na pureza de suas linhas neoclássicas, já sofreu alterações deformadoras.

Em São Luís, até mesmo as belezas naturais começam a ser alvo da especulação imobiliária. O exemplo de Copacabana parece que não sensibilizou outras localidades do País para a imprevidência de levantar construções em pista rente à orla. Para corrigir a falta de visão e planejamento de passados Governos, o extinto Estado da Guanabara viu-se obrigado a arcar com despesas imensuráveis, de modo a recuperar o espaço tomado à praia pelos arranha-céus. Pois na Ilha de São Luís, cometeu-se, não faz muito, o mesmo erro. A praia do Olho D'Água foi criminosamente desfigurada, com construções próximas à rebentação das ondas. Com isso, as dunas de areia, ornamento típico das raras praias selvagens, que ainda se encontram no Nordeste, foram irremediavelmente sacrificadas. Em seu lugar, já se erguem chalês à beira-mar. O mesmo aconteceu com outra famosa praia nordestina: a de Tamboá.

Em Olinda, Pernambuco, conforme divulgou há pouco a imprensa carioca, 150 casas vão ser desapropriadas e demolidas no Alto da Sé, área totalmente tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como única fórmula encontrada para preservar os monumentos históricos e religiosos ali existentes.

A medida é consequência de recente legislação estabelecida pelo IPHAN especificamente para aquele município, com vistas "principalmente à manutenção do gabarito e do caráter plástico das edificações, frontespícios e telhados de telhas antigas e à preservação da vegetação pública e particular".

Com o mesmo calor com que nós, do Maranhão, concedemos o nosso aplauso à medida aplicada em Olinda, erguemos a voz para reivindicar tratamento idêntico em relação às nossas relíquias do passado.

So uma ação enérgica e conjunta das autoridades federais, estaduais e municipais, poderá garantir a execução de um programa racional de defesa da memória maranhense. Mas um programa que não seja impulsionado apenas por surtos espasmódicos, desses que se contraem e retraem sob pressão de conveniências episódicas.

Não basta implantar uma mentalidade conservantista. É preciso estabelecer as bases de um programa permanente, com previsão orçamentária adequada para a manutenção. São Luís foi mais uma vez incluída, bem como Alcântara, em um programa prioritário. Desejamos que agora seja possível um trabalho eficiente e permanente.

Note-se que a legislação de Olinda prevê até a manutenção do equilíbrio ecológico da região. Segundo o Professor Marcelo Santos, Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de

Pernambuco, a área verde de Olinda, atualmente prejudicada pelas casas condenadas, será toda reconstituída através do replantio de árvores típicas como coqueiros, fruta-pão, jaqueiras e trapiás.

Para o caso de São Luís e Alcântara, não pode o Brasil prescindir da instalação de um órgão precursor de estudo e pesquisa que funcione sob controle de um objetivo definido.

Não se trata, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de reivindicação de caráter baírrista, embora seja válido o orgulho de ostentar esta circunstância. O problema tem uma dimensão muito mais ampla.

No Encontro Para Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Latino-Americano, realizado em Quito, Equador, em 1967, a Organização dos Estados Americanos já havia reconhecido oficialmente que "os projetos de ~~museu~~ em valor do patrimônio monumental fazem parte dos planos de desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, devem integrar-se nos mesmos".

E mais: "Que os investimentos de capitais para a execução dos aludidos projetos devem ser feitos simultaneamente com os que recriam o equipamento turístico da zona ou região objeto de revalorização".

Nas vésperas de transformar-se em Corredor do Progresso por sua posição estratégica entre a região amazônica e o Nordeste, o Maranhão precisa, mais do que nunca, das atenções das autoridades e de todo o povo brasileiro para preservar o seu patrimônio cultural.

Dentre em pouco, quando o ferro de Carajás estiver sendo transportado pelo Porto de Itaqui e quando esteja funcionando, a todo vapor, a usina siderúrgica preconizada pelo Governo Federal no II Plano Nacional de Desenvolvimento, a cidade de São Luís, para suportar o impacto do desenvolvimento acelerado, terá mobilizado todas as forças vivas do Estado a fim de garantir a sobrevivência, com suas características fundamentais de cidade histórica, ou será mais uma cidadela a capitular por falta de uma visão cultural do problema.

E toda uma infra-estrutura que o Maranhão precisa implantar para acolher, na pequena e tranqüila Ilha onde se localiza a Capital, um vasto contingente de homens e máquinas que levarão para a região, juntamente com o progresso, os dissabores do progresso.

Os problemas que se desenrolam diante do administrador estadual vão desde a insuficiência habitacional, cujos reflexos já se fazem sentir na atualidade, ao abastecimento d'água, ao suprimento de energia elétrica, à alimentação e aos transportes. É como se, de repente, fôssemos intimados a construir, sobre as ruínas do passado, uma nova cidade.

E quando pensamos em construir uma nova cidade, invade-nos, de pronto, o medo do aventureirismo que sempre incide em ocasiões similares.

Contra isso precisamos estar armados, sob proteção de um vigoroso dispositivo de segurança que garanta a integridade de nossa cidade. E o dever de zelar pelo patrimônio do Maranhão não é só nosso, dos maranhenses, mas de todos os brasileiros que não se deixaram alienar pelo colonialismo cultural.

Quando as grandes metrópoles do País já não suportam a poluição ambiental e, embora muito tarde, buscam medidas para conter o gigantismo, limitando o aparecimento dos "espigões" do asfalto, nada conforta mais do que saber que ainda existem, no próprio Brasil, cidades que nos dão notícias de uma vida mais humana, dos tempos em que a arquitetura não havia sido posta ainda a serviço dos que hostilizam o homem.

Conforta saber, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que em São Luís e Alcântara ainda resistem os venerandos sobrados coloniais, construídos em pedra e barro, com beirais de porcelana em cimbalhas de balanço, bandeiras trabalhadas de madeira, gelosias nas fachadas, grades de ferro em fino lavor de serralheria, cancelões duplos e vitreux de religiosa beleza. Tudo isso valorizado pelos azulejos polícromos, muitos em alto relevo, dando testemunho dos bons tempos em que morar não era o simples ato de abrigar-se numa caverna de concreto.

Antigo porto comercial, dominado por prósperos comerciantes, São Luís sempre fez *pendant* com Alcântara, refúgio bucólico da aristocracia rural. A partir da Abolição da Escravatura, Alcântara começou a perder o seu significado econômico e é hoje, como a conhecem vagamente, apenas uma cidade-fantasma. São Luís, ponto escolhido pelos franceses que a fundaram, para ser a Capital da Província do Maranhão, vem florescendo, de forma surpreendente, a partir da Revolução de 1964.

Uma e outra, entretanto, estão a exigir zelos especiais e cuidados urgentes, por causas aparentemente antagônicas: Alcântara, pelo abandono; São Luís, pelo progresso.

Importa, antes de tudo, em socorro dessas duas cidades, que se atualize a legislação de proteção vigente nos Estados Americanos, conforme previu a OEA, começando pelas disposições regulamentares que se aplicam à matéria publicitária, de modo a evitar a descaracterização ambiental das zonas de interesse histórico.

Entre as medidas legais previstas, atendo-me a duas, em particular:

"Ao atualizar a legislação vigente, os países deverão ter em conta a mais valia que adquirem os bens imóveis incluídos na zona *mise en valeur*, assim como, até certo ponto, as limitrofes."

E: "Da mesma forma, deve-se tomar em consideração a possibilidade de estimular a iniciativa privada, mediante a implantação de um regime de isenção de tributos fiscais nos edifícios que se restaurem com capital particular e dentro dos regulamentos estabelecidos pelos órgãos competentes. Outros favores fiscais podem também ser estabelecidos como compensação às limitações impostas à propriedade particular por motivo de utilidade pública".

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Chego ao fim do meu discurso, com a esperança de ter podido sensibilizar os ilustres membros desta Casa para um problema que não é apenas, como já disse, do meu Estado, mas de toda a Nação. Preservar a memória nacional é dever de todos os brasileiros e estou certo de que, juntos, poderemos mais facilmente obter, para São Luís e Alcântara, a atenção que ambas reclamam nesta hora em que grandes transformações se prenunciam para a economia do Maranhão. Saibamos, pois, enfrentar o progresso com as vantagens e desvantagens que acarreta.

Tenho dito. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benjamin Farah) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Esteves.

O SR. JOSÉ ESTEVES (Amazonas) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Já tive oportunidade de ocupar esta tribuna, por várias vezes, para alertar o Governo Federal no que diz respeito aos problemas que afligem a Região Amazônica, e, em particular, o meu Estado, o Amazonas.

Ainda ontem, Sr. Presidente, abordei o assunto do óleo de pau-rosa e do guaraná, cuja necessidade de serem ambos incluídos na política de preços mínimos é um imperativo de ordem econômica e social.

Desejo, inicialmente, Sr. Presidente, fazer um histórico sobre o óleo essencial do pau-rosa.

A atividade do pau-rosa é puramente amazônica, exercida há mais de 40 anos na região, sendo a única que não atrai os empresários do Sul, o mesmo não ocorrendo com a exploração de outras madeiras para serrarias, indústrias de compensados etc. A indústria do pau-rosa é específica.

Essa atividade ocupa, diretamente, trinta mil pessoas e mais de cem mil, indiretamente, sendo desnecessário explicar as consequências que a paralisação dessa atividade traria para a região, o que seria um verdadeiro caos.

No mercado interno, deve-se salientar que o óleo essencial do pau-rosa já chegou a ocupar o terceiro lugar, na pauta de exportações da Região Amazônica, cabendo à borracha e à castanha o primeiro e o segundo lugares, respectivamente.

Os Estados compradores no mercado interno são Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, onde a indústria é mais desenvolvida. O mercado interno consome cerca de 10% da produção; contudo, não acreditamos que venha a sofrer mudanças profundas nos próximos anos.

No mercado externo, a tendência do consumo é maior nos países com indústria desenvolvida. Assim sendo, nossas maiores exportações têm sido para os Estados Unidos, Japão, Holanda, França, Argentina, Inglaterra e Bélgica, sendo que a Rússia, Itália, México e Suíça já estiveram presentes na pauta de exportações.

Podemos dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que as nossas exportações para o exterior giram em torno de 90%, tendo, contudo, registrado baixas até 1967. Mas, de 1968 até o ano presente, registraram-se altas consideráveis na balança de exportações.

Um dos maiores problemas, quanto ao mercado externo, prende-se à falta de suficiente capital de giro para enfrentar as baixas do mercado, fazendo com que os exportadores se vejam forçados a vender o produto, a fim de saldarem seus compromissos.

Presentemente os estoques do pau-rosa, existentes nas usinas dos Estados do Amazonas e Pará, elevam-se a cerca de 1.500 tambores, de 180 kg. Parte dessa quantidade acha-se comprometida com os Bancos do Brasil e Amazônia S/A, que realizaram com os exportadores, operações de penhor mercantil.

A CACEX estipulou o preço de 7 dólares por libra peso, para exportação.

O mercado internacional, cujos compradores conhecem a existência dos estoques, entrou em baixa e as ofertas que são feitas aos exportadores não compensam, dando-lhes grandes prejuízos.

Dá, Sr. Presidente, a necessidade imperiosa de ser o pau-rosa, como o guaraná, incluído na política de preços mínimos. Como já tive oportunidade de afirmar, é a única maneira de salvar essas duas atividades, que poderão tornar-se as vigas-mestras da economia amazonense. Daí porque, Sr. Presidente, desejo solicitar ao Diretor da primeira região do Banco do Brasil, Sr. Amílcar de Souza Martins, providências no sentido de determinar às agências do Banco do Brasil no Pará e no Amazonas, para que continuem realizando operação de penhor mercantil sobre os estoques existentes de pau-rosa.

Esta medida seria paliativa, Sr. Presidente: enquanto a Comissão de Financiamento da Produção estuda, calcula e toma as providências indispensáveis para que coloque o pau-rosa na relação de produtos beneficiados pela política de preços mínimos, enquanto isso, o penhor mercantil seria uma solução. Estou certo de que o Dr. Amílcar de Souza Martins, Diretor da primeira região do Banco do Brasil, se fará sensível ao nosso apelo.

Estendo, também, idêntico apelo ao Sr. Presidente do Banco da Amazônia, Sr. Francisco de Jesus Penha, que já vem dando grande apoio à indústria de óleo essencial do pau-rosa, realizando grandes contratos de penhor mercantil.

Solicito, também, ao Sr. Presidente Penha, determinar providências para a prorrogação dos contratos de penhor mercantil do pau-rosa, feitos há seis meses e que estão em véspera de vencer-se, o que seria de qualquer forma uma ajuda a tantos quantos empregam suas atividades nesse produto.

A par disso, Sr. Presidente, desejo também registrar a reunião havida em Manaus, entre agentes financeiros e órgãos do Governo do Amazonas e Pará, ligados ao setor de juta e malva. A reunião ocorreu em Manaus, de 19 a 22 do mês passado, no Centro de Treinamento Maromba, realizando o Seminário sobre Fibras Vegetais da Amazônia, cujo objetivo era o equacionamento dos problemas de

produção das fibras e a definição e recomendação das medidas para a melhoria da produção e da produtividade na área.

O encontro contou com o apoio do Governo do Estado, através da Secretaria de Produção, e do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia, IFIBRAM, tendo culminado com um documento-síntese das proposições aprovadas pelos participantes.

A crescente importação, pelo Brasil, de juta e derivados que, somente no ano passado, alcançou 12 milhões de dólares — fonte CACEX, Banco do Brasil — indica a necessidade de uma tomada de posição urgente. E o Seminário foi a ocasião para que se discutisse todo o processo de deterioração registrado na produção de juta nos últimos quatro anos.

Durante o encontro em Manaus foram apresentados três temas técnicos. O primeiro abordando a "Tecnologia Disponível e sua Utilização nas Culturas de Juta e Malva" com a apresentação feita pelo Dr. Orlando Ribeiro, técnico da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas; o segundo tema versou sobre as "Perspectivas de Pesquisas e Experimentação em Juta e Malva". O Dr. Virgílio Libonatti, da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará foi o apresentador; "Política Agrícola de Apoio à Juta e Malva" foi o terceiro assunto discutido durante o Seminário e coube ao Dr. Pedro Brandão, da Comissão de Financiamento da Produção realizar a abordagem.

Após as discussões, os participantes do encontro foram distribuídos em três grupos de trabalho para debate dos documentos finais e apresentação das sugestões em plenário. Da sessão plenária deverá ter saído documento que conterá as recomendações e medidas básicas para encaminhamento aos setores competentes.

Devo registrar a atuação do Sr. João Abujamra, que defendeu, com a autoridade que tem, o problemas de fibras naturais.

Quero congratular-me com os participantes desse encontro realizado em Manaus, esperando que dele partam as soluções adequadas para evitarmos a total frustração na safra do presente ano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao terminar meu discurso, desejo, mais uma vez, dirigir apelo ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, no sentido de, sem mais tardança, colocar o pau-rosa e o guaraná na política de preços mínimos. É uma necessidade, Sr. Presidente, no resguardo dos interesses de tantos quantos empregam suas atividades nesses dois setores da vida amazônica.

Finalmente, Sr. Presidente, desejo referir-me, de passagem, ao expediente que recebi do Sindicato da Indústria de Extração de Borracha do Estado do Amazonas, cujo teor passo à Taquigrafia, para que conste do meu discurso. Trata-se de um apelo que esse Sindicato nos faz no sentido de influirmos junto ao Banco da Amazônia, para que novamente prestigie essa atividade extrativa, contribuindo para que o Amazonas volte a ser um dos grandes produtores da borracha vegetal.

Sr. Presidente, a respeito da borracha, devo, na próxima semana, fazer um circunstanciado pronunciamento mostrando ao Governo Federal o caminho para que se reconquiste, no que diz respeito ao mercado de borracha natural, aquele lugar sempre reservado aos Estados do Amazonas, Acre e Pará.

Sr. Presidente, a permanecer essa situação, continuaremos assistindo ao constante êxodo das populações do interior para a capital, num esvaziamento lamentável que, dia a dia vem se registrando no Estado do Amazonas.

Estou certo de que o Senhor Presidente da República, bem como o Sr. Ministro do Interior, haverão de tomar as necessárias providências, para que se salve o Amazonas, a Amazônia, a fim de que ela continue a ser brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!. Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ ESTEVES EM SEU DISCURSO:

OFÍCIO Nº 022/75

Manaus, 10 de abril de 1975

Exmº Sr.
Senador José Esteves
Senado Federal
Brasília, DF.

Senhor Senador,

Os Poderes Legislativos — Estadual e Municipal — têm agitado com merecido apoio da imprensa e televisão locais o total desinteresse que o Banco da Amazônia S/A (BASA) confere aos assuntos da goma elástica preferindo o lucro mais fácil em operações tipicamente comerciais do que a inversão de recursos em safras que, de certa maneira, ainda pesam no equilíbrio da Amazônia.

Entendemos que o Projeto Borracha, concebido pelo Decreto-lei nº 1.232, de julho de 1972, falhou, justamente, à falta de amparo financeiro por parte da SUDMEVEA/BASA.

Desprezaram-se os tradicionais seringalistas negando-lhes financiamento para o custeio das safras e o que todos assistimos foi o decréscimo da produção ano após ano, conquanto o Governo Federal alimente esperanças de aumentá-la.

Não há financiamento para a classe seringalista que reescalou o seu débito com o BASA.

Em razão do desestímulo apelamos a V. Exª, voz eloquente na defesa dos interesses da Amazônia para que se unindo aos Poderes do Estado — e S. Exª o Sr. Governador Henoeh Reis, também, se solidariza com o problema — faça chegar às autoridades da República o clamor patriótico por uma produção de borracha natural eficiente.

Certos de que V. Exª atenderá ao nosso apelo, renovamos protestos de estima e particular admiração.

Sindicato da Indústria da Extração da Borracha no Estado do Amazonas. — Manuel Alexandre Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benjamin Farah) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (Piauí) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A par das medidas governamentais adotadas e das providências constantemente reclamadas no Congresso Nacional, todas com o propósito de erradicação das disparidades regionais, outras existem que dependem de variada gama de sucessos.

É certo que os programas instituídos — Programa de Integração Nacional — PIN, Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste — PROTERRA, e Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE, ao lado dos incentivos fiscais oriundos dos arts. 34/18 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, não são capazes, ainda que considerados em conjunto, de solucionar o grave problema dos desníveis regionais.

Constituem, entretanto, instrumentos valiosos e eficazes da política de minimização das desigualdades, sem os quais estas estariam hoje mais agravadas, praticamente insuportáveis.

Há necessidade, já que, isolada ou conjuntamente, aplicados, os remédios não produziram a totalidade dos efeitos desejados, de recurso a outra terapêutica, que venha somar, que possa contribuir validamente, ainda que não se pense no ideal, que seria a extirpação das disparidades, para a solução gradual do momentoso problema.

Assim é que, recentemente, o Poder Executivo, receptivo aos apelos e reivindicações partidos do Congresso Nacional, enviou Mensagem por meio da qual estabelece, embora por via escalonada, o primitivo percentual do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, reduzido pelo Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968.

O jornal **O Globo**, edição de 14 do corrente, comentou a decisão presidencial:

"Sensível ao problema dos desníveis regionais, que põem em xeque a autenticidade da Federação brasileira, o Governo Geisel vem adotando uma série de medidas de apoio financeiro aos Estados mais dependentes — para as emergências de caixa e também para programas de investimentos — que atendem a uma reivindicação considerada capital: o aumento do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, repondo-o, gradualmente, nas bases da Constituição de 1967... O grau de dependência dessas parcelas federativas agravou-se depois que o Fundo sofreu um corte de 50%, ao tempo do Governo Costa e Silva. E a alternativa do endividamento só contribuiu para conduzir, aqui e ali, a situação de penúria a termos de insolvência. E verdade que a má administração contribuiu, em muitos casos, para acentuar a crise, com os governantes fazendo obras de fachada ou empreguismo, estabelecendo as prioridades do seu interesse político pessoal sobre as prioridades do interesse público".

De outra parte, mais uma decisão na área governamental há de ser materializada, no elenco das medidas de combate aos desníveis, relativa ao mecanismo do Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM, já anunciada, aliás, no II Plano Nacional de Desenvolvimento:

"As alterações na estrutura do ICM serão orientadas por dois objetivos: a) assegurar a distribuição mais equitativa das rendas estaduais pelo constituição de um Fundo de Participação, arrecadado de todos os Estados e redistribuído, entre outros critérios, conforme a população e o inverso da renda *per capita*..."

Sr. Presidente e Srs. Senadores. A relação de atos de responsabilidade do Poder Central, com o louvável empenho de reduzir as diferenças regionais, deve corresponder, por igual, o esforço dos Governos Estaduais, não apenas no que respeita à reprodutiva aplicação dos recursos próprios ou que lhes são transferidos, mas também na identificação de novas fontes de riquezas, ainda que para explorá-las, conveniente e racionalmente, haja necessidade da participação, direta ou indireta, do Governo Federal.

Tomo por exemplo o meu Piauí, Estado cuja economia repousa, preponderantemente, nas atividades agropecuárias, mas que, a partir da descoberta de várias ocorrências minerais, ganhou novas perspectivas, adquiriu, potencialmente, novas fontes de aceleração do seu desenvolvimento.

Na verdade, até meados de 1968, pouco ou quase nada havia sido feito, no meu Estado, no tocante à pesquisa de recursos minerais. Contavam-se, apenas, os trabalhos da PETROBRAS orientados, especialmente, para a descoberta de petróleo, além de algumas pesquisas, notadamente sobre ocorrência de água subterrânea, desenvolvidas por outros órgãos, marcadamente a SUDENE, o DNOCS e a Missão da Israel.

Em consequência, reinava descrença generalizada com respeito à potencialidade mineral do subsolo piauiense.

Decidindo aceitar o desafio, o Governo do Estado criou, a 9 de setembro de 1968, uma Divisão de Geologia, contratou técnicos de notória competência profissional e deu início à tarefa de reconhecimento geológico do Piauí.

Como resultado daquela medida e, por via de consequência, dos estudos realizados pela Divisão de Geologia, são conhecidas naquele Estado, hoje, mais de vinte substâncias minerais, todas de considerável importância econômica, sobressaindo-se, pela magnitude das jazidas, o níquel e o amianto crisotila.

Metal empregado

"Principalmente nas aplicações em que a resistência à corrosão ou à oxidação é importante... a demanda de níquel cresceu a uma taxa anual de 3,6% no período de 1968/72. No

Brasil, o crescimento foi de 13,8% no mesmo período. Estima-se em aumento da demanda interna a uma taxa de 15% ao ano, até 1980, quando o consumo total previsto será de 9.200 toneladas anuais. Como a capacidade de produção atual é de 3.300 t/a (níquel contido no Fe-Ni), a capacidade a instalar, para atender à demanda interna, será de 5.900 t/a. A capacidade total a ser instalada, de 1973 a 1980, é de 15.600 t/a, prevendo-se uma produção de 9.700 t/a para exportação" (*Correio Braziliense*, 8-12-73).

O Prof. Álvaro Lúcio, na Revista da Escola de Minas, dezembro de 1970, pág. 176, afirma que

"é estimado em apenas 400 milhões de dólares o produto mineral brasileiro. Não ultrapassa *per capita* a modesta cifra de 4,5 dólares por ano, fruto de faturamento de 55 minerais diferentes".

E mais adiante:

"Cumprir tomar nota da interrelação entre consumo de minerais e desenvolvimento. País algum é desenvolvido se consome menos de 18 a 20 dólares de minerais *per capita* e por ano".

Por sinal, não é outra a orientação do Governo Federal, expressa, aliás, no recente Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria dos Metais Não-Ferrosos, do qual extraio o seguinte tópico da parte introdutória:

"Para o alumínio, cobre, chumbo, zinco, estanho e níquel, tais importações, em 1973, somaram US\$ 303 milhões CIF atingindo, em 1974, cerca de US\$ 598 milhões CIF. Deste quadro depreende-se a necessidade premente de uma ação programada do Governo federal, de modo que se equacione uma política para o setor de não-ferrosos, traduzida por projetos e medidas que visem à implantação, expansão e modernização de empreendimentos industriais que assegurem o integral atendimento do mercado nacional, a necessária reserva de capacidade para o suprimento de picos de demanda e a exportação de alguns metais."

Mais adiante, está no Programa:

"F) NIQUEL — Projetos previstos: implantação de duas unidades, que atingirão, em 1983, a capacidade total de 19.000 toneladas anuais. Projetos condicionais: implantação de nova unidade, com capacidade para produzir 5.000 t anuais, a partir de 1980."

Evidente que não cabe neste pronunciamento maiores indagações a respeito dos processos de aproveitamento, muito menos sobre a quantificação de cada uma das jazidas de níquel existentes, em operação ou em fase de implantação. A de Oco, porém, consoante o engenheiro Alberto Orelhana, in *Níquel no Brasil*, pág. 73, uma das maiores do Brasil, tem aproximadamente vinte milhões de toneladas de minério com teor superior a 1,0% de níquel.

De outra parte, vale repetir, também foram identificados no Piauí abundantes jazidas de amianto crisotila, que é, segundo Sílvio Froes Abreu, in *Recursos Minerais do Brasil*, vol. I, págs. 219, 220 e 221,

"uma variedade de serpentina, composta essencialmente de silicato de magnésio hidratado...; é o mais apreciado por se apresentar como fibras sedosas, flexíveis, de alta resistência à tração e facilmente tecíveis... As fibras mais longas e macias formadas de crisotila são as mais valiosas e empregadas na produção de tecidos incombustíveis e isolantes... São conhecidas numerosas ocorrências de amianto, a maior parte, da variedade tremolita, em depósitos de pequenas possibilidades econômicas. O amianto crisotila é encontrado

parcimoniosamente e vem sendo explorado na Bahia (Poções) e, até há alguns anos, em Minas Gerais (Nova Lima), em pequena escala. A indústria de artefatos de cimento amianto, muito desenvolvida entre nós, tem mostrado grande interesse pela expansão da produção de amianto e tem promovido pesquisas visando a descobrir novas fontes de abastecimento que possam libertá-la do ônus da importação dessa matéria-prima. O amianto crisotila, com as qualidades necessárias para os empregos mais nobres é ainda um mineral escasso no Brasil."

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HELVÍDIO NUNES (Piauí) — Com muito prazer, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — Excelência, estou ouvindo com muita atenção seu pronunciamento em que se refere às jazidas de níquel no Piauí. Realmente, costuma-se dizer que o desenvolvimento de um país mede-se pelo seu consumo de aço. Hoje, podemos incluir aqui os não-ferrosos, como V. Ex^a cita: o níquel, o chumbo, o cobre e o zinco. O níquel esteve desconhecido em nosso País, por cerca de 30 anos. Hoje, já se conhecem algumas reservas medidas em Minas Gerais e Goiás. A importância dos não-ferrosos é fundamental. V. Ex^a já se referiu à importação do Brasil no aspecto dos não-ferrosos, por volta de 1964, de seiscentos milhões de dólares. A descoberta de níquel no Piauí, numa região que sei empobrecida, dá-nos esperança de que essa reserva venha aumentar a produção dos não-ferrosos no País e, sobretudo, trazer à sua região, ao seu Estado, progresso econômico e social. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. HELVÍDIO NUNES (Piauí) — Muito obrigado pela contribuição, por todos os tipos valiosa, de V. Ex^a, Senador Itamar Franco, ainda mais porque ela vem lastreada nos seus conhecimentos específicos, pois que engenheiro, e brilhante, V. Ex^a o é.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: no lugar denominado Brejo Seco, 30 quilômetros em linha reta, na direção Sudeste, da Cidade de São João do Piauí, mas no município de igual denominação, que é cortado pela radial Brasília—Fortaleza, situam-se os jazimentos de níquel e amianto crisotila.

Com certeza, à falta de conveniente assistência, o nível de vida naquela região é um dos mais baixos do Piauí, constituindo a agropecuária de subsistência a principal atividade da população.

Agora, abrem-se novas perspectivas, renovam-se esperanças na aceleração do desenvolvimento daquela importante faixa do território piauiense.

É que, apesar da omissão de informações, oficiais ou particulares, nos órgãos de divulgação, os estudos inicialmente empreendidos, relegados, como a própria Divisão de Geologia, durante quatro anos, ao esquecimento, foram recentemente completados, no que se refere ao níquel e ao amianto crisotila, pela Companhia Vale do Rio Doce e Casa Sano S.A., respectivamente, empresas genuinamente brasileiras, cuja participação nos trabalhos de identificação e avaliação das jazidas a todos dá a certeza de que, em breve, o Piauí contribuirá de maneira decisiva, com matérias-primas de alta importância econômica, para o progresso nacional.

Evidente que aqui não cogito de possibilidades, que aqui não anuncio fantasias. Valho-me e falo de coisas reais, palpáveis, visíveis e mensuradas.

As informações que hoje trago a esta augusta Casa foram, de início, colhidas na Companhia de Desenvolvimento do Piauí — CODERPI, todas posteriormente confirmadas através de documento que me enviou o Dr. Fernando Antonio Roquette Reis, ilustre Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, cujo teor, pela relevância que encerra, requeiro que integre este pronunciamento.

Para gáudio geral, os estudos geológicos realizados pela Companhia Vale do Rio Doce e Casa Sano S.A. já foram concluídos

e os respectivos processos encontram-se, atualmente, em fase de tramitação no Departamento Nacional de Produção Mineral, à frente do qual está o Geólogo e Professor Acyr Ávila Luz.

Através dos esclarecimentos prestados pela Vale do Rio Doce, e para que se tenha uma ligeira idéia da importância do referido jazimento, os trabalhos de pesquisa empreendidos no Município de São João do Piauí, no meu Estado, permitiram a definição de uma reserva de ordem de 20.000.000 de toneladas de minério de níquel, fato que coloca aquela jazida como sendo a terceira maior reserva medida no Brasil, apenas superada pelas de Barro Alto e Morro do Engenho, situadas em Goiás, mas com a vantagem adicional de apresentar um teor médio de 1,7%, ou em outras palavras, uma alta percentagem de metal, dados que, sem a mais mínima dúvida, garantem e asseguram a viabilidade econômica da exploração.

Conforme a mesma fonte, a Companhia Vale do Rio Doce, atualmente, desenvolve trabalhos no sentido de apurar o processo técnico mais rentável a ser empregado na fase de exploração, procedimento que é plenamente justificável em virtude dos grandes investimentos necessários para a implantação de mineração e metalurgia, da ordem de cem milhões de dólares.

Mas não é só. O júbilo continua. E desta feita, tudo indica, a sabedoria popular, segundo a qual a "alegria de pobre dura pouco", vai acolher exceção.

E que, em relação ao amianto crisotila, o existente no subsolo piauiense, nas cercanias da Cidade de São João do Piauí e a menos de cinquenta quilômetros da BR—020, é da melhor qualidade, com todas as condições de competição nos mercados interno e internacional.

As prospecções até agora realizadas apontam uma reserva de 600.000 toneladas de minério, com um teor de 4,07%, perfazendo um total, somente de fibras, de 24.500 toneladas.

Cumprе ressaltar que esta cubagem refere-se, apenas, à terça parte da área de pesquisa, podendo-se prever que, ao final dos trabalhos, serão encontrados números bem mais expressivos.

Cabe ainda ressaltar, talvez pelo esmero do capricho do acaso, que as duas ocorrências minerais, existentes largamente no Piauí, apresentam-se associadas, isto é, as áreas de níquel são contíguas às de amianto crisotila, fato que facilita, sobremaneira, a implantação das obras de infra-estrutura indispensáveis, proporcionando atendimento simultâneo às duas empresas.

O evento que trago ao conhecimento do Senado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, relativo à existência de grandes jazidas de níquel e amianto crisotila no Piauí, mostram, à saciedade, o esforço de um Estado que sendo pobre não se conforma com a pobreza, e que trabalha para oferecer efetiva participação, através dos recursos de que dispõe, ao crescimento global do País.

Claro que agiu, que diligenciou, que investiu, que buscou, que inventou. Agora, oferece o resultado do seu labor, comprovado, medido e avaliado pela Companhia Vale do Rio Doce e Casa Sano S.A., às autoridades do País, a fim de que, somados os esforços, possam ser construídas as obras de infra-estrutura imprescindíveis e, em consequência, instaladas as usinas e iniciada a exploração dos minérios.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HELVÍDIO NUNES (Piauí) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Ouço V. Ex^a, nobre Senador Helvídio Nunes, com muita alegria, quando, dentre outros anúncios auspiciosos, nos fala da ocorrência, já cubada, de reserva de níquel no seu Estado e, bem assim, de reservas de amianto, tipo crisotila. O Brasil até há pouquíssimo tempo, cinco anos atrás, importava alguns milhões de dólares de amianto para o seu uso industrial. Essa importação se reduziu, praticamente, em 70%, graças ao aparecimento e à exploração do amianto, também do tipo crisotila, existente no Município de Uruaçu, no meu Estado. Evidentemente, a instalação de

uma usina, amanhã, no Estado do Piauí, já anunciada por V. Exª, vai dar-nos não só a autonomia completa no uso do amianto, como condições inclusive — graças ao tamanho da sua reserva — de exportação do minério. No que se refere ao minério de níquel, aí sim, parece-me residir, talvez, alguma dificuldade. É que, segundo estou informado, as reservas de níquel com percentual inferior a 1,8% tornam o sistema de redução do níquel a preços quase impraticáveis. É preciso que haja uma concentração realmente maciça de níquel, para justificar essa usina de redução de custo — segundo V. Exª mesmo anuncia — salvo engano, da ordem de cem milhões de dólares, aliando-a imediatamente à metalurgia. Em fazendo V. Exª esse anúncio otimista à Casa, louvado em dados técnicos fornecidos pela CPRM e outros órgãos especializados, dá-nos uma notícia de ordem econômica da mais alta importância, porque existem no Brasil, no caso específico do níquel, algumas ocorrências nos Estados da Bahia e de Goiás. Mas, todas elas, até agora, de forma que não permitem, como operação economicamente rentável, a instalação de uma usina de redução. Faço votos para que, realmente, essas reservas do Piauí permitam ao Brasil não só a usina de redução, como a instalação de metalurgia, que será da mais alta importância para o desenvolvimento brasileiro.

O SR. HELVÍDIO NUNES (Piauí) — Nobre Senador Osires Teixeira, não participo dos temores que assaltam o espírito de V. Exª, porque, na oportunidade da parte primeira do meu pronunciamento, trouxe um dado altamente relevante, expressivo, incontestável, que me foi fornecido pela Companhia Vale do Rio Doce: as reservas de níquel no Piauí, exatamente no Município de São João do Piauí, são a terceira medida existente neste País.

De qualquer maneira, otimista que estou e na suposição de que com este esforço terei contribuído para a aceleração do processo de desenvolvimento no meu Estado, agradeço a intervenção de V. Exª e faço votos para que, dentro em pouco, a Vale do Rio Doce e a Casa Sano S.A. estejam explorando, convenientemente, as imensas reservas de níquel e de amianto crisotila, existentes em meu Estado.

Entre as obras básicas indispensáveis à implantação e funcionamento do complexo industrial, destaco a imediata construção de linhas de transmissão de alta tensão, pois que somente a usina de beneficiamento de níquel, prevista com a capacidade de 6.000 toneladas/ano, deverá absorver o equivalente ao atual consumo nos Estados do Piauí e Maranhão, além de cerca de 30 toneladas/dia de full oil (óleo bruto), e de 25 toneladas/dia de carvão vegetal.

De outra parte, ainda no campo infra-estrutural, há de ser edificada a ligação Brejo Seco—São João do Piauí, com a extensão de 47 quilômetros, e perfurados poços para solucionar o problema da oferta de água, bem como, a médio prazo, construído e pavimentado o trecho piauiense da rodovia Brasília—Fortaleza, para escoamento dos minerais retirados da região, puros ou beneficiados.

Ao final deste pronunciamento, desejo evidenciar, por oportuno, os benefícios sociais que a exploração das jazidas de níquel e amianto crisotila desencadearão no Piauí. Para que se possa avaliar o tamanho dos efeitos multiplicadores, nesse particular, basta referir, tomando-se para comparação projetos semelhantes implantados em outras áreas do País, como por exemplo, Morro do Níquel, em Minas Gerais, e Niquelândia, em Goiás, que haverá, sem exagero na previsão, para o Piauí, uma oferta de aproximadamente 1.500 empregos diretos, beneficiando cerca de 8.000 pessoas, sem falar nos resultados colaterais que serão deflagrados, em proveito direto da região e, indireto, do Estado e da Nação.

Resta-me, agora, a formulação do apelo. Que é dirigido às autoridades federais, especialmente ao Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, ao piauiense Ministro Reis Velloso, ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, ao Dr. Fernando Antonio Roquette Reis, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, e ao Diretor da Casa Sano S.A., para que adotem e determinem, com a pressa que o meu Estado reclama, todas as providências e medidas indispensáveis à implantação das usinas que irão explorar os minérios existentes no Município de São João do Piauí, na certeza de que não faltarão o concurso, a cooperação, o esforço e a participação do Piauí. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HELVÍDIO NUNES EM SEU DISCURSO:

JAZIDA DE NIQUEL DE SÃO
JOÃO DO PIAUÍ

JAZIDA DE NIQUEL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

1) Generalidades

1) Localização

A jazida está situada no local denominado Brejo Seco, no município de São João do Piauí, Estado do Piauí, 30 Km em linha reta a sudeste de sua sede, a uma latitude de 8°28'S e longitude 41° 57'W, conforme o mapa em anexo.

São João do Piauí possui campo de pouso para pequenos bimotores, hospital, água, luz e dista 300 Km de Petrolina-Juazeiro, cidades gêmeas situadas nas margens esquerda e direita do Rio São Francisco, respectivamente; 500 Km da capital do Estado, Teresina; 720 Km de Fortaleza e 800 Km de Salvador.

2) Vias de Acesso

As rodovias BR-407, parcialmente asfaltada, PI-5 e PI-6, sem pavimentação asfáltica, e a estrada de ferro da VFFLB, asseguram o tráfego da região. Brejo Seco dista 180 Km da rodovia asfaltada e 240 Km da VFFLB. O acesso, por via terrestre, a partir de São João do Piauí, é feito por 50 Km de estrada carroçável.

Junto a área de pesquisa foi construída uma pista de pouso com 1.200m de extensão que garante o tráfego aéreo para aviões de pequeno porte.

3) Aspectos Climáticos

O clima da região é semi-árido, com precipitação pluviométrica anual inferior a 600mm. As chuvas predominam nos meses de dezem-

bro a março, quando a drenagem, intermitente, assume um aspecto torrencial.

A cobertura vegetal é caracterizada pela caatinga. Predominam os exemplares das famílias das cactáceas (mandacará, xique-xique, palmatória) e bromeliáceas (macambira e caroás).

II) Pesquisas Geológicas

1) Trabalhos Preliminares

O jazimento de Brejo Seco está situado numa área carente de recursos, servida por estradas carroçáveis que se tornam intransitáveis no período de chuvas.

A cidade mais próxima, São João do Piauí, dista 50 Km da área e não se mostrou apropriada como base operacional.

Tendo em vista este panorama foram necessárias a execução dos serviços de:

a) Recuperação das estradas de acesso a área e abertura de estradas no local da pesquisa;

b) Instalação de um acampamento base de apoio operacional, autônomo, na frente de serviço;

c) Construção de pista de pouso com 1.200 metros de comprimento e 50 de largura.

Os trabalhos de abertura de estradas, terraplanagem e compactação da pista de pouso foram executados pelo 3º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, sediado em Picos (PI).

2) Geologia Local

A feição geológica de maior evidência na área é a intrusão básico-ultrabásico do Brejo Seco em rochas do Grupo Salgueiro.

O complexo básico-ultrabásico tem uma área aproximada de 20 Km², sendo constituído por serpentinitos (formadores da Serra do Bacamarte), gabros, dioritos e troctolitos. Tem uma forma grosseiramente losangular com a maior dimensão, no sentido Leste-Oeste, na ordem de 8 Km e largura máxima de 4 Km.

No complexo básico-ultrabásico do Brejo Seco existem duas zonas caracterizáveis litológica e topograficamente:

— Zona Ultrabásica

— Zona Básica

Zona Ultrabásica

Esta zona, constituída por serpentinitos, está situada na extremidade norte do complexo e apresenta uma feição topográfica acentuada, com cotas de até 470m, formando a Serra do Bacamarte.

Zona Básica

As rochas básicas ocorrem a sul, leste e nordeste, formando uma superfície semi-aplainada com cotas da ordem de 300m, compreendendo dioritos, gabros, olivina-gabros e troctolitos.

Na proximidade do contato com os serpentinitos são comuns as transições entre rochas como gabros olivínicos (olivina-plagioclásio-piroxênio) e troctolitos (olivina-plagioclásio cálcico-Lb-By). Estes, próximos à superfície, em avançado estágio de alteração, apresentam um saprolito de constituição argilosa, vermelho escuro, com manchas e pontuações esbranquiçadas devido à alteração dos feldspatos, característica que proporciona um fator de controle de campo para o mapeamento. Em profundidade o saprolito torna-se mais claro, com tonalidades castanho e amarelo claro.

3) Origem da Mineralização

O minério laterítico ocorrente na área do Alvará 2046 é definido como do tipo silicatado, estando o níquel concentrado na forma de minerais do tipo "Garnierita", grupo que engloba silicatos hidratados de níquel e magnésio.

A formação de lateritas a partir de corpos ultrabásicos é o resultado da combinação de fatores morfo-climáticos especiais que, segundo o conceito geral, são sintetizados pela existência de:

a) Clima úmido e quente que favorece a atuação do intemperismo químico;

b) Topografia plana ou aproximadamente plana (peneplano), onde a atividade erosiva do *run off* da água superficial seja minimizada;

c) Tempo de exposição suficiente para a atuação acentuada do intemperismo.

As rochas ultrabásicas, compostas essencialmente por olivina, contêm normalmente 0,30% de níquel. A atuação do intemperismo químico, por intermédio das águas de infiltração ricas em CO₂ e nitrogênio, destrói a estrutura da olivina liberando os seus componentes.

O magnésio, o ferro e o níquel são carreados em solução pelas águas de infiltração e a sílica forma normalmente uma suspensão coloidal.

O ferro oxida-se e é precipitado próximo à superfície na forma de hidróxido férrico que, posteriormente, transforma-se em Goetita e/ou Limonita.

4) Trabalhos de Pesquisa Geológica

Os trabalhos de pesquisa foram realizados em duas etapas tendo a primeira desenvolvida durante a vigência do Alvará 068, quando verificou-se a existência da mineralização, caracterizou-se a composição química do minério, e os principais controles geológicos e geomorfológicos da mineralização. Nesta etapa foram escavados 77 poços de pesquisa e as reservas foram estimadas em 9.000.000 t de minério, com teor de 1,9% Ni.

A segunda etapa dos trabalhos de pesquisa foi efetuada no período 73/74 e compreendeu: implantação de infra-estrutura, prospecção geoquímica sobre as rochas ultrabásicas, levantamento topográfico, escavação de 80 poços (total de 880 metros lineares), execução de 1.435m de sondagem distribuídos em 68 furos, coleta de 2.532 amostras, realização de análises químicas em 1.958 amostras (dosagens de níquel, cobre, cobalto, magnésio, ferro, sílica e perda ao fogo em cada amostra), 23 ensaios de determinação de peso específico e umidade do minério *in situ*, testes de amostragem, ensaios de beneficiamento com 25 amostras pesando um total de 40 toneladas, além de estudos e testes metalúrgicos preliminares.

Os trabalhos executados permitiram a definição de uma reserva de 20.000.000 t de minério seco, com teor de 1,57% Ni (313.500 t de níquel contido), conforme o quadro anexo, o que situa a jazida de São João do Piauí como sendo a terceira maior reserva medida de níquel no Brasil, apenas superada pelas jazidas de Barro Alto e Morro do Engenho, ambas situadas em Goiás.

III — Estágio Atual e Perspectivas

Tendo em vista o tipo do minério de São João do Piauí, os estudos metalúrgicos estão orientados no sentido de estabelecer-se qual a melhor alternativa, sob ponto de vista técnico, dentre as seguintes:

a) produção de ferro-níquel, com processo de redução e fusão em fornos elétricos;

b) produção de níquel metálico através da produção intermediária de *mate* níquelífero e posterior refino eletrolítico;

c) produção de níquel metálico através de lixiviação amoniacal e posterior refino eletrolítico.

Para a seleção de uma destas alternativas estão em execução estudos e testes preliminares em diversas organizações nacionais e internacionais especializadas em pesquisas metalúrgicas.

Após a definição técnica preliminar quanto a melhor forma de tratamento do minério, deverão ser procedidos os estudos de viabilidade técnico-econômica de exploração da jazida.

Deve ser ressaltado que se escolhida a alternativa b — produção de níquel metálico através da produção de *mate* — os benefícios sócio-econômicos da região serão substancialmente ampliados, não somente pela utilização quase total de recursos regionais como pela criação de grande número de empregos para atender às frentes de mineração na área necessárias à extração dos insumos de produção,

como calcário e gipsita, como também pela exploração do babaçu que fornecerá o coque necessário ao processamento.

Caso os estudos em curso confirmem a viabilidade técnico-econômica da jazida, tendo em vista o seu potencial avaliado, poderá

ser considerada produção da ordem de 10.000 t/ano de metal, seja em níquel metálico ou em níquel contido em ferro-níquel.

Os investimentos necessários para a implantação de mineração e metalurgia seriam da ordem de US\$ 100.000.000,00 e o faturamento anual aproximadamente US\$ 50.000.000,00.

	Área (m ²)	Volume (m ³)	Tonelagem** (t)	Teor Médio (%Ni)	Espes. Média (m)	Níquel Contido (t)	Espes. média cobertura (m)	Volume cobertura (m ³)
Zona 1*	1.723.000	11.267.600	16.676.030	1,61	6,53	268.783	5,45	9.399.000
Zona 2	864.000	2.251.000	3.331.480	1,34	2,60	44.741	9,69	8.373.000
Total da reserva	2.587.000	13.518.600	20.007.510	1,57	5,22	313.524	6,87	17.772.000

* — Zona 1 — relação esteril/minério = 2

— Zona 2 — relação esteril/minério = 2

** — Peso específico seco do minério igual a 1,48 g/m³

O SR. PRESIDENTE (Benjamin Farah) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há uma evidente confusão entre os servidores das empresas públicas, no que diz respeito à opção entre o regime estatutário e o regime da CLT. Numerosos são os apelos que de todos os Estados do País chegam aos parlamentares, em busca de esclarecimentos sobre vantagens e desvantagens dessa opção. Bom seria que o Governo federal abrisse novo prazo para que essa opção se fizesse e esclarecesse aos interessados dos proventos que a opção, num ou noutro caso, lhes poderia trazer.

São apelos de velhos servidores públicos dos Correios, das ferrovias, do LLOYD, que ainda vivem numa expectativa, sem escolher o caminho que lhes pareça mais conveniente aos seus interesses. Justo será também que sejam aproveitados, nos Estados onde estão sediados esses servidores, nas novas funções da reclassificação. Parece injusto e desumano, e isso certamente o é, que pessoas que residem num Estado durante toda a vida, por força da reclassificação, sejam obrigadas a transferir sua residência para outros Estados, com todos os inconvenientes da mudança, inclusive com as dificuldades naturais de aclimação, de colocação dos filhos no colégio, de habitação, de ligações familiares.

Sr. Presidente, estive recentemente em Niterói e quero trazer a impressão desoladora que encontrei naquela cidade, em consequência da fusão. Niterói, hoje, é uma cidade que sofre com a ausência do Governo do Estado: o Palácio do Ingá está fechado e não tem serventes; o Tribunal de Justiça ali não mais funciona; o Tribunal de Contas transferiu-se para a antiga Guanabara; as Secretarias de Estado deixaram também a antiga Capital fluminense e, com elas, os empreiteiros que juntos trabalhavam, de modo que a impressão que se tem, quando se chega a Niterói, é a de uma cidade abandonada pelo Governo, como nos tempos de guerra. Os Chefes de Estado, com as suas cortes, com o seu funcionalismo mais graduado abandonam a cidade, deixando apenas os moradores. A situação de Niterói é estranha. É uma cidade em que a maior autoridade é o Prefeito, depois de ter sido a Capital do Estado. E, Sr. Presidente, ao lado disso, há um mundo de funcionários públicos que não sabem o seu próprio destino. É natural que esperassem, ao menos, que seus vencimentos fossem equiparados aos dos seus colegas do antigo Estado da Guanabara, já que agora só existe um Estado, que é o Estado do Rio de Janeiro. Mas, com surpresa, esses funcionários também aguardam uma palavra de compreensão, uma palavra de solidariedade.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) — Com prazer.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Estou ouvindo a inusitada informação que V. Ex.^a traz à Casa. Realmente, o fato que deve estar ocorrendo em Niterói, nos dias presentes, é perfeitamente natural, decorrente da fusão e me parece que não constitui diminuição do ritmo da pujante Niterói e nem tampouco lhe tira a característica de "carro-chefe" do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. O simples fato de ela não ser hoje a Capital do novo Estado do Rio de Janeiro — admito como V. Ex.^a que o Palácio do Ingá não tem habitantes, o que é natural, e que o Tribunal de Justiça não mais funcione no seu prédio na ex-capital fluminense. Isto é resultante da fusão. Quanto à expectativa dos funcionários públicos do antigo Estado do Rio, — hoje o Estado do Rio de Janeiro — só que com a capital em posição diferente, — dou a V. Ex.^a só um dado que conheço, porque, circunstancialmente e informalmente, conversei com alguém ligado ao setor, que me deu a informação, ontem, no Rio. Conversava eu com um funcionário do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara e ele me dava a informação de que, verificada a fusão, houve, não só para os funcionários do Instituto similar do antigo Estado do Rio de Janeiro, como dos funcionários do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara, uma melhoria substancial, sobretudo nas gratificações que, antes, iam a um máximo de Cr\$ 500,00 e que, na reforma estabelecida ou na fusão procedida; salvo engano por um cidadão, Dr. Paulo Damásio, teria resultado na melhoria sensível de vencimentos, praticamente de todos eles. Então, pelo menos no que se refere aos funcionários do IPEG, a situação dos funcionários do Instituto do antigo Estado do Rio de Janeiro não é a de expectativa nem é a pior. E só posso admitir que essa equiparação venha a se verificar porque eles passarão a ser funcionários de um quadro único, do novo Estado do Rio de Janeiro. Obviamente, que nós não podíamos admitir era que os vencimentos dos funcionários, do antigo Estado da Guanabara viessem a baixar, para se nivelar por baixo, como no Estado do Rio de Janeiro. O normal é que realmente subam, se é que há diferença entre vencimentos. Não vejo o porque desse estado de apreensão e nem V. Ex.^a, falando com essa voz, nos pinte um estado de calamidade pública na querida e brava Niterói.

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) — V. Ex.^a descobriu, primeiro, um estado de calamidade pública onde apenas eu trazia um quadro, digamos, de ausência, ausência determinada pela fusão.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — V. Ex.^a me permite. Falei em calamidade pública porque o tom de V. Ex.^a é tão tétrico que, honestamente,

tamente, eu me assustei. O tom, repito, foi realmente de calamidade pública: O Palácio do Ingá vazio, o Tribunal de Justiça sem ninguém... Dá a impressão — e V. Ex^a só faltou dizer — de uma cidade fantasma. Deu essa sensação a todo o Plenário, pode estar certo disso.

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) — Não disse isso. Disse apenas que ali já não funciona, e nem poderia mais funcionar, o Governo do Estado. O Tribunal de Justiça se transferiu, se incorporou ao do antigo Estado da Guanabara, deixando, portanto, de funcionar em Niterói. As Secretarias de Estado não funcionam, necessariamente, em Niterói. Passaram a funcionar todas na antiga Guanabara, e, a seu lado, caminharam também os empreiteiros, os interessados nas obras públicas que agora são decididas na Capital do Rio de Janeiro, o que é natural. Mas o vazio ficou e é logo constatado quando se chega a Niterói. Esse vazio é que eu anotei, mas sem dar ao meu depoimento a voz cavernosa que V. Ex^a descobriu e que, certamente, não figurará nas notas taquigráficas, porque então V. Ex^a verificaria que o tom da minha voz é sempre o mesmo, em todos os momentos. V. Ex^a é feliz porque, tendo estado de passagem, no Rio de Janeiro, localizou logo a exceção. Realmente, no IPERJ, sob a direção do Dr. Paulo Damásio, que durante muitos anos presidiu o antigo IPEG, as gratificações não distinguem entre os funcionários do antigo Estado da Guanabara e os funcionários do antigo Estado do Rio de Janeiro. Faço ao Dr. Paulo Damásio a homenagem de reconhecer o fato.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — V. Ex^a me permite só um esclarecimento?

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) — Pois não.

O Sr. Osires Teixeira (Goiás) — Não é que eu tenha identificado uma exceção na administração do IPEG. O único contato que tive, na área da administração, foi no IPERJ. E lá, verificando essa situação, partido pressuposto de que os demais setores, todos eles, estão sendo dirigidos por homens do gabarito do Dr. Paulo Damásio, agora reconhecido por V. Ex^a, já que todo Estado está dirigido por um homem do gabarito do Almirante Faria Lima.

O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro) — Não, não faço aqui crítica ao Almirante Faria Lima. Reconheço que é difícil a missão de S. Ex^a. É difficilima a tarefa que lhe foi confiada de unir dois Estados, com quadros de funcionários completamente diversos, com vencimentos distintos, com carreiras dissemelhantes. O esforço de S. Ex^a é digno de registro. Mas a apreensão dos funcionários do antigo Estado do Rio de Janeiro é patente e está à vista de quantos visitam aquele Estado, não só a Capital como também o interior.

Estou certo de que essas dificuldades serão removidas.

A minha intervenção é apenas para que essas dificuldades sejam removidas o mais rápido possível, para tranquilidade desses funcionários e suas famílias, para que o Estado se organize em bases justas, equânimes e legais.

São estas, Sr. Presidente, as considerações que queria fazer, na certeza de que os poderes competentes olharão para esse aspecto e darão ao funcionalismo do Estado do Rio de Janeiro o atendimento que ele tem, por todos os títulos, direito e motivo para esperar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Tem a palavra o nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há poucos dias foi comemorado, nesta Casa, o "Dia do Taquígrafo", através de pronunciamento brilhante do nobre Senador Itamar Franco.

Li no *Jornal do Brasil*, de 2 de junho, um trabalho elaborado pela jornalista Célia Maria Ladeira sobre os taquígrafos. Esse tra-

balho é de alta significação e traz luzes ao problema da taquigrafia no Brasil e no mundo.

Em certo trecho a jornalista diz:

— É um trabalho feito sob tensão porque há a pressão do tempo, há o calor do Plenário. Além disso, o taquígrafo precisa ter queda e gosto pela tarefa, assim como bom conhecimento da língua portuguesa, uma razoável dose de noções gerais. Muitas vezes, é preciso treinar até sete horas por dia para automatizar os sinais — diz Milton Marques, um dos diretores da taquigrafia da Câmara dos Deputados.

Segundo ele, todas essas qualificações têm reduzido o número de profissionais realmente gabaritados.

— Em Brasília, em 10 anos — disse — não conseguimos recrutar 25 bons taquígrafos e ainda estamos numa situação melhor do que a da França, cujo Parlamento, em 10 anos, só conseguiu obter 12 taquígrafos."

O trabalho da jornalista é de muita significação, repito, e mais adiante, ela diz o seguinte:

"Um outro argumento a favor do serviço manual é dado pelos próprios taquígrafos, que preferem realizar seu trabalho ao vivo em vez de usar gravadores.

O taquígrafo se desloca para ouvir melhor um orador, olha as expressões, vê os lábios do orador se moverem. Ao mesmo tempo, registra quem está falando. O gravador, por melhor que seja, pode transformar um debate num amontoado de vozes, com a do orador pouco sobressaindo e obrigando, depois, o taquígrafo a rodar várias vezes a fita para poder identificar palavras e apartes."

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) — Pois não.

O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) — Senador Agenor Maria, quero me congratular com V. Ex^a pela feliz iniciativa de, lendo o artigo da ilustre jornalista, e fazendo referência ao pronunciamento já feito no "Dia do Taquígrafo" pelo eminente colega, Senador Itamar Franco, e, enfatizando a importância do taquígrafo no mundo moderno e, principalmente, para o bom desempenho dos Parlamentos. Entendo que valorizar o taquígrafo é fazer justiça a uma classe de profissionais que, para manter-se altamente qualificada, à altura das exigências do bom desempenho do seu mister, tem, evidentemente, como salientou a eminente jornalista, de submeter-se a longas e fatigantes horas de exercícios diários, exigindo equilíbrio emocional, rapidez de reflexos, bom conhecimento da língua e aperfeiçoamento constante. Por isso tudo, eminente Senador, o taquígrafo merece, a nosso ver, um tratamento especialíssimo, condizente com seu alto e tão especializado mister. Associe-me às homenagens que V. Ex^a presta aos taquígrafos da Casa.

O SR. AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) — Muito obrigado, nobre Senador Lázaro Barboza.

A jornalista Célia Maria Ladeira, na sua pesquisa, constata:

Na Câmara dos Deputados, com 364 parlamentares, e no Senado, com 66, uma equipe de menos de 40 profissionais se encarrega do trabalho de apanhar velozmente um discurso, traduzi-lo à máquina, dar-lhe feição lingüística e gramatical, preparando-o para ir à publicação nos Anais.

— Este trabalho é que legitima a função do taquígrafo — diz Hemir Gosch, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. É o taquígrafo quem conserta pronomes oblíquos mal colocados, concordância irregular, palavras não devidamente pluralizadas, frases mancas, cacófos gritantes, expressões antiparlamentares, porque quem fala de improviso raramente pronuncia uma frase em condições de ser publicada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por tudo isso, desejo solicitar à Mesa que conste dos Anais do Senado esse trabalho de fôlego, feito pela jornalista Célia Maria Ladeira, a respeito dos taquígrafos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AGENOR MARIA EM SEU DISCURSO:

TAQUÍGRAFO É PROBLEMA PARA FUNCIONAMENTO DO CONGRESSO

Célia Maria Ladeira

Brasília — Há pouco tempo o Senado realizou um concurso para taquígrafos parlamentares e apesar de fazer propaganda em diversas capitais do País, só conseguiu recrutar três profissionais. Agora é a vez da Câmara dos Deputados, que vai realizar em julho novo concurso para diminuir o déficit de profissionais no setor.

Com cerca de 50 taquígrafos nas duas Casas — insuficientes para o trabalho de registro de debates e discursos no plenário e nas Comissões técnicas — o maior obstáculo para o aumento do quadro está na alta especialização requerida para um taquígrafo parlamentar, que deve não só ser veloz o suficiente para acompanhar a fala, por exemplo, do Senador Jarbas Passarinho, como também culto e com muitos conhecimentos de português, além de ter agilidade mental necessária para registrar os neologismos criados pelo Senador Evandro Carneira.

Hora de sessão na Câmara dos Deputados. Por uma pequena escada em caracol, situada atrás da Mesa Diretora, um movimento de sobe e desce intenso, silencioso e rápido, mostra uma atividade paralela aos trabalhos. São os taquígrafos legislativos, que de dois em dois minutos se revezam no registro dos discursos e apartes para que, tão logo termine a sessão, tudo o que nela ocorreu esteja pronto para ir para a gráfiça.

Cada taquígrafo registra dois minutos de sessão enquanto um revisor fica encarregado de anotar 10 minutos. Tão logo o taquígrafo traduz suas notas, entrega o seu quarto (o registro de dois minutos) ao revisor, que corrige qualquer imperfeição no apanhamento do debate. Uma via desse quarto é entregue ao chefe da seção, que manda para o setor de xerox os quartos em blocos, possibilitando ao Comitê de Imprensa receber cópias da sessão, sem revisão, cerca de meia hora depois da fala.

— É um trabalho feito sob tensão, porque há a pressão do tempo, há o calor do Plenário. Além disso, o taquígrafo precisa ter queda e gosto pela tarefa, assim como bom conhecimento da língua portuguesa, uma razoável dose de noções gerais. Muitas vezes, é preciso treinar até sete horas por dia para automatizar os sinais — diz Milton Marques, um dos diretores da Taquigrafia da Câmara dos Deputados.

Segundo ele, todas essas qualificações têm reduzido o número de profissionais realmente gabaritados.

— Em Brasília, em 10 anos — disse — não conseguimos recrutar 25 bons taquígrafos e ainda estamos numa situação melhor do que a da França, cujo Parlamento em 10 anos, só conseguiu obter 12 taquígrafos.

Milton Marques vai pôr em prática no concurso aberto pela Câmara dos Deputados para taquígrafos um novo processo de recrutamento: a primeira prova eliminatória é escrever até 90 palavras por minuto, sem deturpar o pensamento do orador. Quem chegar até aí será contratado para taquígrafo auxiliar.

— Esses auxiliares serão, a partir daí, treinados com aulas diárias sobre Taquigrafia. Português, um pouco de Regimento e de Direito Constitucional. Além disso, passarão por um período de correção de vícios e de deturpação de taquigramas para que ganhem velocidade progressiva. Depois desse período, farão testes de plenário, acompanhados por taquígrafos mais experimentados e só então serão considerados aptos para a profissão.

Apesar das vagas em aberto e dos atrativos salariais (um taquígrafo C ganha Cr\$ 6.800,00, fora extraordinários), a Câmara

dos Deputados tem poucas perspectivas de satisfazer suas necessidades porque, segundo um cálculo otimista do chefe da taquigrafia, dos 180 inscritos no concurso, talvez uns 10 possam ser considerados habilitados para o cargo.

No Senado, onde o serviço é realizado da mesma maneira, o déficit é igual e a diretora da Taquigrafia, Sr^a Dalva Ribeiro Viana, tentou resolver o problema contratando auxiliares de taquigrafia. Resolveu em parte. Os auxiliares muitas vezes têm de recorrer ao gravador por não terem podido acompanhar o trabalho do plenário.

Mas se o problema de qualificação é mais agudo no Senado, aí porém ninguém pode se queixar de falta de conforto físico. Em vez da escadinha estreita e pouco iluminada da Câmara dos Deputados, os taquígrafos do Senado dispõem de um elevador situado atrás da Mesa Diretora, para se dirigir à sua seção.

De dois em dois minutos, um minicomputador registra o trabalho de cada taquígrafo, que é avisado por uma luz vermelha, na sua mesa situada no plenário do Senado, de que seu tempo terminou.

Cada mesa de trabalho, na seção de taquigrafia, é especial: um botão comanda a abertura da tampa, na qual está presa a lista com a relação de todos os senadores, por Estados. Há local próprio para gravador, lixeira embutida para os blocos já usados, estante para papéis.

Ao contrário da Câmara, onde só deve ser registrado o aparte dado ao microfone, no Senado, todo aparte, toda fala, é registrada, além de outras manifestações, como risos, palmas, gritos. Também têm que ser taquigrafados os trabalhos nas Comissões técnicas, nas convenções, seminários, encontros, o que causa uma sobrecarga na taquigrafia.

— Só do Caso Moreno, já estamos com mais de 100 fitas gravadas, cujo teor tem que ser retirado e taquigrafado para depois ser impresso. Como as reuniões das comissões ocorrem ao mesmo tempo que a sessão no plenário, não temos taquígrafos suficientes para as duas funções e somos obrigados a trabalhar com gravadores — diz Dalva Viana.

Segundo ela, para quem tem experiência, nenhuma fala é difícil de ser apanhada. Mesmo o mais lento deputado ou senador, quando está sob tensão ou quando é provocado, reage emocionalmente e dispara a falar até 200 palavras por minuto, recordes que são atingidos diariamente pelos Senadores Jarbas Passarinho e Franco Montoro, considerados os que falam mais depressa, embora com clareza.

Já o Senador Dinarte Mariz, 1^o Secretário, com voz baixa, costuma dar algum trabalho à Taquigrafia, que se socorre, então, junto ao próprio parlamentar. Na atual legislatura, o Senador recém-chegado que está dando mais trabalho, é, sem dúvida, o Sr. Evandro Carneira, do MDB amazonense, cujas falas, recheadas de expressões redundantes, muitas vezes adjetivações, neologismos surgidos no calor do plenário, estão a exigir um dicionário especial para os taquígrafos.

Ironia só com gravador

— Realmente, a educação no Brasil é um problema de calamidade pública.

A frase, solta entre as notas taquigráficas de uma sessão recente do Senado, onde se debatia a educação nacional, e atribuída ao Senador Jarbas Passarinho, provocou um certo espanto entre os jornalistas credenciados e perplexidade no orador.

— Eu não disse isso — afirmou o Senador, mas o taquígrafo garantia que a frase fora pronunciada.

Recorreu-se à fita gravada da sessão e lá, entre apartes cruzados de diversos oradores, ouvia-se nitidamente a frase, pronunciada pelo Sr. Jarbas Passarinho. Com uma diferença: o tom era de profunda ironia. Estava salva a honra do ex-Ministro da Educação, apontado pelos taquígrafos como o orador mais veloz do Congresso brasileiro, mas a partir daí começou uma outra discussão: por que em plena era tecnológica ainda se utiliza a taquigrafia manual para registrar os debates parlamentares?

— Francamente, não compreendo que não tenhamos ainda um só profissional de alta velocidade utilizando-se da máquina de taquigrafar, quando no Senado há até um minicomputador para chamada de taquígrafos e revisores — queixa-se Beatriz Correia de Melo, taquígrafa do Senado.

Segundo ela, a única experiência tentada com máquinas ocorreu em 1970, quando apareceu no Senado um cidadão, proprietário de um curso de estenotipia na Guanabara e interessado em vender suas máquinas em Brasília. A máquina em questão era leve, pequena, silenciosa e dispunha de suporte que dispensava o uso da mesa. Além disso, o teclado era perfeitamente adaptado à língua portuguesa.

A demonstração, no entanto, feita em plenário, foi um fracasso, já que o operador da máquina não conseguiu registrar um só debate. A taquigrafia parlamentar continuou a ser feita à mão, de lápis e bloco, técnica utilizada em quase todos os países do mundo, onde o gravador, a exemplo do Congresso brasileiro, representa apenas um recurso suplementar.

Fator tempo

Os que preferem a taquigrafia manual consideram este sistema mais dispendioso, rápido e perfeito. E argumentando: a tarefa é realizada por elementos que, além de categorizados em sua profissão, estão habituados a esse tipo de trabalho. Assim, entregam suas notas taquigráficas da maneira mais acabada possível, dentro do menor prazo, e prontas para serem publicadas.

Conforme mostra Maria Rosinda Ramos da Silva, taquígrafa legislativa da Câmara dos Deputados, em trabalho feito sobre a taquigrafia em diversos parlamentos, o sistema de gravação eletrônica jamais resolverá o problema.

Os gravadores, sem falar nas grandes mesas gravadoras e outros aparelhos, são auxiliares inestimáveis para os taquígrafos. Além do mais, cada taquígrafo tem hoje o seu minicassete individual, que o ajuda na tradução de um taquígrama que seja um pouco confuso. Mas o gravador não resolve o problema da reprodução imediata dos discursos e debates, da forma falada para a escrita, a fim de ser publicados.

Um outro argumento a favor do serviço manual é dado pelos próprios taquígrafos, que preferem realizar seu trabalho ao vivo em vez de usar gravadores.

O taquígrafo se desloca para ouvir melhor um orador, olha as expressões, vê os lábios do orador se moverem. Ao mesmo tempo, registra quem está falando. O gravador, por melhor que seja, pode transformar um debate, num amontado de vozes, com a do orador pouco sobressaindo e obrigando, depois, o taquígrafo a rodar várias vezes a fita para poder identificar palavras e apartes.

Na Câmara dos Deputados, com 364 parlamentares, e no Senado, com 66, uma equipe de menos de 40 profissionais se encarrega do trabalho de apanhar velozmente um discurso, traduzi-lo à máquina, dar-lhe feição linguística e gramatical, preparando-o para ir à publicação nos Anais.

— Este trabalho é que legitima a função do taquígrafo — diz Hemir Gosch, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. É o taquígrafo quem conserta pronomes oblíquos mal colocados, concordância irregular, palavras não devidamente pluralizadas, frases mancas, cacófonos gritantes, expressões antiparlamentares, porque quem fala de improviso raramente pronuncia uma frase em condições de ser publicada.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na semana transata, tive a grande honra de, mais uma vez, ser recebido por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, a quem vou me afeiçoando cada vez mais pe-

la maneira cavalheiresca, pela sua gentileza, pelo descortino e pela assombrosa visão que tem dos problemas nacionais.

De longa data o conheço e, ainda recentemente, numa solenidade pública, em Rezende, mais precisamente na Academia Militar das Agulhas Negras, ao ensejo da entrega das espadas aos Aspirantes da turma de 1974, tive oportunidade de sentir a vivacidade do espírito de Sua Excelência, porque a solenidade, embora militar, tem a convivência do mundo civil, principalmente o da região.

Tenho sido sempre convidado para participar daquele momento tão agradável na vida do jovem Oficial brasileiro. Ali se encontravam elementos de toda a sociedade de Rezende, inclusive pecuaristas. Tive oportunidade de apresentar ao Presidente da República um dos maiores pecuaristas da região que, por sinal, é a bacia leiteira mais expressiva da região do Sul do Rio de Janeiro. Para surpresa de todos, inclusive do Comendador Geraldo Osório — é o nome da pessoa — Sua Excelência expressou conhecimentos sobre os problemas agropecuários do País, inclusive preço, questão do leite em pó. Uma verdadeira aula com que o Presidente da República impressionou a todos os circunstantes.

Recentemente, sobre o problema do açúcar — e este foi comigo — o Presidente se inteirou dos menores detalhes. Sabe precisamente quais as usinas cujas quotas foram negociadas e transferidas para São Paulo, sabe a situação do trabalhador canavieiro. Conhece de igual modo o problema de álcalis. É realmente uma universidade e nos contatos no dia a dia, através dos atos de Sua Excelência, vou vendo o quanto de verdade havia naquilo que se dizia, quando Sua Excelência fora apontado como candidato da Aliança Renovadora Nacional à Presidência da República — que era um homem que desde cedo, intuitivamente, se preparava para a Presidência da República.

Abordei com Sua Excelência vários assuntos. O primeiro deles, que me tem apaixonado, bandeira que empunhei com firmeza, é a presença do Brasil na Antártica, no Continente Branco. Levei a Sua Excelência uma série de informações, inclusive do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos, do qual tenho a honra de ser um dos fundadores. Pedi que essa entidade fosse considerada de utilidade pública. O processo encontra-se em mãos do eminente Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão, aguardando andamento.

A Diretoria, composta dos elementos mais expressivos da vida brasileira, nos setores científico, empresarial e da Marinha de Guerra, presidida pelo Engenheiro João Aristides Wiltgen, conta com a presença de vários oficiais da Marinha, atualmente na reserva.

Para ser sincero, pensei que Sua Excelência, embora mergulhado em seus afazeres, tivesse uma noção do problema que a Antártica encerra e de suas implicações. Mas devo confessar que, tendo levado o material cuja réplica se encontra em minhas mãos, surpreendi-me com a torrente de informações que o Presidente Geisel tem sobre o assunto.

Tive inclusive o propósito de felicitar Sua Excelência pela medida firme, correta e patriótica no sentido de que o Brasil aderisse ao Tratado de Washington, do qual estivemos afastados durante os 16 anos de sua existência.

Na época em que o Tratado foi assinado, o Brasil não pôde firmá-lo, embora tenha formulado seu protesto e sem embargo de ter participado do Ano Geofísico Internacional com uma expedição à Ilha da Trindade, que tenho a felicidade de conhecer, integrando uma comitiva composta também dos Senadores Benjamim Farah e Domício Gondim, que passou doze dias a bordo do porta-aviões Minas Gerais, a convite do então Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker. Lá se instalou o posto avançado de meteorologia que funciona até hoje, prestando assinalados serviços à navegação marítima não só brasileira, como também mundial.

Evidentemente, pedi a Sua Excelência apoio para a proposição de minha autoria que tramita no Senado. Encontra-se, no momento, na Comissão de Relações Exteriores, depois de ter obtido pareceres

favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

O processo baixou em diligência, pois algumas formalidades são necessárias. Inclusive já pedi — e renovo o apelo, pois acho que é a oportunidade de fazê-lo — a modificação do art. 1º, porque o Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos à época ainda não existia e a idéia da expedição pacífica, rigorosamente pacífica, para análise das correntes marítimas, da fauna, do problema meteorológico, parecidos de suma importância. É indispensável que o Brasil conheça o problema das chamadas frentes frias que, oriundas da Antártida, chegam a atingir a Amazônia. Se fossem determinadas com conhecimento prévio, bem se poderia, em outro campo, que seria o da Agricultura, fazer a previsão de geadas, frios intensos ou umidades excessivas.

Sr. Presidente, por um dever de justiça, tenho que dizer que ouvi de S. Exª — e acho que não há nenhum inconveniente em tornar público — um grande elogio à atuação do Ministro Azeredo da Silveira. Na ocasião, pude afirmar a S. Exª que, não raras vezes, já de longa data, tenho oposto reparos ao Itamarati, ao Ministério das Relações Exteriores. Minhas críticas, entretanto, sempre foram elevadas. Tive a satisfação de notar que o Senhor Presidente bem as compreendia. O elogio à atuação do Ministro Azeredo da Silveira acho eu que deve ser referido neste meu *speech*. Inclusive, depois que soube da Assessoria prodigiosa e eficiente de S. Exª, estou-me aprestando em pedir uma audiência para levar minhas congratulações ao nosso prezado Chanceler, pela compreensão demonstrada em relação ao problema, levando-o de modo diplomático e impecável. O Brasil, ao firmar o Tratado da Antártida, não pressupõe nenhum espírito de confrontação com qualquer país, principalmente com a nossa vizinha e tradicional amiga, a Argentina, sem embargo de um passionalismo que se confunde muito com a política local. Eu mesmo tenho sido brindado, repetidas vezes, por ataques de um certo tipo de Imprensa que, no meu modo de entender, não é a que mais serve à Argentina, como outras pessoas que têm cuidado do assunto têm sido alvo de diatribes, de verrinas, que recolho, com muito agrado, mas sabendo que não representam o sentimento do povo argentino. Acho que o Brasil, de mãos dadas com a República do Prata, bem pode organizar um programa de grande utilidade para as duas nações, já que, além desses detalhes por mim especificados, há outros que, mais tarde, terão de ser observados, relativamente à riqueza de minérios que o chamado Continente Branco possui.

Sr. Presidente, tenho em mãos — e tive oportunidade de mostrar ao nosso Presidente — uma série de elementos, de pronunciamentos valiosos já da simpatia da opinião pública brasileira por esse assunto.

Não se pretendendo a expansão de território, o que é, o que sempre foi vedado por nossas Constituições, o que se quer, o que se almeja e se vai conseguir — se Deus quiser — com a ida da expedição, é fazer com que o Brasil viva momento importante dele, e que o mundo também está vivendo.

Já agora, diante da assinatura do tratado pelo Brasil, ao invés de apoio logístico, pretendido por mim, eu mesmo vou tomar a iniciativa de tirar o logístico, e pedir apenas o apoio — e aqui vai um apelo. No dia de minha audiência com o Presidente da República, encontrava-se ali presente o Ministro Armando Falcão, pois despachara antes com o Chefe do Governo. Entreguei a sua Excelência os Estatutos do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos. Logo seja declarado de utilidade pública, evidente que uma série de benefícios poderão ser prestados ao IBEA.

Sr. Presidente, ao que tudo indica, a expedição que vai à Antártida, não terá caráter oficial. Dela participarão brasileiros, abnegados patriotas, com apoio do Governo, embora não oficial. Não será propriamente nossa primeira expedição, porque o Brasil já lá esteve, mas, será nossa primeira expedição propriamente organizada, cientificamente organizada. A bandeira brasileira já foi fincada de

uma feita no Continente Branco — tenho aqui uma série de elementos que encham o brasileiro de orgulho. Foi há longa data, o que demonstra que não é idéia nova. Quando este assunto foi brilhantemente aventado — e aqui faço questão de referir o nome do ex-Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes — já havia, principalmente no seio de estabelecimentos de ensino superior de toda natureza, um estudo, um levantamento, que espero mais tarde venha constituir uma espécie de paixão, uma mentalidade do povo brasileiro, com ~~suporte~~ por aquele Continente.

A expedição, dizia eu, deve ser particular, e o será, embora com o apoio do Governo.

Há riscos, inclusive porque o brasileiro não está habituado a temperaturas tão baixas, difíceis de serem suportadas.

Esses patricios lá irão preparar o terreno, a área que caberá ao Brasil. Depois, com o desdobramento do tratado — que tem um prazo de duração — há de se ver de que maneira o Brasil participará definitivamente dessa Operação Antártica. Logo — aqui falo no plural — obtemos o decreto declarando de utilidade pública o IBEA, posso adiantar à Casa e à Nação que a iniciativa particular se aprestará em conceder os recursos indispensáveis para aquisição de um navio apropriado, ou seja, um quebra-gelo, e também outros recursos indispensáveis. O Governo não despendará um centil sequer.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Com muito prazer.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais) — Nobre Senador Vasconcelos Torres, V. Exª tem sido, nesta Casa, um batalhador pela presença do Brasil na Antártida. Escutando-o nesta tarde, só me cabe, mais uma vez, congratular-me com seu pensamento. Apenas discordo num ponto: por que não se tornar, realmente, essa uma expedição oficial? Os argumentos que V. Exª apresentou, sinceramente, não me convenceram. Disse V. Exª, com sua experiência de profundo conhecedor da Antártida, que é esta praticamente a primeira expedição que se organiza cientificamente. Assim sendo, entendemos que ela deveria receber, realmente, o apoio oficial do nosso Governo. Estou certo, como V. Exª diz, de que é do interesse do Presidente essa expedição.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Exatamente. Eu explico, abro o coração a V. Exª.

O apoio do Governo, evidente, se fará sentir: o navio. A expedição terá caráter particular. Por quê? Falamos de brasileiro para brasileiro. Vamos pela primeira vez. A outra — já citei, aqui, rapidamente — foi em navio estrangeiro, e ficou-se a bandeira do Brasil no Continente Branco. Falamos de brasileiro para brasileiro, repito: se o Governo, ele mesmo faz a expedição e esta fracassa? V. Exª sabe que o Brasil está cheio de inimigos. Se formos nós do IBEA, embora com o apoio governamental — e só essa declaração de utilidade pública já é um apoio — as consequências serão outras. Todos os brasileiros, inclusive V. Exª, hão de apoiar a iniciativa.

Estou-me sentindo tentado, estou-me sentindo obrigado, moralmente até, a me engajar nessa expedição. Já os anos vão avançando, mas o patriotismo há de dar o calor necessário para me aquecer do frio externo da Antártida, que, segundo os relatórios que tenho aqui, é difícil de se suportar. Só não vou pedir uma Comissão do Senado. Só se se abrisse o voluntariado, mas não estou anunciando nada.

Minha longa vida — são quase 30 anos de mandato parlamentar — toda ela é de coerência. O Almirante Ayres de Andrade, Vice-Presidente da Comissão, já me insinuou o convite. Tenho a remota convicção de que talvez não deserte. Não sei, ainda, das condições futuras. Será mais um dado de coerência na minha vida, embora trabalho dessa natureza, seja difícil, árido — monótono, porque não sou cientista. No Parlamento fui — digamos — a caixa de ressonância, o tambor que bateu, chamando a atenção para o problema.

Sr. Presidente, saí deslumbrado da audiência com o Presidente da República. Senti que esta causa, de tanto interesse patriótico, está pres-

tes a tornar-se realidade. Mais uma vez, daqui, agradeço ao Presidente Ernesto Geisel e ao Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Azeredo da Silveira.

Sr. Presidente, não sou homem de deixar a oportunidade para depois. Ali, no ambiente acolhedor do Palácio do Planalto, aproveito o ensejo — como diria o Deputado, as ensanchas oportunas — para me reportar a projeto meu que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, pedindo o pagamento dos *royalties*, cinco por cento, para o Estado e os Municípios onde está sendo feita a prospecção do petróleo na plataforma submarina.

Falava ao Presidente da República, que também era o ex-Presidente da PETROBRÁS. Sua Excelência, reservadamente, disse-me que já Deputados de Sergipe haviam solicitado apoio idêntico e que, com alguma simpatia, olhava a matéria.

Na Câmara dos Deputados, há um projeto no mesmo sentido, apresentado bem depois do meu, cerca de dois meses após, porque tive a ventura de, em pleno recesso, tomar conhecimento das primeiras notícias de que o petróleo estava jorrando no litoral da minha terra, de Campos e estudando o assunto, Sr. Presidente, aquilo me encasquetou e logo no dia seguinte à posse de V. Ex^a apresentei o Projeto.

Agora tive a notícia de que meu projeto teria sido considerado inconstitucional, mas como um projeto igual ao meu — eu não diria cópia servil, mas uma coincidência, e é um direito que a Câmara tem — foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da outra Casa, pediria ao Relator — meu amigo a quem tanto admiro e prezo e que é também da terra do petróleo, Senador Heitor Dias — caso haja tempo, não conheço o parecer, informaram-me que talvez já exista um parecer — o reexame da matéria.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — V. Ex^a me concede aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — De público, eu lançaria este apelo, Sr. Presidente, pois não é possível seja o assunto inconstitucional aqui, nesta Casa do Congresso, e constitucional na outra — o que sai daqui é examinado lá e vice-versa. Pediria ao meu grande amigo — faço questão de assim dizer — a quem quero bem, um homem extraordinário, um dos Senadores eficientes e brilhantes que ainda hoje produziu excelente peça oratória que, se houver tempo, me considere a gentileza de reexaminar a matéria, caso possível.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Desejo manifestar de justiça a V. Ex^a Sergipe, diretamente interessado no projeto de V. Ex^a, diz, por meu intermédio, que seu nome é conhecido, em meu Estado, como o de um batalhador por essa causa da maior justiça, principalmente para aqueles Estados nordestinos que não têm outra fonte de renda. Há poucos dias, eu comentava com amigos comuns a brilhante atuação de V. Ex^a neste Plenário ...

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — ...no sentido da defesa dessa prioridade, vamos dizer assim, desenvolvimentista do Nordeste, que continua a aguardar da Presidência da República um aceno no sentido do aproveitamento dos seus recursos naturais. Em nosso Estado, não temos outra alternativa senão fazer com que sejamos premiados com aquilo que a natureza nos deu. Evidentemente que a plataforma continental, no litoral do meu Estado, pertence a Sergipe. Far-se-á imensa justiça em se legalizando o projeto de V. Ex^a, que estende também os *royalties* às plataformas. Desejo, então, neste registro, trazer a solidariedade de Sergipe e o conforto, assim me parece, a V. Ex^a, cujo nome é lá acolhido com muita simpatia.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Comove-me profundamente a intervenção de V. Ex^a ao dizer que meu nome é conhecido em Sergipe. Faço justiça, também, porque o Presidente da República me disse, antes de minha solicitação, que a Bancada de Sergipe havia pedido a Sua Excelência. Há, então, esta

prioridade na solicitação direta ao Presidente da República, embora aqui tenha sido eu o pioneiro no levantamento desta bandeira que visa a concessão de *royalties* não só aos Estados, como aos Municípios nas áreas marítimas em que estão sendo feitas as prospecções de petróleo.

Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Com prazer.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — Como representante do Estado do Amazonas, quero manifestar a V. Ex^a a grande simpatia por esse projeto que faz com que o município participe dos resultados da exploração do petróleo. No Amazonas, onde está sendo revelada a existência do petróleo, nas últimas prospecções da PETROBRÁS, na região do Madeira, em Altas Mirim, no Careiro, para nós uma região pobre, se aprovado o projeto de V. Ex^a, se cumprirá realmente um princípio de justiça, aquinhoando as populações, através da atribuição aos municípios, de uma participação naquilo que a terra, generosamente, oferece ao Brasil. Portanto, V. Ex^a poderá somar a desvalida solidariedade do Amazonas à sua tese.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — *Esse apoio é importantíssimo. E devo dizer a V. Ex^a que, apesar de não ter obtido a palavra definitiva, mas a simpatia — esta palavra simpatia foi proferida pelo Presidente — e a reação facial de S. Ex^a, eu, como velho político, que aprendeu a ser fedor de fisionomias — não aprendi a ler cartas, mas fisionomias, como político, tenho assim a faculdade de mergulhar a fundo na fisionomia — pressenti que, se o meu projeto não for aprovado, pelo menos, a idéia nele consubstanciada será adotada pelo digno Presidente, General Ernesto Geisel.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — V. Ex^a presentiu pelo seu radar espiritual...

O SR. VASCONCELOS TORRES (Rio de Janeiro) — Exato. V. Ex^a diz bem, é o radar. Ele me diz que Sua Excelência virá, talvez, atender a esse pedido que, em última análise, é de todo o Brasil, de todos os Estados, inclusive desse portento de potencialidade que é o Estado que V. Ex^a representa nesta Casa — o grande Amazonas.

Sr. Presidente, estou aqui fazendo o diário de bordo da audiência. Ainda pude comunicar a Sua Excelência que uma solenidade prevista para o dia 10 de junho — transladação dos restos mortais do grande herói fluminense, brasileiro, Almirante Luiz Filipe Saldanha da Gama, por motivos vários, teve que ser adiada. Contávamos com a presença de Sua Excelência e uma série de fatores, inclusive a ida agora, ao Uruguai, no dia 12, impediam o comparecimento do Presidente, mas, a exemplo do que ocorreu em solenidade idêntica, quando a cidade de Campos recebeu de novo seu querido filho, José do Patrocínio, a 13 de maio do ano passado, desta vez, em data a ser fixada, toda a comunidade campista à frente o Prefeito José Carlos Vieira Barbosa, receberá esses despojos sagrados. E tudo estava indo normalmente, inclusive o orador para a cerimônia, já escolhido, o eminente Senador Magalhães Pinto, que proferirá discurso em data que oportunamente será fixada.

Sr. Presidente, a audiência não demorou o tempo que estou falando aqui, estou dando uma distensão. Foi uma audiência em tempo normal. Mesmo assim, tive oportunidade de abordar, com todo despeito, alguns aspectos políticos do meu Estado, com informações de que Sua Excelência tem conhecimento, e entrosado na aspiração do Chefe do Governo, que é o nosso correligionário maior, de ver a Aliança Renovadora Nacional vitoriosa nas urnas de 1976 e, se Deus quiser, nas de 1978.

Era, Sr. Presidente, isso que eu queria relatar, com os meus mais vivos agradecimentos a um homem que sabe conversar, sabe ouvir, sabe dialogar e sabe decidir — o Presidente Ernesto Geisel.

Antes de encerrar, manifesto meu desgosto pela adulteração de palavras minhas em noticiário publicado no dia seguinte. Falei

com absoluta correção e só incidentalmente me referi, mas como coisa minha e com sentido de elevada colaboração, ao relacionamento das Bancadas federal e estadual com o eminente Governador do meu Estado.

Esta, também, é a oportunidade em que vem, veementemente, repilo o noticiário de um vespertino do Estado de São Paulo que mentira de forma desabusada, não só quanto à audiência, mas também referindo-se a comentários desairosos — a mim atribuídos — à figura do Governador do Estado, na presença dos Senadores Dinarte Mariz, Tarso Dutra e do ex-Deputado Djalma Marinho, no Hotel Nacional, com quem não estive, absolutamente, no local apontado.

Obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A extraordinária atividade que a Editora Abril vem desenvolvendo em favor da cultura brasileira, a fazem merecedora de uma homenagem especial na data em que comemora seu 25º aniversário.

A empresa, que iniciou suas atividades lançando a revista infantil Pato Donald, com 82.000 exemplares, é, hoje, responsável por mais de 150 edições que atingem a 1 milhão de exemplares diários, focalizando setores de interesse geral como, Ciência, Técnica, Arte, Esporte, Política, Turismo, etc.

Além disso, possibilita a todas as camadas da população, através de seus volumes isolados e fascículos, o conhecimento dos clássicos da Arte, da Filosofia e da Literatura Universal. Populariza, através da série "Os Cientistas", os grandes nomes da Ciência e os processos da pesquisa científica. Na Música, divulga as origens e os sons dos temas populares brasileiros e as obras dos mestres clássicos de todo o mundo.

Pelo dinamismo e pelo sucesso com que a Abril se lança a seus empreendimentos, ela merece a nossa homenagem e o nosso reconhecimento.

Nesse sentido, parece-nos oportuno lembrar pronunciamento que tivemos oportunidade de fazer sobre a contribuição que essa empresa vem prestando à obra da educação. O passo fundamental para o verdadeiro desenvolvimento brasileiro é a preparação do nosso povo para as múltiplas tarefas que esse desenvolvimento exige. Por isso a educação está na base dos nossos problemas.

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (S. Paulo) — Com prazer, ouço o aparte de V. Exª

O Sr. José Lindoso (Amazonas) — V. Exª presta homenagem, ao assinalar os vinte e cinco anos de fundação da Editora Abril, a essa empresa que tantos e tão relevantes serviços tem prestado ao País. Queremos, em nome do nosso Partido, nos associar a essa homenagem, que consideramos deveras merecida e altamente significativa, porque a expressão da Editora Abril é nacional. Portanto, cabe bem ao Senado, o registro que V. Exª faz. A Editora Abril transformouse num veículo extraordinário, no processo de educação e de promoção dos níveis intelectuais do povo brasileiro. Ela é a promotora da cultura, no bom sentido, levando, como V. Exª assinala, os clássicos às bancas de jornais, em edições primorosas, a preços acessíveis, facilitando, assim, a conscientização do povo, também com relação aos valores científicos e, sobretudo, marcando todo esse esforço editorial significativo não só no aspecto cultural, mas também marcando como eu dizia de um sentido altamente de brasilidade. Associamo-nos, portanto, e apresentamos, neste momento, à Editora Abril, nossas congratulações pelos seus vinte e cinco anos de bons serviços prestados ao povo e ao Brasil. Agradeço a V. Exª a gentileza do aparte.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço ao nobre Líder José Lindoso o apoio que, em nome da Aliança Renovadora Nacional, vem trazer a esta homenagem, que não é apenas nossa mas também do Movimento Democrático Brasileiro. E assim, dando o Congresso que se une para homenagear uma instituição que presta notáveis serviços ao nosso desenvolvimento cultural.

Referia-me, Sr. Presidente, a um acontecimento especial realizada por essa Editora, no tocante à educação, com a sua série "Os Cientistas".

Educar não significa aumentar o número de escolas ou multiplicar o número de matrículas. O crescimento quantitativo tem importância secundária. O que se impõe, fundamentalmente, hoje, é o crescimento qualitativo da educação, representado por novos processos e métodos que preparem efetivamente o homem brasileiro para as tarefas de desenvolvimento pessoal e social.

O que se impõe, acima de tudo, nesse sentido, é a rápida superação de um tipo de ensino livreco e decorativo e sua substituição por novos processos em que o aluno tenha função ativa e não passiva, compreenda, não memorize simplesmente, pesquise, em lugar de decorar lições.

Nesse sentido, a Editora Abril, em colaboração com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência, entidade ligada à UNESCO, acaba de prestar mais um notável serviço à cultura brasileira, à qual queremos referir-nos como estímulo a obras desse teor.

Refiro-me à publicação da série "Os Cientistas", que constitui algo de importância sem precedentes, não apenas em nosso País, mas, talvez, em qualquer parte do mundo.

Consiste essa obra em 50 conjuntos de um fascículo e mais uma pequena caixa-laboratório. O fascículo conta a vida e a obra de um dos 50 cientistas que mais contribuíram para o progresso da ciência. A pequena caixa-laboratório, prodígio de criatividade e simplicidade inventiva, contém o equipamento físico, químico ou biológico para que o estudante reproduza, ele mesmo, as experiências fundamentais que constituíram a contribuição principal daquele cientista para o patrimônio científico da Humanidade. Além disso, um folheto de instrução programada, que é nova técnica de ensino que se integra na pedagogia moderna, leva o estudante a conferir, passo a passo, as suas próprias experiências com as conclusões da ciência, num processo de aprendizagem ativo, consciente, renovador e participante.

O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Benjamim Farah (Rio de Janeiro) — Quero, também, me associar a V. Exª nessa manifestação de aplauso à Editora Abril, ao ensejo do seu 25º aniversário de fundação. Já V. Exª tem detalhado bastante as atividades, sobretudo as específicas da cultura no campo científico, literário e obras educacionais e, ainda mais, com o aparte do nobre Senador José Lindoso, dando o respaldo da Representação da Maioria, estaria dispensada, por certo, a minha solidariedade. Mas, sabendo V. Exª que represento aqui a antiga Guanabara, hoje um Município do Rio de Janeiro, o maior centro cultural do Brasil, não poderia assistir a V. Exª homenagear uma editora que tanto tem contribuído no desenvolvimento da nossa cultura, sem dar o meu apoio em nome daquele povo, em nome daquele grande Município. Portanto, dou parabéns a V. Exª, consignados os aplausos da nossa Bancada e da Bancada da ARENA. Estão as duas representações, assim, não homenageando apenas uma editora tão eficiente e tão conceituada, mas estão homenageando a própria cultura do nosso povo e também aqueles que acreditam nessa cultura e envidam todos os esforços para que possamos chegar às grandes metas, aos grandes objetivos que constituem a maior aspiração do nosso povo.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço a manifestação de V. Ex^a, Senador Benjamim Farah, que tem um título particular a justificar e a enaltecer o elogio que presta a esta editora. É o título de que V. Ex^a tanto se ufana, de professor do grande Colégio Pedro II, aquele celeiro de educadores, entre os quais se destaca a atividade pedagógica de V. Ex^a. Isto dá um particular relevo ao apoio que o nobre colega presta a esta homenagem.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ouço com satisfação o aparte de V. Ex^a

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — V. Ex^a fala como Líder, portanto representa a unanimidade do pensamento dos seus companheiros aqui desta Casa. Desejo apenas reafirmar a nossa admiração por essa editora e lembrar que seria da maior oportunidade, já que o Governo parece usar conceito de aniversário para liberar censuras, que fizesse agora, aproveitando o aniversário da Editora Abril, levantar a censura à revista *Veja*, de alta qualificação mas que continua sob sistema de censura.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço o aparte e a lembrança de V. Ex^a. E para reforçar a sugestão que V. Ex^a faz, permito-me lembrar que foi precisamente na data em que o jornal *O Estado de S. Paulo* comemorava o seu centenário que se deu o ato de significação histórica para a normalização de nossa vida pública, representado pela suspensão da censura àquele órgão. V. Ex^a lembra com grande oportunidade: a melhor homenagem que se poderia prestar a esse órgão seria, no momento em que ele completa um quarto de século, levantar-se, como se fez com *O Estado de S. Paulo*, a censura aos órgãos dessa organização, especialmente à revista *Veja*, que é uma das revistas que mais informam e esclarecem o Brasil e o mundo a respeito dos acontecimentos que interessam a toda opinião pública do Brasil, e mesmo no plano internacional.

O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ouço com muito prazer o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo) — Nobre Líder Franco Montoro, embora V. Ex^a fale em nome do MDB, como Líder que é, na qualidade de representante de São Paulo, como V. Ex^a, quero deixar consignada nos Anais desta Casa também a minha palavra de homenagem à Editora Abril, aquele extraordinário parque gráfico que honra esse setor brasileiro, em São Paulo. Na minha opinião, a expressão maior da Editora Abril talvez seja a revista *Veja*, além de outras que possui. E que desta forma quebrou um tabu, porque antigamente se pensava que em São Paulo seria impossível iniciar-se uma revista de expressão nacional, como as que existiam tão somente no Rio de Janeiro. Isto São Paulo deve à Editora Abril. Por isso nós nos irmanamos a V. Ex^a na homenagem justa que presta à Editora Abril.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço o aparte de V. Ex^a, em homenagem prestada a essa empresa que honra a cultura e a indústria de São Paulo e do Brasil.

O Sr. Nelson Carneiro (Rio de Janeiro) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Nelson Carneiro (Rio de Janeiro) — Queria comunicar a V. Ex^a que há cerca de 15 dias, na Comissão de Constituição e Justiça, fui Relator de um requerimento em que se mandava consignar nos Anais do Senado um voto de louvor exatamente pela passagem do 25º aniversário da Editora Abril. Acredito que esse requerimento deverá entrar breve em Ordem do Dia e, assim, além das palavras de

V. Ex^a, como Líder da Minoria, estará gravado, nos Anais da Casa, um testemunho alto do apreço com que o Senado acompanha o trabalho dessa Editora.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo) — Agradeço a informação de V. Ex^a, que vem colocar no seu destaque — que é de justiça — a homenagem que o Congresso Nacional presta a uma empresa que tantos serviços tem prestado à cultura nacional.

Quando fui interrompido pelos apertes que tanto honraram e enriqueceram este discurso, Sr. Presidente, referia-me à iniciativa da Editora Abril, representada pela sua coleção *Os Cientistas*, onde se dá aos estudantes brasileiros a oportunidade de refazer pessoalmente a experiência feita pelos cientistas no campo da Física, da Química e da Biologia.

E acrescentávamos:

Isto é de todo diferente do velho método de ensino em que os alunos — nós, alunos — tínhamos que decorar as leis de Newton, de Pasteur, de Lavoisier e outros, sem o entendimento vivo da sua significação real e da sua importância prática.

Agora, em lugar de decorar-se a fórmula desses autores, através da contribuição magnífica dessa Editora o aluno refaz a experiência e vê aquele fenômeno que levou o cientista a formular a sua lei.

É difícil avaliar o que isso representa como apoio à formação de uma mentalidade criativa na juventude brasileira e de apropriação e uso de métodos científicos para as futuras gerações do País. Trata-se de amplo investimento em recursos humanos com poder de multiplicação e aceleração do progresso nacional em níveis absolutamente incalculáveis. Basta dizer que a tiragem inicial desta série é de duzentos mil exemplares, que poderão ser utilizados por classes ou por grupos de estudantes, num efeito multiplicativo, que terá sentido novo e renovador ao aprendizado científico e tecnológico do Brasil.

Ao lado de outras publicações notáveis, por seu valor científico, artístico e cultural e por sua ampla divulgação a baixo preço, em todo o território nacional, a Editora Abril merece a homenagem de todos os que vêm na renovação e na democratização da cultura o ponto essencial para o verdadeiro desenvolvimento brasileiro.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (São Paulo) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dois assuntos rápidos: o primeiro, relativo ao drama do litoral Sul de São Paulo, que vive, hoje, o problema relativo, não só à epidemia da meningite, mas também, o grave problema conhecido por encefalite.

O Secretário de Saúde do Estado de São Paulo tem, reiteradas vezes, feito pronunciamentos na imprensa, solicitando aos turistas que não visitem a Baixada Santista e o litoral Sul de São Paulo, em virtude dessa epidemia.

Entretanto, eu que estive no final desta última semana visitando a Baixada Santista, o litoral Sul de São Paulo, pude constatar, pessoalmente, que são tímidas, fracas, as medidas que o Governo de São Paulo, coloca em prática, principalmente, no litoral Sul, tendo em vista as declarações do Secretário da Saúde e as providências tomadas pelo Governo do Estado, bem abaixo das necessidades delineadas pelas declarações que alarmam a população do litoral Sul.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÊRCIA (São Paulo) — Pois não, Excelência.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Tenho lido na imprensa que, ao contrário do ano passado, em que até eu fiz críticas ao Governo federal, este ano o Governo tem sido elogiado pela maneira

como vem enfrentando o problema da meningite. É, realmente, uma situação perigosa, mas nesse terreno o Poder Público pode assinalar expressiva vitória. Não há aquele alarme que houve no ano passado. Tive até oportunidade de debater o assunto, com o eminente Senador Jarbas Passarinho. De modo que no instante em que V. Ex^a faz críticas, entendendo que as medidas governamentais nesses dois setores, da encefalite e da meningite, são providências pálidas, quer-me parecer que o nosso entendimento deve ser no sentido de que o que V. Ex^a foi observar na Baixada Santista não foi a encefalite nem a meningite, mas tão-somente a formação de diretórios municipais, visando diretamente às eleições municipais de 1976 e, remotamente, à grande competição que se vai travar entre V. Ex^a e o eminente Senador Franco Montoro, em 1978.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Eu gostaria de, ao agradecer o aparte de V. Ex^a, comunicar que todas as cidades da Baixada Santista contam com diretórios municipais do MDB. Evidentemente não teria ido eu à Baixada providenciar a formação de diretórios, em virtude da existência dos mesmos diretórios naquela região.

Nós que tomamos a vacina da meningite nas ruas de São Paulo, que estamos assistindo ao trabalho do Governo neste setor da prevenção da Saúde Pública, elogiamos esse trabalho que o Governo tem feito.

A encefalite, entretanto, ainda não conta com uma vacina que possa combater uma epidemia. E aí é onde eu queria chegar, nobre Senador Eurico Rezende: o drama da Baixada Santista, o drama do comércio, visto que hoje as ruas estão às moscas, os turistas não estão indo mais principalmente para o litoral Sul. Há o desemprego, o drama social em toda aquela região, em virtude exatamente dos anúncios oficiais do Governo do Estado.

O que estranhamos é que, se realmente existe esse problema trágico da encefalite e o Governo pede aos turistas que não visitem o litoral Sul; os moradores daquela região também devem ter a mesma consideração do Governo quanto à preservação da sua saúde.

É exatamente este aspecto que lamentamos e consideramos uma omissão do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saúde, que conta com um ilustre cientista, o Professor Walter Leser, deixar-se a população das cidades do litoral Sul psicologicamente atordoada, abalada, sem nenhuma explicação, sem haver qualquer atividade realmente efetiva, por parte do Governo, para dar-lhes tranquilidade e proteção.

O Governo se limita às declarações do Secretário da Saúde. Eu, infelizmente, não li nenhuma declaração do Governador do Estado de São Paulo, Sr. Paulo Egídio Martins. Testemunha que fui, na visita àquela região, posso dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos nobres Srs. Senadores, que o Governo do Estado de São Paulo está falhando no litoral Sul.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a mais um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Obviamente, eu e V. Ex^a devemos ter muito cuidado nesse assunto, porque não somos médicos. Então, o nosso debate há de ser cauteloso. Mas verificamos pela controvérsia rápida havida entre mim e V. Ex^a — e com o evidente ciúme do Sr. Senador Franco Montoro, senão mesmo seriíssimas preocupações — que, pelo menos, V. Ex^a já afastou o problema da meningite...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Eu não; o Governo é que tem afastado.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — O Governo federal lavrou tento no combate à meningite. Restou, então, o da encefalite. Mas, parece-me que ouvi de V. Ex^a que não existe ainda vacina para a encefalite. Quer-me parecer, então, que, além de injusta, a crítica de V. Ex^a, à alegada omissão do Governo, é temerária. Se não há

vacina, como diz V. Ex^a, a providência do Governo deve ser a de advertir a população no sentido de não frequentar ou de se afastar dos focos de contaminação. Quero dizer a V. Ex^a que só levarei a sério críticas ao Governo de São Paulo, de que ele não está tomando providências, quando essas críticas forem feitas por um elemento realmente com a categoria profissional e funcional para fazê-las. Nem é V. Ex^a nem sou eu parte legítima para acusar, e reconheço que também não sou parte legítima para defender. Poderíamos então fazer um acordo e procurar um elemento de categoria, de competência, de entrosamento com o problema para espantar as nossas dúvidas, porque V. Ex^a está perplexo e eu também estou. Creio que esta seria a melhor solução para o caso.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Um minuto apenas, vou responder ao aparte do nobre Senador Eurico Rezende.

Se V. Ex^a não reconhece o discurso, não deveria eu reconhecer o aparte, porque V. Ex^a, tal qual como eu — embora com muito mais méritos — é advogado. Sou um humilde bacharel. Entretanto, saiba V. Ex^a que os problemas que eu, como político e não como cientista, pois não sou conhecedor de matéria de saúde pública, de meningite ou de encefalite, constatei que são problemas sociais, estes, de acordo com os meus modestos conhecimentos, devem ser apreendidos por políticos, que deles devem tratar. E, aqui, refuto a tese de V. Ex^a, porque eu posso tratar de assuntos relativos à educação, de assuntos relativos à saúde, ou de quaisquer assuntos, tendo em vista o aspecto político da situação. Porque sou político, nasci da vontade do povo, do voto popular; fui Vereador, fui Deputado, fui Prefeito e, agora, sou Senador por São Paulo. Portanto, o aparte de V. Ex^a atinge aspecto que é até interessante que se levante; refere-se à representação popular. Nós, atualmente, temos que enfrentar governos estaduais que não são eleitos pelo povo e, na nossa opinião, governos que não nasceram do voto popular não têm sensibilidade suficiente para atentar aos reais problemas da população. Talvez falte em São Paulo um Governador eleito pelo povo; talvez falem eleições diretas para que possamos contar com governos voltados para os interesses da população, que conheçam o drama da população, que saibam senti-los, como políticos, e debater esses problemas.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a se equivocou. Não procurei castrar nenhum homem público do direito de debater problemas que não sejam da sua especialidade curricular.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Foi o que o aparte de V. Ex^a deu a entender.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Na questão da meningite, todos nós podemos louvar ou criticar o Governo porque sabemos que existe a vacina. Trata-se de adotar a única medida que existe: a vacinação, que, no ano passado, não houve em quantidade suficiente. Neste ano está havendo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Por falha do Governo, porque o Sr. Ministro da Saúde havia anunciado o problema e não se tomaram providências...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a permitiu o aparte? (Pausa.) Quando eu disse que a posição de V. Ex^a e a minha eram incômodas, no debate do problema, quis referir-me à encefalite que, de acordo com o que disse V. Ex^a, não tem vacina.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Quis referir-me aos problemas sociais decorrentes da encefalite.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Quanto à questão do homem público ser eleito por voto direto ou indireto, não vejo rela-

ção alguma, porque não me consta que a meningite foi eleita por voto direto ou indireto, bem como a encefalite tenha sido eleita por voto direto ou indireto. Agora V. Ex^{as} deviam completar a crítica. V. Ex^{as} acusam os Governadores de não terem sensibilidades para esse problema porque foram eleitos pelo processo oblíquo. Por que V. Ex^{as}, então, não ampliam, não tornam completa essa crítica, estendendo-a também ao Senhor Presidente da República?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Mas sempre que se diz eleições...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Por que V. Ex^{as} não acusam o Presidente Ernesto Geisel de falta de sensibilidade para com os problemas?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — A conclusão é de V. Ex^a

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Porque antes da eleição indireta do Governador de São Paulo, V. Ex^{as} diziam sempre isso: que o elemento eleito pelo escrutínio indireto é incapacitado de ter sensibilidade para com os problemas populares.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — “Incapacidade” fica por conta de V. Ex^a

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Por que V. Ex^{as} não acusam o Presidente Ernesto Geisel? Por que a V. Ex^{as} não interessa interromper a “lua-de-mel” que vêm mantendo com Sua Excelência?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — V. Ex^a extrapolou e concluiu por conta própria. Fica à análise dos nobres Senadores desta Casa a conclusão de V. Ex^a.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Pois não.

O Sr. Franco Montoro (São Paulo) — Quem dá fundamentação à argumentação de V. Ex^a é a Constituição. Ela manda que os Governadores sejam eleitos pelo povo em voto direto e não diz a mesma coisa em relação ao Presidente da República. Manda também que os prefeitos sejam eleitos pelo processo do voto direto. O nosso protesto é em relação àquele mínimo que a Constituição assegura. Prefeitos das Capitais, como ontem o nobre Senador Mauro Benevides demonstrava, por que não são eleitos pelo povo quando a Constituição determina? Prefeitos das Capitais, das estâncias hidrominerais, municípios de Segurança Nacional perderam a sua autonomia, quebrando o princípio da autonomia municipal, definido na Constituição. E a experiência tem sido dolorosa. Os melhores prefeitos, por exemplo, de São Paulo todos sabemos foram Prestes Maia, Faria Lima, eleitos pelo povo e os piores foram os nomeados. Os Governadores, a Constituição manda que sejam eleitos pelo povo. É uma emenda transitória que se repetiu por duas vezes e que tirou do povo esse direito que a Constituição assegura. Portanto, o fundamento de V. Ex^a e o nosso estão na própria Constituição, promulgada pelo Chefe do Partido do nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — E jurada por V. Ex^{as}...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Agradeço o aparte do ilustre Senador Franco Montoro que vem exatamente colocar nos devidos termos o problema levantado pelo Senador Eurico Rezende, que pretendeu se fizesse aqui uma crítica ao Senhor Presidente da República. Não entendi bem o porquê, visto que V. Ex^a é do Partido que apóia o Presidente da República e pretendeu que eu fizesse uma crítica, quis induzir-me a fazer uma crítica a ele...

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Assinalei a incoerência de V. Ex^a...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — ... e o Senador Franco Montoro assinalou a incoerência de V. Ex^a, referindo-se aos preceitos da Constituição.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Permite V. Ex^a?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Dou aparte ao Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Ainda há mais dois pretendentes a aparte.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Médico dos mais eminentes.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — E que vai provar que há vacina. (Risos.)

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Nobre Senador, não vou apartear nem como cientista político — que não sou — nem como especialista médico, muito menos cirurgião daquela insólita cirurgia apontada pelo ilustre Senador Eurico Rezende, mas apenas para dar impressão pessoal. Por coincidência, estive neste fim de semana em São Paulo. Evidentemente, que não fui cuidar de diretórios nem entrar em possíveis querelas eleitoreiras com eminentes colegas, mas tive contatos com os órgãos da Associação Médica Brasileira que me manifestaram apreensão sobre o quadro tão fielmente fixado por V. Ex^a aqui, neste plenário. Existe realmente, um surto de encefalite no Estado de São Paulo e nós, do Nordeste, já começamos a temer que esse surto suba para aquela Região. Existem coisas neste País que merecem ser registradas nesta Casa, que fogem a toda a lógica e orientação médica: é o próprio Ministro da Saúde que diz que vai vacinar contra a Meningite, seguindo a rota dos meningococos, através da Rio—Bahia. Ora, isso em Medicina é de uma heresia da maior profundidade! O que se faz é profilaxia. Então, o que faz o Estado mais desenvolvido deste País que é São Paulo? Recomenda e faz advertência à população. Ora, isso é um contra-senso tão grande quanto o foi aquela campanha que se fez para que se comesse mais proteína no Nordeste! Evidentemente que isso não funciona. O que nós, médicos, queremos, exigimos e cobramos é que esse Governo leve a sério o problema da saúde pública nesse País e se digo “leve a sério” é fazer o que a Medicina ensina desde Hipócrates: a Medicina de prevenção. Não vamos seguir a rota de meningococos! Praza aos céus que também a encefalite não tome o rumo da Rio—Bahia e que a gente não vá atrás, depois dela, e tentar resolver o problema.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Teve o nobre Senador Eurico Rezende o “chumbo” do cientista também com a explicação do nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a está enganado. O Senador Gilvan Rocha não abordou o tema. V. Ex^a diz que não há vacina...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — V. Ex^a levou o “chumbo” político e depois o “chumbo” médico.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a seria “salvo pelo gongo” se o ilustre representante de Sergipe afirmasse que existe vacina.

O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe) — Esse é um desafio que não tem o menor sentido, no Século XX, se a Medicina tem condições de combater a encefalite. A encefalite é uma doença desmoralizada que só ocorre em países subdesenvolvidos. Nós temos vacinas, sim!

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Concedo o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Lastimo entrar no debate, através do aparte que V. Ex^a me concede, por intermédio da encefalite (Risos.) porque não é, realmente, assunto do meu agrado. Já tive aqui quase que me especializar, no ano passado, em meningi-

te, para discutir o assunto com o Senador Franco Montoro. Mas, como é muito sério o problema — acho que ele inclusive impede que façamos humor negro a seu respeito — ouvi com muita atenção o aparte, que me pareceu profundamente ilustre, do nosso Colega Gilvan Rocha, também um médico e um professor universitário. Realmente, achamos, mesmos nós leigos, que a solução está em prevenir e que a medicina preventiva deveria ser aquela que deveria ser objeto das preocupações fundamentais, para que não tivéssemos depois de sair a perseguir os resultados de surtos, para tentar minimizar-lhes os efeitos. E verificamos aqui que, ano passado, houve acusações injustas em relação a essa falta de providência, porque em verdade não existia a vacina. A vacina contra a meningite, que começou por aquele tipo A, depois tipo C, não estava liberada no mundo inteiro.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Foi liberada em abril do ano passado.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Em todo o mundo não havia, e isso tive a oportunidade de esclarecer em debate com o Senador Franco Montoro. E agora, nós nos preocupamos com a encefalite, sobretudo com a afirmativa que fez o Senador Gilvan Rocha, porque a partir do momento em que a encefalite seja realmente doença de países subdesenvolvidos, caracteriza uma falha de saúde pública, numa área de países de baixa renda. Isso, então, deve ser uma preocupação — e, no meu entender, V. Ex^a está inteiramente correto quando diz que os políticos podem ter em relação ao problema geral. E estou de acordo com o aparte do meu nobre colega de Bancada, o Vice-Líder Eurico Rezende, quando acha que V. Ex^a foi pouco feliz, quando quis estabelecer uma relação de causa e efeito entre eleições diretas e amor pelo povo, e eleições indiretas e desinteresse pelo povo. V. Ex^a mesmo sabe, pela História — embora V. Ex^a modestamente se considere apenas um Bacharel em Direito — que há casos de monarcas que tinham profunda sensibilidade para com os problemas do seu povo. E, no entanto, eram monarquias hereditárias e algumas até nem constitucionais.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Exceções que confirmam a regra.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Certo, mas não são apenas exceções, aí no caso era mais do que exceção em termos estatísticos. Por outro lado, não cabia — infelizmente, se retirou o nobre Líder Franco Montoro — não me parece cabível o reparo que ele pretendeu fazer ao aparte que me pareceu muito apropriado, do nobre Líder Eurico Rezende, em relação à conceituação de V. Ex^a, dessa relação de causa e efeito a que me referi; eis que, neste caso, as eleições, na verdade, existem. Os governadores são eleitos por um processo indireto. Talvez desejássemos que eles fossem eleitos por um processo direto numa Assembleia Legislativa nascente. Eles são eleitos numa Assembleia Legislativa cadente, que está terminando o mandato. Mas, praticamente, é o mesmo caso com que, embora a Constituição preveja, em doutrina, V. Ex^{as}. não estão de acordo, que é o da eleição do Presidente da República. E o Líder Eurico Rezende, no meu entender, colocou bem a questão.

O SR. PRESIDENTE (Benjamin Farah) (Fazendo soar a campainha.) — Devo avisar a V. Ex^{as} que estamos para terminar a sessão, que não poderá ser prorrogada, de vez que há uma sessão do Congresso convocada anteriormente.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Obrigado a V. Ex^a

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Então, concluo que devo ter o privilégio de ser o último aparteador do nobre Senador por São Paulo. Quero dizer apenas que, acho, há um equívoco muito grande quando se confunde eleição democrática com eleição direta ou eleição indireta. Há eleições diretas e indiretas democráticas e há eleições diretas totalmente fraudadas e não democráticas. Esse não é o centro das nossas preocupações. Apenas V. Ex^a, naturalmente, redarguirá, e eu já vou antecipar o argumento de V. Ex^a, que no caso

de São Paulo, uma Assembleia Legislativa nascente é majoritária de Oposição e o Governador eleito por uma Assembleia cadente é de um partido que vai ter, como já está tendo, minoria na Assembleia. Eis uma das inconveniências. Mas, em relação ao nobre Governador de São Paulo, V. Ex^a há de convir que ele, como V. Ex^a, nasceu também para a vida pública, pelo apoio do povo — eis que S. Ex^a tem o **referendum** dos seus colegas de vida estudantil. Ele foi um dos Presidentes da União Nacional dos Estudantes; parece-me, portanto, homem não jejuno em matéria de política.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — Só para clarear a memória: também ele foi candidato a Prefeito de São Paulo e pegou a sexta colocação!...

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Isso minha memória não registrou. Minha memória é afetuosa.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — A minha memória não é tão afetuosa e registrou. (Risos.)

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) — Isso caracteriza que ele se situa em posição contrária à de V. Ex^a, que tem sido sempre um vencedor nas urnas — e modestamente eu me incluo nesta categoria, porque até agora elas não me trouxeram mágoas. Ainda assim, eu não deixo de reconhecer que pessoas que são objeto do que o Senador Eurico Rezende chamaria de "reprovação no vestibular eleitoral", nem por isso deixam de ter também qualidades. O que eu quis mostrar é que o Governador desde estudante faz política e, portanto, creio que tem sensibilidade para com os problemas de seu povo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo) — É que o nobre Senador Eurico Rezende, com a agressividade que lhe é peculiar e característica, ao me querer condenar por eu ser político e tratar de assunto de encefalite, S. Ex^a me levou ao raciocínio de que o político, realmente, deve ser responsável pelo destino deste País e de todos os países do mundo.

Era, Sr. Presidente, este o nosso ponto de vista com relação ao problema da omissão do Governo de São Paulo.

Mas gostaria, aproveitando estes últimos minutos que me restam, de ler um artigo de um jornal de São Paulo, o **O Diário Popular**, acerca dos contratos de risco da PETROBRAS que, ao que parece, pela condenação da Nação Brasileira, não será mais objeto de cogitações do Governo, embora no último número da revista **Manchete** tivéssemos tido notícia de que antes de se pronunciar sobre os contratos de risco, o Ministro Shigeaki Ueki havia discutido durante quarenta dias com autoridades do Governo sobre o assunto, e, também, que já se reservara o Estado do Acre para dar às empresas estrangeiras a exploração de petróleo mediante tais contratos.

Portanto, quando levantamos o assunto no Senado, evidentemente que algo de concreto existia, de perigo para o monopólio estatal do petróleo.

Para concluir, Sr. Presidente, passo à leitura do artigo publicado no **Diário Popular**, do dia 28 de maio próximo passado:

RISCO DECRESCENTE

O Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, acaba de anunciar que mais dois poços de petróleo foram encontrados na chamada Bacia de Campos, no litoral fluminense, com indícios altamente positivos. Ao fazer essa comunicação, fez questão de alertar sobre a importância do fato, lembrando que a PETROBRAS já encontrou óleo em quatro estruturas, depois da descoberta do poço da Garoupa, mas faltam ainda 10 para serem testadas.

Na opinião do ministro Ueki a capacidade desses poços só poderá ser avaliada depois de realizados os testes de produção sendo que, no momento, os trabalhos estão paralisados, em virtude do mau tempo.

Enquanto isso acontecia, a sonda "Zefir", contratada pela PETROBRAS, encontrou óleo, ao atingir a faixa de 1906 a

1917 metros de profundidade, naquela mesma Bacia de Campos e um novo poço foi encontrado, no litoral sergipano, perto da jazida Sergipe Submarino 32. Tudo isso e mais a informação de que a PETROBRÁS está estudando um meio de colocar uma plataforma provisória com a finalidade de acelerar a extração do petróleo que poderá atingir uma retirada de 40.000 a 50.000 barris de óleo por dia, são sintomas promissores.

Não resta mais dúvida, portanto, de que as possibilidades de extrair petróleo em poços da costa ou da plataforma submarina crescem, dia a dia, permitindo encarar como uma possibilidade não muito remota o atingirmos a auto-suficiência em matéria de petróleo, fato que modificaria radicalmente tanto nossa situação econômica e financeira como nossa posição internacional.

É interessante notar que, em paralelo com essas notícias, cresce a campanha no sentido de o governo brasileiro permitir que a lavra e a prospecção do petróleo passem a ser feitas também por empresas estrangeiras cujas atividades seriam reguladas pelos "contratos de risco". Não é preciso dizer que essas empresas assim como as demais pertencentes ao grupo todo poderoso das que operam no negócio internacional do petróleo, somente agora tenham manifestado interesse por esses contratos que "de risco" só têm o nome. Na verdade, a promulgação do decreto que reserva à PETROBRÁS o monopólio da prospecção e da lavra do petróleo resultou de uma luta prolongada e dura, sustentada sem desfalecimento pelos que, já então, compreendiam a importância do **ouro negro**, tanto do ponto de vista econômico como da segurança nacional.

O que se nota, pelo menos momentaneamente, é o desencadeamento de uma campanha insidiosa e solerte com a finalidade de conquistar novos aderentes para a causa da entrega, embora disfarçada com um outro nome.

Não há dúvida de que a crise do petróleo e os resultados obtidos através das sondagens levadas a efeito pela PETROBRÁS reativaram os grupos internacionais, do ramo e, como é natural, seus agentes que aceitam a inglória tarefa de tentarem nos persuadir das vantagens de abrir mão do que é nosso, extremamente valioso e vital, sob o ponto de vista da segurança nacional.

Não se pode aceitar mais que a PETROBRÁS, a esta altura, e sob o pretexto de um risco que cada dia se torna menor, abra uma brecha no dispositivo de defesa do monopólio estatal, pedra angular de nossa segurança, principalmente depois que ficou evidenciada a total dependência existente entre nosso desenvolvimento futuro e a possibilidade de utilizar petróleo extraído por nós mesmos e cujo preço, conseqüentemente, está sob o controle do governo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Goiás) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senhor Presidente da República aprovou, na reunião de 3 de fevereiro de 1975, a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado, integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDÉ, que define o programa complementar ao "Programa de Desenvolvimento dos cerrados — POLOCENTRO" visando à integração da região periférica ao Distrito Federal, no processo de desenvolvimento regional.

Esta medida, consoante a estratégia de integração nacional e da ocupação do universo brasileiro, definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento, far-se-á através da intensificação da ação do Governo Presidente Geisel na região, através do **Programa Especial**

da **Região Geoeconômica de Brasília**, que conta com recursos no montante de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros, a preços de 1975.

Os dispêndios, programados para 1975, são da ordem de seiscentos e setenta milhões de cruzeiros, a serem canalizados para os seguintes setores:

Setores	Cr\$ milhões de 1975
Infra-Estrutura Social	155
Educação	36
Saúde	18
Saneamento	101
Infra-Estrutura Física	246
Transportes	94
Energia	109
Comunicações	43
Setores Produtivos	269
Desenvolvimento Rural	150
Desenvolvimento Agroindustrial e Oportunidades de Investimentos	51
Linha Especial de Crédito	68
Total:	670

Oportunamente, a Comissão de Assuntos Regionais, que tem como Presidente o ilustre Senador Cattete Pinheiro e da qual faço parte como titular, em seu esquema de trabalho, visando a acompanhar a execução, avaliação, resultados e as repercussões do II PND a níveis regional e urbano, promoveu o I Encontro de Estudos e Debates.

Esse "Encontro", realizado no dia 13 de maio de 1975, foi destinado a palestras e debates sobre o **POLOCENTRO** e a **Região Geoeconômica de Brasília**, o qual contou com a presença de inúmeros técnicos, representantes de órgãos e demais interessados sobre este evento.

Os conferencistas, cabendo ressaltar a presença do Dr. Nelson Jairo Ferreira Faria, Superintendente da SUDECO, discorreram sobre a estratégia de desenvolvimento do Centro-Oeste, ficando à disposição dos participantes para dirimir suas dúvidas e expectativas sobre o programa que se inicia na região Centro-Oeste, para o seu desenvolvimento econômico e social.

É importante a divulgação do empenho demonstrado pela Comissão de Assuntos Regionais em promover debate público, especificamente, do **Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília**, pois, permitiu uma série de esclarecimentos sobre a sua elaboração e implantação.

Sr. Presidente, sempre me bati pela implantação do programa especial da região geoeconômica de Brasília. Quero congratular-me, pois, com o Governo Geisel, por tornar realidade uma definição para a qual há tempos venho sugerindo solução e enfatizando sua importância econômico-social.

No plano rodoviário a ser executado sob a égide do II PND, com vistas à consecução dos objetivos almejados no "Programa", tive a satisfação de ver constar a duplicação do trecho rodoviário **Brasília-Goiânia**, sobre a qual, há muito, venho desenvolvendo trabalho, nesta Casa, de conscientização dessa necessidade.

Porém, na indicação de programas e projetos para a **área-programa** do "Eixo Ceres-Anápolis", passíveis de atenção prioritária de ação governamental, consta a **implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis e/ou Luziânia**, sobre o qual, Sr. Presidente, a nosso entender, seria preferível desenvolver **Distritos Industriais** nessas cidades e considerar prioritários os programas agroindustriais na região. Política esta que deveria ser conjugada a nível federal e estadual —

Estado de Goiás — a fim de incentivar a criação de novas indústrias e desenvolver as de porte médio já existentes em ambas as cidades.

A necessidade da promoção industrial na região pode ser demonstrada através da comparação dos dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, relativos ao crescimento da renda interna agrícola e industrial na região Centro-Oeste, nas duas últimas décadas, constante do quadro seguinte:

**CRESCIMENTO DE RENDA INTERNA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
DA REGIÃO CENTRO-OESTE, A PREÇOS DE 1970**

Anos	Agricultura (%)	Indústria (%)
1959/49	100,0	123,6
1970/59	136,0	153,1

Constatamos que, na década dos sessenta, enquanto o crescimento médio anual da renda agrícola foi de 10%, a industrial atingiu 12,3%. Na última década, esses crescimentos foram de 13,6% e 15,3%, respectivamente, o que vem justificar as minhas considerações quanto à importância que deve ser dada ao desenvolvimento industrial na região e, especificamente, na criação dos Distritos Industriais de Luziânia e Anápolis. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 40 e 41, de 1975-CN.

Nada mais havendo a tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 141, de 1975, do Sr. Senador Itálvio Coelho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1973, de sua autoria, que dispõe sobre a extensão do salário-família ao trabalhador rural.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 142, de 1975, do Sr. Senador Itálvio Coelho, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1974, de sua autoria, que altera a Lei nº 5.630, de 2 de dezembro de 1970, que estabelece normas para a criação de órgão de primeira instância na Justiça do Trabalho.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 143, de 1975, do Senhor Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1972, de sua autoria, que revoga a Lei nº 5.453, de 14 de junho de 1968, que institui o sistema da sublegenda partidária.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 1974 (nº 1.679-B/73, na Casa de Origem), que declara Antônio Carlos Gomes patrono da música no Brasil, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob o nº 44, de 1975, da Comissão — de Educação e Cultura.

— 5 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1974, de autoria do Sr. Senador Ruy Carneiro, que institui o Auxílio-Educação e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 683, de 1974, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão, às 18 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO GOVERNADOR ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS, NO DIA 1º DE MAIO, EM JOINVILLE, SANTA CATARINA, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 187/75, DE AUTORIA DO SR. SENADOR OTAIR BECKER E OUTROS, APROVADO NA SESSÃO DE 3-6-75:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
General Ernesto Geisel,
Digníssimas Autoridades,
Nobre povo de Santa Catarina,
Trabalhadores joinvilenses,
Trabalhadores catarinenses,

No Dia do Trabalho, data consagrada à comemoração do esforço, da pertinácia, da coragem e da dedicação de tantos quantos nos seus lares, locais de trabalho, ou em outros setores de atividade, contribuem para o engrandecimento da sua terra, do seu Estado e da sua Pátria, o Chefe da Nação, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, vem a Santa Catarina e, de Joinville, dá um alto e nobre testemunho.

Agora e aqui, perante aqueles que participaram da 7ª Semana Sindicalista e do 8º Encontro dos Trabalhadores, e na presença de tantos quantos acorreram ao convite do Governo do Estado, Sua Excelência demonstra que, no ideário da Revolução de Março de 1964, há um lugar, bem largo, bem amplo e bem claro, para que alcancemos, todos juntos, um regime de autêntica justiça social.

Senhor Presidente, Santa Catarina se engalana. Ontem, em Florianópolis, Capital do nosso Estado, Vossa Excelência tomou conhecimento dos nossos problemas, dos nossos anseios, das nossas reivindicações e a nossa confiança se faz redobrada pela atitude do Chefe da Nação, dispondo-se a ouvir-nos, para, no contexto do problema brasileiro, atender-nos. Hoje, neste grande centro industrial do nosso Estado, Vossa Excelência comunga da alegria dos trabalhadores, daqueles que, no campo, na oficina, na fábrica, na casa de comércio, nos escritórios, nos consultórios médicos, nos hospitais, nas bancas de advocacia, nas mesas das repartições públicas, nas salas de aula, nos gabinetes de planejamento econômico, nos quartéis, nos navios que singram o nosso mar, nas estradas e canteiros de obras, nos céus que cobrem a nossa Pátria, nos mais variados locais de atividade econômica e social, contribuem, decisivamente, para o desenvolvimento integral da Nação Brasileira.

A homenagem é ao trabalhador, o trabalhador que recebeu da Revolução de 1964, em primeiro lugar, o respeito à sua personalidade, o reconhecimento aos seus direitos e, depois, teve a oportunidade de ser beneficiário de uma série de fórmulas capazes de permitir a boa distribuição da nossa riqueza: Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, Programa de Integração Social, Sistema Financeiro da Habitação, melhoria e expansão dos serviços de previdência e assistência social, concessão de pensão aos de mais de 70 anos não filiados ao sistema previdenciário, programa da casa própria, aposentadoria e pensão aos homens do campo, o Plano Especial de Bolsas de Estudo, a reforma da Lei Orgânica da Previdência Social e agora, recentemente, o diploma legal que permite a soma de tempos de serviços para efeito de aposentadoria, e aquele outro, que dispensa as contribuições por parte dos aposentados e, mais ainda, o que suprime a redução do valor da aposentadoria para aqueles trabalhadores que desejem prosseguir em atividade.

A par dessas conquistas, a Revolução ofereceu à coletividade trabalhadora brasileira um clima de paz, de ordem, de fraternidade. Aqui todos são trabalhadores, e o trabalhador das fábricas, e o trabalhador dos campos e o homem humilde, que constrói no lar e no local de trabalho a grandeza da Pátria, é o grande homenageado deste dia.

Quero, no entanto, assinalar que esta homenagem não pode e nem deve ser desacompanhada de outra, tão significativa quanto a primeira, a homenagem do povo de Santa Catarina ao trabalhador nº 1 do Brasil. A Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, que num esforço contínuo, num trabalho dedicado em manifestações sucessivas de coragem e descortino, dirige os destinos do Brasil, com a sabedoria, a nobreza e a visão de um estadista.

Assim como os aplausos que Vossa Excelência colheu, espontâneos, na Praça XV de Novembro da nossa Capital, em Florianópolis, e as ovações que recebe na cidade de Joinville, toda Santa Catarina presta, nesta hora, a homenagem do seu respeito, da sua confiança, do seu apreço e, mais do que isso, do seu constante afeto a Vossa Excelência, nosso Chefe, nosso guia, Presidente que, fiel às nossas tradições, tem os olhos postos no futuro.

Deus abençoe, para felicidade do Brasil, Vossa Excelência, Sua Excelentíssima família e seu Governo."

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, NO DIA 9 DE MAIO DE 1975, NA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASILEIRO-NORTE-AMERICANO, EM NEW YORK, QUANDO FOI AGRACIADO COM O TÍTULO "HOMEM DO ANO", QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 188/75, DE AUTORIA DOS SRS. SENADORES LOURIVAL BAPTISTA E RUY SANTOS, APROVADO NA SESSÃO DE 3-6-75:

"A nossa época se está submetendo a um importante teste: o de saber-se, num mundo caracterizado por implacável competição econômica e tecnológica dos países já industrializados, se há lugar para nações emergentes.

O que os países subdesenvolvidos temem, acima de tudo, é a falta de oportunidade, resultante das reações dos países desenvolvidos, de protegerem seus mercados, mesmo em setores já desprovidos de poder de competição, sempre que qualquer nuvem se forma, no panorama nacional ou internacional.

O Brasil talvez seja, na atualidade, uma das mais importantes experiências para se testar se pode um País subdesenvolvido alcançar o desenvolvimento através do regime de economia de mercado, sem nacionalismo exacerbado e sem presença avassaladora do Estado.

No fundo, a viabilidade da experiência brasileira depende essencialmente da nossa capacidade de realizar o crescimento sem que grandes parcelas da população permaneçam em níveis de renda de subsistência. O sistema deve ter condições de proporcionar razoável bem-estar a uma ampla classe média, dar perspectivas de aumento de capacidade aquisitiva a grandes contingentes de trabalhadores, e eliminar situações dramáticas de aguda pobreza, em larga escala, no Nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos.

Na resposta a essa indagação estará a justificativa — ou não — do regime de mercado, aliando eficiência, liberdade e equidade.

Duas características distintas do presente estágio de desenvolvimento do Brasil devem ser enfatizadas. Primeiro: o clima para o investimento privado, tanto doméstico como internacional, continua muito favorável. Por muitos anos temos tido estabilidade política e social, mantendo-se a estabilidade das regras do jogo.

O Governo tem concedido ao setor privado entre 80 e 100% dos mecanismos fiscais e financeiros operados pelos bancos oficiais e outras agências de desenvolvimento. No mesmo sentido, o Governo acabou de reduzir em 50% o imposto sobre produtos industrializa-

dos, incidente sobre bens de consumo em geral (alimentos e remédios estão totalmente isentos). Uma nova lei sujeitou as empresas controladas pelo Governo ao mesmo tratamento de imposto de renda a que estão sujeitas as empresas privadas.

Desde 1967, não tem havido aumento de impostos. E, na verdade, em 1975 teremos um orçamento equilibrado. O Brasil está recebendo nos últimos anos, inclusive 1974, um ingresso de investimentos estrangeiros da ordem de 1 bilhão de dólares por ano. A posição das reservas do País é muito forte, mais forte, em termos relativos, do que a média dos países industrializados.

Segundo: a urgência do desafio social em um País predominantemente jovem e urbanizado.

Do total de 105 milhões de habitantes, 52% estão em idade de até 19 anos. No Estado do Paraná, um dos mais prósperos do País, cerca de metade da população está em idade de até 15 anos.

A população urbana, entre 1963 e 1975, foram incorporadas, aproximadamente, 27 milhões de pessoas. Isso é bem mais do que a população total do Canadá, por exemplo.

Para responder a esse desafio, estavam a União e Estados (excluídos os Municípios e o setor privado) gastando, esse ano, cerca de 77 bilhões de cruzeiros em Educação, Saúde, Saneamento e Previdência Social, o que corresponde a pouco mais de 10% do PIB. Se incluídos os Municípios e o setor privado, tal participação pode elevar-se à ordem de 13 a 15% do PIB.

Só em Educação, a União e os Estados aplicarão, em 1975, 22 bilhões de cruzeiros, em comparação com 11 bilhões para as Forças Armadas do Exército, da Marinha e Aeronáutica.

A população escolar brasileira (inclusive o MOBRAF) corresponde este ano a quase 30 milhões de estudantes. Em 1963, tal número era de 11 milhões.

O sistema de Previdência Social provê, hoje, benefícios em dinheiro e assistência médica a mais de 70 milhões de segurados e dependentes (45 milhões na zona urbana e mais de 25 milhões na zona rural). Em 1963, esse número era de 15 milhões.

Para dar idéia dos resultados já alcançados no sentido da melhoria das condições sociais da população e na formação progressiva de um amplo mercado interno, é relevante mostrar como evoluíram certos indicadores selecionados, entre 1960 e 1972 (zonas urbana e rural em conjunto).

Expectativa de vida da população	De 56 para 61 anos
Taxa de alfabetização	De 61% para 67%

Porcentagem de domicílios, no País,
inclusive zona rural, dotados de serviços básicos
e bens duráveis de consumo:

Abastecimento d'água — sistema geral	De 21% para 40%
Instalação Sanitária — rede geral	De 12% para 20%
Iluminação elétrica	De 39% para 54%
Fogão elétrico ou a gás	De 18% para 60%
Rádio	De 35% para 80%
Geladeira	De 11% para 33%
Televisão	De 4% para 34%
Automóvel	De 3% para 12%

Senhoras e Senhores

Os fatos da vida nos colocam, hoje, diante da realidade de um mundo que utiliza todo o instrumental moderno de política econômica para emergir da recessão e dos efeitos mais dramáticos da crise de energia.

Nesse quadro, releva destacar dois aspectos importantes do atual momento brasileiro.

Primeiro: de 1974 para cá, o Brasil, segundo a orientação do Presidente Geisel, procurou sustentar o dinamismo de sua economia, reduzindo ao mínimo possível os efeitos da crise externa e ganhando

tempo até que a economia dos países industrializados se pudesse refazer.

Notam-se, agora, os primeiros sinais de recuperação, em tais economias, que esperamos venham a consolidar-se. Isso irá mostrar, a um tempo, que realmente, na economia "moderna, as recessões não precisam ser longas, nem generalizadas, e que as prioridades sociais estão claramente entendidas como propõe Tobin:

"... O objetivo por excelência da economia é a produção de bens e serviços, para consumo agora ou no futuro. Penso que o ônus da prova deveria estar sempre com aqueles que tenderiam a produzir menos, ao invés de mais, aqueles que iriam deixar homens desempregados, ou máquinas e terra disponíveis para utilização.

É surpreendente como tantas razões podem ser encontradas para justificar tal desperdício: medo de inflação, déficits do balanço de pagamentos, orçamentos desequilibrados, endividamento interno excessivo, perda de confiança no dólar, etc."

A estratégia adotada pelo Brasil, de acordo com o II PND, após a crise do petróleo, foi de realizar com toda rapidez um tipo de ajustamento, o da sua estrutura produtiva, e de forma progressiva um outro ajustamento, o de desacelerar as importações.

No primeiro caso, foram aprovados programas de substituição de importações que assegurarão, até o fim de década, a auto-suficiência nacional nos principais insumos básicos: Produtos Siderúrgicos, Fertilizantes, Papel e Celulose, Metais Não-Ferrosos. Em 1974, as importações nessas áreas corresponderam a US\$ 2,900 milhões.

A economia bruta de divisas a ser realizada com os programas de substituição de importações em tais setores corresponde a entre US\$ 25 e US\$ 30 bilhões, até 1980.

O caráter progressivo do segundo ajustamento mencionado foi responsável, juntamente com a quadruplicação dos preços de petróleo, pelo déficit na balança comercial verificado em 1974. E representou o preço pago pelo País para manter as importações destinadas ao setor privado dentro de relativa normalidade, no regime de mercado, sem quotas ou outras restrições quantitativas.

Em 1975, o País já assimilou o novo nível de importações de petróleo, e deverá manter constante o valor absoluto das importações realizadas em 1974, o que, com o substancial aumento das exportações (a elevação, até agora, foi de 40%), permitirá reduzir o déficit a menos da metade do do ano passado. Por outro lado, a entrada de capitais, nos últimos dois meses, foi superior à média do ano passado.

Segundo: o Brasil está apenas arranhando as suas reservas de recursos naturais. As descobertas recentes, juntamente com as que irão proliferar nos próximos meses e anos, produzirão efeitos poderosos, tanto na estrutura de produção como nas importações e exportações.

Apenas para citar exemplos, a jazida de fosfato há pouco descoberta em Patos de Minas é da ordem de Cr\$ 350 milhões de toneladas e já uma outra jazida está sendo revelada.

O minério de ferro da Serra dos Carajás permitirá elevar as exportações anuais do produto, do nível atual de 1 bilhão de dólares para 2 bilhões de dólares no fim da década.

A confirmação de novas ocorrências é esperada, para breve, no tocante a minérios nucleares, metais não-ferrosos, carvão e petróleo.

Senhoras e Senhores

A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos se tem caracterizado por um relacionamento maduro, objetivo e sem complexos.

A despeito da substancial expansão do nosso intercâmbio comercial com a América Latina, Mercado Comum Europeu, Japão e mercados novos, no ocidente e no oriente, o comércio com os Estados Unidos — que alcançou US\$ 3.800 milhões em 1974, nos dois sentidos — ainda representa entre 20 e 25% das nossas exportações e importações.

O Brasil tem tido déficit na sua balança comercial com os Estados Unidos. Déficit que, em 1974, se elevou consideravelmente, para o montante de US\$ 1,340 milhões, inclusive pela grande alta de 66% verificada nos preços das matérias-primas — fertilizantes e carvão, principalmente — por nós importadas.

Em face desse déficit, que também tem sido a tendência nas relações comerciais da América Latina e dos países subdesenvolvidos com os Estados Unidos, devem dirigir-se a outras áreas quaisquer eventuais medidas protecionistas que venham a ser adotadas. Isso se aplica principalmente em relação a manufaturados, categoria em que, geralmente, somos pequenos fornecedores dos produtos que exportamos.

Desejamos ver as nossas relações econômicas com os Estados Unidos sob o signo da expansão e da diversificação, na área de comércio, investimentos e financiamentos. É esse duplo propósito que nos tem levado, como acabamos de fazer, a procurar novos mercados e novas relações, na Costa Oeste, no Sul, no Meio-Oeste.

Sem embargo, é aqui, na Costa Leste, que ainda se verifica o grosso do nosso intercâmbio. E a esse intercâmbio bem poucas instituições têm emprestado contribuição tão importante e continuada quanto esta Câmara de Comércio Brasileiro-Americano de New York.

Têm-se assinalado que os compromissos assumidos pelos países decorrem de seus interesses, e não ao contrário.

Mas interesse não significa apenas interesse econômico, e muito menos interesse econômico de curto prazo.

É nesse sentido, de interesses globais, diversificados, permanentes, que desejamos ver prosperarem as relações entre nossos dois países.

Ao longo do tempo, o Brasil, de origem européia e portuguesa, passou à cultura multiforme, de inúmeras influências, embora sem perda da raiz tradicional. Demonstrou extraordinária capacidade de assimilação de povos e raças — índios, portugueses, negros, espanhóis, italianos, alemães, japoneses, árabes, judeus —, sem formação de preconceitos nem criação de minorias.

A reação do País a novos contingentes humanos nunca foi de hostilidade. Frequentemente, passamos a divertir-nos com eles, pela piada, descontraidamente, o que é uma forma de gostar.

Na evolução recente, está o País realizando uma nova experiência de assimilação, convivendo com o capital e a tecnologia externas, através de "política clara e consistente em relação às empresas multinacionais e, em geral, no tocante ao capital estrangeiro".

Aquela política está nitidamente reafirmada no II PND, aprovado pelo Congresso Nacional, e que representa a posição do Governo Brasileiro. Ponto básico da mesma política é o uso de instrumentos econômicos — incentivos e desestímulos, financeiros e fiscais — para obter os resultados desejados quanto à participação do capital externo na transferência de tecnologia moderna, na promoção de exportações e no esforço nacional de pesquisa tecnológica. Tem o País, assim, evitado o recurso à legislação de caráter restritivo, mantendo a estabilidade das regras do jogo, de forma consistente com o interesse nacional.

Estamos conscientes de que a nós cabe explicitar aquele interesse, e definir nitidamente as bases do modelo que desejamos realizer e da sociedade que desejamos construir, à nossa imagem e semelhança.

Sociedade que, segundo os nossos valores culturais e humanos, se inspira na palavra simples e clara de Toynbee: "Eu diria que o homem deveria viver para amar, compreender e criar".

ATA DA 58ª SESSÃO, REALIZADA EM 28-5-75
(Publicada no DCN — Seção II — de 29-5-75)

RETIFICAÇÃO

No Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1975 (nº 1.124-B/73, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 139 da Conso-

lidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943:

Na página 2.215, 1ª coluna, no art. 1º do projeto,

Onde se lê:

Art. 1º É acrescentado um parágrafo, que será o 2º, ao art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação seguinte, renumerando-se o único existente:

"Art. 139.

§ 1º

§ 1º O empregado-estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, se assim o desejar.

Leia-se:

Art. 1º É acrescentado um parágrafo, que será o 2º, ao art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação seguinte, renumerando-se o único existente:

"Art. 139.

§ 1º

§ 2º O empregado-estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, se assim o desejar.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA

ATA DA 6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1975

Às dez horas do dia quinze de maio de mil novecentos e setenta e cinco, na Sala "Epitácio Pessoa", sob a presidência do Senhor Senador Milton Cabral, Presidente, presentes os Senhores Senadores Milton Cabral, Jarbas Passarinho, Wilson Campos, Ruy Santos, Arnon de Mello, Renato Franco, Franco Montoro, Helvídio Nunes, Luiz Cavalcante, Roberto Saturnino e Paulo Guerra, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Orestes Quêrcia.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta dos trabalhos:

Pelo Senador Roberto Saturnino

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1974, que modifica o Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do SESI, SESC, SENAI, SENAC, e das entidades sindicais, e dá outras providências, com as Emendas de nºs 1-CE e 2-CE que oferece.

A Comissão aprova, sem restrições, o parecer do Relator, na forma de sua conclusão.

Pelo Senador Paulo Guerra

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 1974, que estabelece subsídios para fertilizantes aplicados na agropecuária.

A Comissão aprova, sem restrições, o parecer do Relator, após discutirem a matéria os Senadores Renato Franco, Arnon de Mello e Franco Montoro.

Concluída a apreciação da matéria constante da pauta dos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Franco Montoro, que dá conhecimento à Comissão de ter sido procurado por um representante do Presidente do Sindicato Internacional de Produtos Químicos, o qual lhe comunicou que o Presidente nacional da Organização, Sr. Charles Levinson, deverá vir ao Brasil para prestar depoimento na Escola Superior de Guerra; na Câmara dos Deputados, na Comissão Parlamentar de Inquérito; e se dispõe a vir, também, ao Senado, trazer a sua contribuição, oferecendo informações sobre ações, distribuição, capital, inflação e empresas multinacionais. Prosseguindo, o Senador Franco Montoro ressalta a importância do assunto e acorda com a Comissão em receber o Sr. Charles Levinson quando de sua visita ao Brasil. Continuando, o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Arnon de Mello, que solicita informações relativas à palestra do Presidente do IAA, General Álvaro Tavares Carmo, que são atendidas pela presidência. Informa, ainda, o Senhor Presidente, que além das providências tomadas, foram passados telegramas às entidades classistas que tratam da economia açucareira, comunicando a presença do Presidente do IAA na Comissão de Economia, solicitando que endereçassem aos respectivos representantes dos seus Estados subsídios ou sugestões que desejassem fossem debatidas no plenário da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:
Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Carreira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Vasconcelos Torres	1. Altevair Leal
2. Paulo Guerra	2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira	3. Renato Franco
4. Itálvio Coelho	
5. Mendes Canale	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Orestes Quércia	2. Amaral Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Cattete Pinheiro	1. Saldanha Derzi
2. José Guimard	2. José Sarney
3. Teotônio Vilela	3. Renato Franco
4. Osires Teixeira	
5. José Esteves	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Accioly Filho
Vice-Presidente: Gustavo Capanema

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. José Sarney	2. Henrique de La Rocque
3. José Lindoso	3. Petrônio Portella
4. Helvídio Nunes	4. Renato Franco
5. Itálvio Coelho	5. Osires Teixeira
6. Eurico Rezende	
7. Gustavo Capanema	
8. Heitor Dias	
9. Orlando Zancaner	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Mauro Benevides
3. Nelson Carneiro	
4. Paulo Brossard	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Wilson Campos
5. Virgílio Távora

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Wilson Campos
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quêrcia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

1. Daniel Krieger
2. Wilson Campos
3. José Guimard
4. José Sarney
5. Heitor Dias
6. Cattete Pinheiro
7. Osires Teixeira

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares**ARENA**

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro
1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares**ARENA**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

Suplentes

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco
1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**ARENA**

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quêrcia
1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Luiz Viana

Titulares**ARENA**

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

Suplentes

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides
1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares**ARENA**

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Wilson Campos
3. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha
1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

ARENA
Suplentes

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

Titulares

1. Augusto Franco
2. Orlando Zancaner
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

ARENA
Suplentes

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 Membros)

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

ARENA
Suplentes

1. Orlando Zancaner
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramal 676.
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.
Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO
Comissões Temporárias

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.
Local: Anexo II — Térreo.
Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
 - 3) Comissões Especiais e de Inquéritos, e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762;
Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1975

HORAS	TERÇA	SALA	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALA	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA		C.E.C.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLEIDE
				10:00	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA HELENA		C.S.P.C.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CLAUDIO LACERDA
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO	10:30	C.P.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
	C.A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO		C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
11:00	C.R.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM		C.L.S.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLAUDIO LACERDA
11:30	C.D.F.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO	11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
	C.S.N.	CLÓVIS BEVILACQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

FUNDOS ESPECIAIS

FUNDO GRÁFICO

PLANO DE APLICAÇÃO

	Cr\$
3.1.1.1-02	1.790.936,49
3.1.3.2	200.000,00
3.1.5.0	172.940,51
3.2.5.0	629.063,51
TOTAL	2.792.940,51

Brasília, 20 de março de 1975

JOHN FIELDING ASPIN

Contador

A Subsecretaria Financeira do Senado Federal faz publicar a aplicação da verba proveniente de receita industrial do exercício anterior e que constitui o FUNCEGRAF, de acordo com o Ato nº 13 da Comissão Diretora do Senado Federal.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

PREÇO: CR\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

**HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR
Nº 7, DE 7-9-70**

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do T.S.E.
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem)

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CÓDIGO PENAL

QUADRO COMPARATIVO

**O NOVO CÓDIGO PENAL
(DECRETO-LEI Nº 1004/69, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6016/73)
COMPARADO AO CÓDIGO PENAL DE 1940.**

Notas

**Alterações do Código Penal de 1940
Legislação correlata
Texto original do Decreto-lei nº 1004/69**

Subsídios

**Exposição de Motivos do Código Penal de 1940
Exposição de Motivos do Código Penal de 1969
Exposição de Motivos do Projeto que deu origem à Lei nº 6016/73**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO : CR\$ 25,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de reembolso postal.**

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Legislação Atualizada

Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3807/60) com redação atualizada.

Comparação com os textos anteriores. Notas explicativas e remissivas.

Jurisprudência administrativa.

Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Regulamento da Previdência Social.

Regimento do INPS.

Edição: agosto de 1974 — 318 páginas

PREÇO: CR\$ 20,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

REFORMA ADMINISTRATIVA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

DECRETO-LEI Nº 200/67 — redação atualizada

— Legislação citada

— Legislação alteradora

— Legislação correlata

Edição — setembro de 1974

420 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

2 SUPLEMENTOS

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 a 99
LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 20

Preço: Cr\$ 25,00

A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50